

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Valéria Tinoco

O LUTO EM INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO: UM DESAFIO
PARA CUIDADORES TEMPORÁRIOS

São Paulo

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Valéria Tinoco

O LUTO EM INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO: UM DESAFIO
PARA CUIDADORES TEMPORÁRIOS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Helena Pereira Franco.

São Paulo

2007

BANCA EXAMINADORA:

À minha pequena Lis, que desde
que é um pontinho nos ensina
tanto sobre a vida e os vínculos.

Agradecimentos

À querida Lelê, tenho sempre tanto a agradecer. Obrigada por mais uma vez ter me ensinado a importância de enxergar mais adiante. Sem o seu incentivo e confiança nada disso seria possível.

À professora Isabel Kahn, por fazer parte do começo da minha trajetória e por suas importantes contribuições oferecidas no exame de qualificação. Sem dúvida o seu trabalho foi inspiração para este.

À professora Marlene Guirado, por suas valiosas contribuições no exame de qualificação e pelo apoio teórico proporcionado pelos seus estudos.

Às professoras Renata Aleotti, Renate Sanches, Rosane Mantilla de Souza e Lourdinha, importantes nesta trajetória.

À Lu e à Gabi, por sempre me apoiarem neste trabalho, por suas contribuições, por serem tão boas colegas de trabalho e amigas e por não deixarem que a distância deixasse buracos intransponíveis.

À todos os envolvidos com o Projeto Semear, coordenadores, supervisores, psicoterapeutas, cuidadores e crianças.

Aos meus pacientes que me ensinaram sobre a dor, a recuperação e a intimidade humana.

Às participantes desta pesquisa, por toda a jornada compartilhada.

Ao Deco, companheiro de tantos anos, pelos livros, pelos filhos e pela árvores, pela vida ao seu lado.

Aos meus pais, por existirem, por eu existir, pelo incentivo de sempre.

À Má, por sempre acreditar em mim, pela ajuda efetiva e por ser minha ponte nesta distância.

Ao Mau e a toda minha família, de sangue e política, aos que estão, aos que já foram e aos que virão, gosto da minha vida porque vocês existem nela.

À Marina, pelo incentivo, pela troca de materiais.

À todos os amigos queridos que me apoiaram e preencheram minha vida com outras coisas boas.

Ao Cali mais atrapalhando que ajudando, mas sempre um delicioso companheiro nas horas de descanso.

Sumário

Introdução	01
1. Justificativa	05
2. Objetivo	18
3. A institucionalização no Brasil	19
3.1 Um breve histórico da institucionalização no Brasil	19
3.2 Panorama atual da institucionalização	26
4. A criança separada de seus pais: contribuições da Teoria do Apego	30
5. Por que falar de luto na instituição?	42
6. Luto e luto na infância	46
7. A institucionalização como uma possibilidade saudável	62
7.1 Reconhecendo e compreendendo os rompimentos presentes na institucionalização	72
7.2 Fatores de risco e fatores de proteção para a elaboração dos rompimentos no processo de institucionalização	92
7.2.1 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à criança institucionalizada	94
7.2.2 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à relação perdida	96
7.2.3 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à circunstância da perda	98
7.2.4 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao suporte recebido	100

7.2.5 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao luto dos cuidadores de crianças institucionalizadas	106
8. Método	112
8.1 A escolha do método qualitativo	112
8.2 Sobre os participantes da pesquisa	114
8.3 Sobre a análise e discussão dos dados	117
8.4 Cuidados éticos	119
9. Análise e discussão	122
9.1 Contextualizando a supervisão	122
9.2 Caracterização das participantes da pesquisa	125
9.3 Análise e discussão	131
9.3.1 Síntese	194
10. Considerações finais	205
Referências bibliográficas	215
Anexos	225

Resumo

Este estudo qualitativo teve como objetivo conhecer e refletir sobre o luto e os fatores de risco e proteção, presentes no processo de institucionalização da criança, a partir da prática de seus cuidadores. A Teoria do Apego e a perspectiva da Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos foram utilizadas como fundamentação para as considerações teóricas e análise.

Foram analisados recortes de supervisões de cinco cuidadoras de nível técnico que trabalhavam em instituições de abrigo de crianças. Estas supervisões aconteceram entre os anos de 2003 e 2005, sendo a autora a supervisora.

Por meio da discussão do material trazido pelas cuidadoras para supervisão foi possível apreender a respeito de alguns comportamentos e manifestações de luto da criança abrigada e o modo como as cuidadoras compreendem e lidam com os mesmos. Observou-se que quando podem assumir uma postura na qual é permitido falar de assuntos difíceis e dolorosos, reconhecer e validar as reações e comportamentos, os adultos envolvidos no processo de abrigamento e desabrigamento da criança podem desempenhar ações profiláticas relacionadas à formação e rompimento de vínculos, visando o desenvolvimento saudável das mesmas, a adaptação à instituição e evitando a somatória de novos riscos à experiência da criança. Percebeu-se que quando se sentem apoiadas, as cuidadoras são capazes de lidar com estes temas difíceis, sendo o espaço da supervisão adequado para isso.

Estudar a respeito da prática destas cuidadoras no processo de institucionalização foi importante para visualizar como a instituição pode interferir positiva e negativamente no processo de recuperação emocional da separação da família, minimizando problemas futuros de vinculação. A instituição e todos os envolvidos neste processo, têm a possibilidade de prover grande parte dos fatores de proteção relacionados ao período de institucionalização, abrindo-se um caminho para pensarmos em intervenções preventivas e terapêuticas para a criança abrigada. **Palavras-chave:** criança em cuidado substituto; luto; fator de risco; fator de proteção.

Abstract

The aim of this qualitative study is to investigate and to reflect about bereavement, risk factors and protection of children's institutionalization process taking into consideration the caregivers practice. The Attachment Theory and the perspective of The Making and Breaking of Affectional Bonds were the foundations used to build theoretical and analytical considerations.

The analyzed sample was constituted by parts of supervisions of five professional caregivers who worked for children shelters. The supervisions took place between the years of 2003 and 2005, and this author was the supervisor.

The issues were brought by the caregivers and it was possible to learn not only about some sheltered children behavior and their bereavement manifestations, but also about the way the caregivers comprehend and deal with them.

When talking about difficult and painful subjects is aloud, and when reactions and behaviors are recognized and validated, the adults involved in the sheltering and unsheltering processes may take prophylactic actions related to the formation and breaking of affectional bonds that aim at the children's healthy development, adaptation to the shelter and avoidance of new risks. The caregivers are able to deal with these difficult issues, once support is given, and the supervision is an extremely adequate place for it.

To study about the caregivers practice in the process of children's sheltering was very important in order to visualize how the institution may positively and negatively interfere in the process of the emotional recovery from family separation, minimizing future bonding problems. The institution and every person involved in this process have the opportunity to provide protection factors related to the sheltering period of time, opening a way of thinking about prevention and therapeutic interventions to the sheltered child.

Key words: child and substitute caregiving; bereavement; risk; support.

Introdução

Acordei com frio. Ei! Meu pijama está curto, será que eu cresci? Não, este não é o meu pijama! A minha cama ficava encostada na parede, para onde foi a parede? Cadê os meus chinelos? O que estes estranhos estão fazendo no meu quarto? Para onde foram Maria, Ana e Pedro? Será que eles foram seqüestrados? Será que eu fui seqüestrado? Devo estar tendo um pesadelo. Saí do quarto, fui à cozinha beber água... onde está a cozinha?

Foi quando eu ouvi:

- *Ei! A cozinha é do outro lado!*
 - *Mas antes ficava aqui.*
 - *É, antes..., mas agora esta é a sua casa, esta é sua família, estes são seus pijamas.*
- (Mazorra e Tinoco, 2001a).

Estudiosos das décadas de 40 e 50, influenciados pelo número de crianças órfãs e pela inserção da mulher no mercado de trabalho após as Guerras Mundiais, apontaram para a necessidade de se pesquisar os efeitos da separação materna durante a infância. Segundo Bowlby (1960; 1979/1990), nesta época vários de seus colegas psicanalistas e pesquisadores do comportamento e relacionamento humano reconheciam a importância vital de uma relação estável e permanente com uma figura materna amorosa, durante toda a infância.

Outros estudos (Bowlby, 1973/1993a, b; Bromberg, 1998; James, 1994; Jewett, 1994; Aubry, 2004; Hughes, 2004; Sanches, 2005) relacionam a existência de distúrbios psicológicos e problemas psiquiátricos na infância e na fase adulta com a experiência de separação, abandono, perda dos pais e/ou outros tipos de perda na infância.

Não só a perda é tida como a causadora de distúrbios, mas, principalmente, as conseqüências e acontecimentos que a precedem e a sucedem (Parkes, 2005, Bowlby, [1951]1976/1995, 1973/1993b; Rutter, 1979, 1985; Ferreira, 1984). Tão mais destruturador será para a criança se, além

da separação e perda, ela não tiver alguém para assumir seu cuidado, não puder expressar seus sentimentos e tê-los compreendidos, tiver vivido perdas anteriores mal elaboradas e passar por novas perdas. Por outro lado, se as crianças puderem contar com uma relação segura de um cuidador substituto, possuírem boa auto-estima, capacidade de enfrentamento e estiverem em um ambiente que possibilite a vivência de experiências construtivas, haverá a possibilidade de terem os efeitos da situação adversa minimizados.

Crianças têm a experiência de estarem separadas temporária ou definitivamente de seus pais, por motivos diversos: morte do(s) genitor(es), abandono, rejeição, incapacidade de cuidado por parte do(s) genitor(es) (abuso, negligência, abuso de álcool ou drogas, prisão, doença mental, doença física, falta de condição financeira, dificuldades geradas pela pobreza) e causas desconhecidas. Quando ocorre alguma ou algumas destas situações e não há outra pessoa da família imediatamente capaz de assumir o cuidado da criança, uma instituição de abrigo¹ se responsabiliza pelo seu cuidado provisoriamente, até que seja encontrada uma alternativa adequada.

Desta forma, numa instituição que acolhe crianças cujos pais não podem zelar pelo seu cuidado, histórias envolvendo algum tipo de perda e sofrimento estão sempre presentes: as crianças chegam ao abrigo após terem passado por alguma situação de separação (provisória ou definitiva), abandono e/ou

¹ Em estudo anterior chamamos as instituições de abrigo de “casas abrigo” (Tinoco, 2005). No presente trabalho, nos pareceu mais adequado nomeá-las como instituições de abrigo e sabemos que existem vários outros nomes para este tipo de instituição, podendo variar a cada região do país (Rizzini e Rizzini, 2004). O termo “foster care”, utilizado na literatura de língua inglesa, se refere a todo tipo de abrigo para crianças que não podem permanecer com seus pais biológicos, como instituições e famílias guardiãs, e neste trabalho foi assim traduzido.

morte. Nesta população, estas experiências muitas vezes são somadas a situações de trauma e dor como abuso, violência e negligência, que por sua vez também geram outros tipos de perdas, como perda da segurança, de confiança no outro e no mundo, perda da inocência.

A experiência de abrigamento pode levar a uma alteração na identidade da criança, o que não deixa de ser outra perda, já que os alicerces que a sustentam são afastados: sua família, comunidade, cultura. O passado, o presente e o futuro são abalados e a criança perde a sensação de segurança e controle em relação ao que vai acontecer com ela (Marin, 1999, Mazorra e Tinoco, 2001a). “Quebram-se os elos com o passado, o que torna mais difícil viver o presente e quase impossível representar um futuro”, afirmam Sanches e Peloso (2005, p.150) concordando com o impacto provocado pela experiência de rompimento.

A criança perde, portanto, muitos de seus referenciais de vida - às vezes todos - ao mesmo tempo. É esta a idéia que a história contada no início deste capítulo pretende transmitir. O mundo que era conhecido pela criança deixa de existir, ainda que possa ser temporariamente, e ela tem que passar por um grande desafio: incorporar em sua história um novo mundo e novas referências. O universo que lhe era familiar, mesmo que muitas vezes conturbado e até perigoso, é substituído pela instituição que a recebe.

A passagem pela institucionalização é muito intensa e difícil para todos os envolvidos: criança, pais, familiares, profissionais. Trata-se de uma experiência que exigirá um processo de readaptação e recuperação, envolvendo necessariamente a vivência de um processo de luto pelas

mudanças, separações e perdas vividas. Entendendo o luto como uma reação ao rompimento de um vínculo (Bowlby, 1973/1993b, Parkes, 1998; Worden, 1998, Bromberg, 1998; Franco, 2002), na institucionalização de uma criança muitos lutos devem estar presentes. O modo como a criança e os adultos ao seu redor enfrentarem esta experiência, bem como as intervenções e cuidados oferecidos neste período influenciarão as vivências futuras desta criança.

Neste estudo, apresentaremos algumas reflexões a respeito do cuidado oferecido à criança que é abrigada numa instituição diante da impossibilidade de ser cuidada por seus genitores e as perdas e lutos envolvidos neste processo. Apesar da opção por estudarmos o cuidado oferecido à criança, algumas das reflexões aqui realizadas também podem ser válidas para os adolescentes institucionalizados em abrigos. Porém, a adolescência e suas especificidades não serão abordadas, sendo a atenção à criança o foco deste estudo.

A necessidade de refletirmos sobre a criança que está institucionalizada, o processo de institucionalização, as perdas envolvidas e suas consequências, além de uma discussão sobre caminhos que possam facilitar esta experiência e a elaboração do(s) luto(s), ganha papel importante, principalmente considerando que se trata de um universo bastante grande, como veremos adiante em *A Institucionalização no Brasil*.

1. Justificativa

Nosso interesse por este tema surgiu a partir de experiências com crianças que passaram por um processo de institucionalização após se separarem de suas famílias de origem por abandono, incapacidade de cuidado por parte dos genitores e da família ou morte.

O contato profissional da autora² com crianças em instituições e o trabalho com luto foi praticamente simultâneo, ainda durante a graduação, no ano de 1995, sendo que neste segundo tema (luto) se aprofundou e desenvolveu sua carreira como psicóloga e psicoterapeuta. Não podendo se desfazer deste viés, todas as vezes que pensava sobre a criança que estava vivendo em uma instituição, a imaginava como uma criança que tinha muitos lutos para elaborar. Pensar nas crianças que estavam institucionalizadas como crianças que passaram por perdas de diversas ordens e que, portanto, estavam enlutadas, possibilitava, para nós, a compreensão de muitas reações e comportamentos que observávamos.

Em oportunidades nas quais foi possível expor publicamente este ponto de vista a profissionais que trabalham com crianças abrigadas - na sua maioria técnicos e dirigentes de instituições e de serviços de proteção à criança, tanto públicos como particulares - tínhamos a impressão de que percebê-las como estando enlutadas fosse comum a todos os ouvintes devido à grande aceitação do tema. Nossas exposições eram baseadas em duas hipóteses interligadas:

² No presente estudo, daremos prioridade para o uso da primeira pessoa do plural por considerarmos pessoal e fidedigna à realidade, já que nunca estamos sozinhos na produção de conhecimento. Porém, quando acharmos necessário enfatizar algum aspecto referente apenas à autora, isto será destacado, e utilizaremos a terceira pessoa do singular.

1) em primeiro lugar, essas crianças devem ser percebidas como estando enlutadas devido aos rompimentos pelos quais passaram e 2) os adultos têm um papel muito importante na colaboração para a vivência saudável deste processo.

Porém, ao mesmo tempo em que esta idéia parecia óbvia aos ouvintes, não parecia estar refletida em sua prática. Ao estarmos atentos às ações dos profissionais que trabalham diretamente com estas crianças - por meio de relatos dos mesmos, bem como por observação das práticas em instituições - e ouvindo seus questionamentos, a sensação era a de que os rompimentos não estavam sendo olhados ou não da maneira como supúnhamos que deveriam ser. Além disso, parecia difícil para estes adultos compreenderem a própria importância na experiência de rompimento vivida por estas crianças ou traduzirem a compreensão em ação.

Paralelamente, a partir de nossa experiência clínica e institucional junto a crianças abrigadas e seus responsáveis, passamos a questionar se o fato de existirem dificuldades e fracassos em encaminhamentos que seguem uma institucionalização - o retorno à família de origem, a colocação numa família substituta, a adoção ou a permanência na instituição - poderia estar relacionado à falta de compreensão e falta de atitude adequada dos adultos cuidadores frente à elaboração dos rompimentos vividos pelas crianças.

A nosso ver, uma criança que tenha sido abandonada e que seja encaminhada para adoção, por exemplo, dificilmente conseguiria formar um vínculo seguro com seus pais adotivos sem antes elaborar adequadamente seu luto pelas perdas sofridas anteriormente. Pais adotivos que não compreendam

este tema poderiam ter dificuldades para ajudar seu filho adotivo a superar suas perdas e contribuir para a formação do novo vínculo. Por sua vez, profissionais que não estiverem preparados para compreender e trabalhar em situações como estas correriam o risco de atuar de forma errônea e perder a oportunidade de contribuir para o sucesso de um processo de adoção.

Num outro exemplo, uma criança que fique institucionalizada por vários anos e não elabore os rompimentos vividos, poderia ter dificuldade para vincular-se com as pessoas da instituição, da escola ou de outra rede de apoio existente, não formando novos vínculos; poderia não conseguir aprender, brincar, enfim, realizar atividades que contribuam para que se desenvolva adequadamente, comprometendo gravemente seu futuro. Da mesma forma, os adultos responsáveis por ela que não souberem como manejar uma situação de luto e os sentimentos e comportamentos envolvidos, poderiam compreendê-lo de forma equivocada, não promovendo cuidado e suporte adequados.

Os dois exemplos acima foram imaginados a partir de histórias observadas e vivenciadas por nós ao longo destes anos, marcadas por rompimentos não elaborados e uma grande dificuldade de adaptação ao novo, o que parece levar ao comprometimento das relações futuras na adolescência e vida adulta. A sensação que se fazia presente era a de que estas crianças corriam sérios riscos de não ter um futuro (“crianças sem futuro”, ouvíamos de alguns profissionais) ou de que este fosse marcado por muitas dificuldades. Mas não estávamos convencidos de que era este o caminho.

Do ano de 1998 a 2004, a autora fez parte do Projeto Semear, São Paulo, SP, atendendo em psicoterapia crianças e adolescentes

institucionalizados em casas abrigo, ministrando cursos e coordenando grupos de supervisão, ambos voltados para os profissionais que trabalham nas instituições.

O Projeto Semear, ao qual nos referiremos por Semear, foi montado em 1994 oferecendo o serviço de atendimento psicoterapêutico a crianças e adolescentes abrigados com o objetivo de contribuir para a estruturação emocional dos mesmos, possibilitando a superação do histórico do abandono e a inserção adequada destes sujeitos na sociedade. Fazia parte deste objetivo a perspectiva de propiciar a estas crianças e adolescentes a experiência de formar uma relação segura e de confiança com os psicoterapeutas, para que, a partir daí, lhes fosse possível reconstruir suas histórias e construir novas relações de modo saudável³.

Após atendermos crianças e adolescentes do Semear por algum tempo, percebemos que o trabalho de psicoterapia era, na maioria das vezes, insuficiente para lidarmos com as queixas trazidas ao consultório e realizarmos nosso trabalho a contento. Apesar de termos a prática de conversarmos no consultório com os que cuidavam das crianças e/ou irmos até a instituição com a finalidade de conhecer mais sobre a criança e seu entorno e de oferecermos orientação aos cuidadores, também isso nos parecia insuficiente. Como são vários os que cuidam de cada criança e havia uma grande rotatividade entre eles, não era possível conhecer e orientar a todos.

Durante encontros entre os psicoterapeutas do Semear, promovidos pelo mesmo com a finalidade de trocarmos experiências e aprimorarmos o

³ Ver Marmelsztejn (2006) para mais informações sobre o Projeto Semear.

serviço oferecido, percebemos que nossas dificuldades eram comuns às de muitos psicoterapeutas.

Passamos então a considerar a possibilidade de oferecer algum outro tipo de orientação aos cuidadores que trabalhavam nas instituições, já que eram eles os que passavam a maior parte do tempo em contato com as crianças e adolescentes. Precisávamos que estes cuidadores fossem parceiros do processo de psicoterapia, que eles pudessem entender a nossa forma de trabalho e nossos objetivos, contribuindo, assim, com o processo psicoterapêutico da criança.

Após o desenvolvimento destas idéias, criamos⁴ dentro do Semear um curso voltado para os profissionais que cuidam de crianças que estão abrigadas - aos quais estamos nos referindo por cuidadores -, com o objetivo de colaborar para o aprimoramento do cuidado oferecido a estas crianças. Todos os cuidadores que trabalhavam nas trinta e oito instituições atendidas pelo Semear em fevereiro de 2003 (Marmelsztejn e Arantes, 2003) foram convidados a participar deste curso: educadores - como nos referíamos (Tinoco, 2005) àqueles que cuidam diretamente da criança no dia-a-dia dentro da instituição -, técnicos, demais funcionários (vigia, cozinheira, motorista) e outros.

Durante os dois anos em que ministramos este curso tivemos contato com profissionais de diferentes instituições e pudemos conhecer algumas de suas experiências junto à criança e adolescente abrigados e ao processo de

⁴ Este curso foi desenvolvido no grupo de supervisão dos atendimentos clínicos das crianças do Projeto Semear formado pela supervisora Profa. Dra. Renata Aleotti e pelas psicoterapeutas Clarissa Temer, Luciana Mazorra, Marina Rossi, além da autora. Contamos também com apoio integral para execução do curso por parte das coordenadoras do Projeto Semear nesta época: Lucia Arantes e Renata Marmelsztejn.

institucionalização. Tal fato fez com que seguíssemos elaborando nossas idéias a respeito do processo de luto vivido pelas crianças com as quais trabalhávamos em consultório.

No total tivemos cinquenta e um alunos de vinte e três instituições de abrigo diferentes, distribuídos em seis turmas. Havia participantes que ocupavam funções diversas dentro da instituição, sendo que o número⁵ de cuidadores diretos era um pouco maior que o de técnicos. As instituições nas quais os cuidadores trabalhavam possuíam diferentes modelos de funcionamento, havendo participantes desde grandes instituições no modelo internato, pequenas instituições com até vinte crianças, até instituições que funcionavam no modelo de moradias com casais sociais.

A reflexão sobre as perdas envolvidas no processo de institucionalização foi uma das questões centrais abordadas durante este curso⁶. Apesar de receberem muito bem as informações, demonstravam uma surpresa inicial diante da idéia de que as crianças com as quais trabalhavam poderiam estar enlutadas. Parecia novidade, por exemplo, pensar que as crianças experimentavam um processo de luto diante dos rompimentos vividos e que estes pudessem ser um dos responsáveis pelas reações apresentadas. Observávamos que havia uma expectativa de que as crianças não reagissem às perdas, à separação de seus pais e à institucionalização e que se adaptassem e aceitassem prontamente a nova situação.

Nas aulas em que discutíamos sobre as manifestações do processo de luto apresentando as reações e comportamentos possíveis de serem

⁵ Os dados referentes à função exercida na instituição estão incompletos e, por este motivo, não foram citados precisamente.

⁶ O conteúdo teórico do curso encontra-se em anexo (Anexo I).

expressos por crianças que passaram por rompimentos de vínculos, notávamos que aquela surpresa inicial se transformava em alívio ao reconhecerem o significado de reações que observavam em seu cotidiano e com as quais sentiam dificuldade em lidar. Após este momento, pareciam compreender exatamente a importância do que estávamos falando e uma infinidade de exemplos de situações vividas por eles era compartilhada.

Após o término de cada turma do curso, alguns cuidadores - diretos e técnicos - nos procuraram empenhados em continuar o aprimoramento ao cuidado oferecido às crianças. Passamos a oferecer, então, grupos de supervisão aos cuidadores vinculados ao Projeto Semear, os quais eram denominados Grupos de Reflexão, com o objetivo de dar continuidade às reflexões iniciadas durante o curso para educadores.

Estas experiências impulsionaram ainda mais nosso desejo de produzir outros instrumentos ligados a este tema, explorando mais a fundo as experiências que tínhamos tido até o momento – os atendimentos em psicoterapia de crianças abrigadas e as orientações, palestras, cursos e supervisão para os cuidadores.

Então, o que poderíamos fazer?

Políticas públicas e projetos de intervenção com crianças em instituições de abrigo podem partir de duas direções: a de prevenção à institucionalização e a de cuidado à criança durante a mesma. Concordamos com a importância de se fazer um grande investimento em intervenções na primeira direção com o objetivo de evitar que as crianças cheguem à instituição. Porém, ainda que o ideal de uma sociedade seja que estas crianças

nunca entrem para este sistema, nossa realidade atual é que, além delas entrarem, aí permanecem e às vezes por toda a infância e juventude, existindo, portanto, a necessidade um grande investimento no processo de institucionalização.

Além disso, compreendemos que se fosse possível garantir que as crianças se desenvolvessem adequadamente do ponto de vista físico, emocional e relacional enquanto vivem em uma instituição, talvez diminuísse o número de abrigados por pelo menos dois motivos: 1) re-institucionalizações após vivenciarem um retorno ao lar ou adoção mal-sucedidos devido a problemas de vinculação e 2) abrigamento de crianças filhas de adultos que estiveram em instituições e que perpetuaram as vinculações inseguras e outros fatores de risco.

Crianças que estão em instituições, adultos que lá trabalham, profissionais que lidam com estas crianças em outros contextos (escola, fórum, consultório), famílias biológicas, famílias guardiãs, famílias adotivas, enfim, todos os atores envolvidos no processo de institucionalização, necessitam de apoio para que a formação de vínculo entre a criança e estes adultos se dê de forma saudável, o que consideramos ser imprescindível para que a experiência de abrigamento possa ter desfechos positivos.

Entendendo que: a) a instituição de abrigamento e os cuidadores que lá trabalham são atores muito importantes no processo de formação e rompimento de vínculos das crianças abrigadas, b) há poucos estudos sobre estes profissionais e c) há pouco treinamento, educação e apoio oferecido aos mesmos, escolhemos direcionar o presente estudo aos profissionais que

trabalham com as crianças em instituições de abrigo. Compreendemos, de todas as formas, que a criança não deixa de ser o foco da presente dissertação, sendo nosso olhar para os cuidadores uma forma de cuidado a elas.

Além de serem os que passam maior tempo em contato com as crianças, os cuidadores das instituições são os adultos que mais se deparam com as dificuldades envolvidas no cuidado oferecido a elas. Também são os que têm maiores chances de acrescentar novas experiências à história de vínculos da criança, sendo importante, portanto, que recebam apoio, retaguarda da sociedade e de profissionais capacitados para treiná-los.

Na presente dissertação, buscamos refletir sobre o modo como os cuidadores de crianças que estão abrigadas sob responsabilidade do Estado observam e atuam na experiência de institucionalização. Por meio desta reflexão buscamos conhecer os fatores dificultadores e facilitadores - chamados de fatores de risco e fatores de proteção, como veremos adiante - envolvidos no processo de institucionalização, a partir da perspectiva da Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos, perspectiva esta baseada na Teoria do Apego. Com este olhar, procuramos, finalmente, promover a readaptação ao ambiente - seja a instituição, a família biológica, adotiva ou guardiã - e o desenvolvimento saudável da criança.

Ao conhecermos os fatores de risco e proteção presentes na institucionalização acreditamos que estamos contribuindo para a educação dos cuidadores e da sociedade em geral em relação ao tipo de cuidado e apoio que se deve oferecer à criança. Este processo educativo será chamado, neste

trabalho, de Educação para a Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos de Crianças Institucionalizadas, que significa educar os adultos cuidadores para o reconhecimento das necessidades das crianças que vivenciaram rompimentos, buscando minimizar os riscos e promover o suporte adequado para a elaboração destas experiências, bem como a formação de vínculos saudáveis.

A escolha pela perspectiva da Formação e do Rompimento de Vínculos Afetivos, que inclui o processo de elaboração de luto, representa a possibilidade de um novo olhar para o antigo fenômeno da institucionalização, contribuindo para as discussões existentes ao redor do tema criança abrigada.

Os grupos de supervisão aos quais nos referimos há pouco é um exemplo de uma atividade inserida no processo educativo, sem que houvéssimos nomeado como tal até o momento. Nossas atuações dentro destes grupos também eram baseadas na perspectiva da Formação, Rompimento de Vínculos e da Teoria do Apego, buscando, a cada encontro, construir conhecimentos que levassem a uma maior compreensão dos indivíduos e dos processos envolvidos na institucionalização e que possibilitassem o desenvolvimento de condutas adequadas frente às questões enfrentadas.

As supervisões aconteceram entre os anos de 2003 e 2005, com encontros semanais de uma hora ou quinzenais de uma hora e meia. Neste período aconteceram dois grupos de supervisão e algumas supervisões individuais, dos quais participaram um total de dez cuidadores de diferentes instituições. Os cuidadores traziam para supervisão suas dificuldades em

relação ao trabalho, casos para discussão e acompanhamento, além de compartilharem ações e conhecimento que haviam aplicado no trabalho.

Para a presente dissertação, escolhemos analisar o conteúdo das supervisões tendo em vista os objetivos deste estudo. Esta escolha se justificou pela riqueza de informações existentes nos registros destes encontros, referentes ao modo como os cuidadores e as instituições lidam com o processo de abrigamento e às práticas diante dos rompimentos. Além disso, como somos parte destes encontros, a utilização deste material possibilitou destacarmos nossa percepção a respeito do sentido do cuidar de uma vivência subjetiva que inclui perdas e lutos, não apenas do ponto de vista de quem analisa a experiência, mas também de quem participou dela.

Apresentação da dissertação

Primeiramente contextualizamos o leitor apresentando um breve panorama do histórico da institucionalização no Brasil até os dias atuais.

Em seguida apresentamos as contribuições da Teoria do Apego, de John Bowlby. Além da importância de partirmos deste referencial teórico quando falamos sobre rompimento e formação de vínculos, o autor foi um importante pesquisador de crianças que viveram em instituições e suas reações de enlutamento.

A compreensão do processo de luto e as especificidades do luto infantil vêm a seguir, incluindo o conceito de luto não-reconhecido, conforme entendemos o luto das crianças que são abrigadas. Ao discutirmos a teoria do

luto levamos em conta que ela é usualmente relacionada a situações nas quais ocorreu uma morte. Por isso, incluímos o esclarecimento de que neste trabalho consideramos que as separações sofridas pela criança abrigada podem ser geradoras de processos de luto, bem como explicitamos o porquê deste posicionamento. Neste tópico também estão incluídos os fatores de risco e fatores de proteção envolvidos nas experiências de luto, que podem dificultar ou facilitar o enfrentamento deste processo, dependendo de cada vivência.

Neste ponto apresentamos contribuições teóricas de pesquisadores que trabalharam com crianças que foram para diferentes tipos de lares substitutos⁷, buscando tecer correlações entre esta teoria e a teoria de luto já apresentada.

Com o intuito de enriquecer o elo entre os estudos existentes sobre luto e sobre institucionalização, utilizamos ao longo deste trabalho nossa experiência junto a crianças e cuidadores em instituições. Estas experiências, que se iniciaram há mais de dez anos atrás, compreendem: observação e intervenção nas instituições, atendimento psicoterapêutico a estas crianças, grupos de supervisão de psicoterapeutas - estando a autora na qualidade de psicoterapeuta - e grupos de supervisão, reflexão e cursos para cuidadores - estando a autora da qualidade de supervisora e docente.

O método utilizado nesta pesquisa mereceu atenção especial, por se tratar de uma sistematização de dados que já possuíamos antes do início da mesma. O conteúdo das supervisões analisadas foi, ao mesmo tempo, nosso ponto de partida e de chegada. Primeiramente, foi a partir das reflexões geradas nas supervisões que nossa inquietude para produzirmos esta

⁷ Quando nos referirmos a “lares substitutos” ou “cuidado substituo” de forma geral, estamos incluindo qualquer cuidado que não o da família. Quando quisermos nos referir a lares substitutos que fazem parte de programas de famílias guardiãs, faremos esta aclaração.

dissertação surgiu. Posteriormente, ao invés de coletarmos novos dados para o presente estudo, voltamos ao conteúdo das supervisões e um novo olhar foi lançado sobre ele: neste momento, a necessidade era a de sistematizar nossas experiências e, principalmente, organizar os aspectos teóricos pensados a partir das mesmas.

Os cuidados éticos exigidos por uma pesquisa com seres humanos e com luto foram contemplados e são apresentados também no método.

Em *Análise e Discussão*, apresentamos o material selecionado das supervisões e em seguida analisamos e discutimos as práticas observadas, unindo esta discussão à teoria apresentada.

Finalizamos com as considerações finais deste estudo.

2. Objetivo

O presente estudo tem por objetivo, portanto, refletir sobre o luto e seus fatores de risco e proteção, presentes no processo de institucionalização da criança, a partir da prática de seus cuidadores.

3. A institucionalização no Brasil

3.1 Um breve histórico da institucionalização no Brasil

O Brasil possui uma longa história no que se refere à institucionalização de crianças. Estudos apresentam um extenso e completo relato sobre este histórico (Baptista, 2006; Rizzini e Rizzini, 2004; Maricondi, 1997), dos quais destacamos brevemente alguns pontos.

Segundo levantamento realizado pelos autores acima citados (idem), nos séculos XVI e XVII, religiosos eram os responsáveis por comandar as primeiras instituições para a educação de órfãos e órfãs no país. A partir de meados do século XVIII, quando as famílias com dificuldades de criar seus filhos buscavam ajuda do Estado, principalmente devido à pobreza, as crianças eram encaminhadas para instituições de órfãos e abandonados. Até metade do século XIX as crianças eram entregues sem que se conhecesse quem as estava deixando, o que mudou a partir do momento em que se instituiu um sistema de admissão aberta das crianças.

As instituições nas quais permaneciam as crianças eram chamadas de “internatos para menores” e “orfanatos” e as crianças ficavam asiladas, apesar de terem família, na maioria dos casos. Nesta época eram denominados “menores abandonados” os menores de idade que não tinham pais ou pais que não possuíssem condições adequadas para cuidar de seus filhos. A privação do contato com o mundo externo era observada como medida de “proteção à sociedade”, já que estas crianças eram vistas como “desviantes”. As grandes

instituições continham escolas, áreas de lazer, consultórios médico e odontológico, onde se oferecia um cuidado quase exclusivamente voltado ao assistencialismo.

A partir do século XX, ações políticas e sociais realizadas em torno do atendimento às crianças e adolescentes provocaram grandes mudanças na forma de se propor o cuidado às crianças que não eram criadas por suas famílias, embora o atendimento assistencialista tenha permanecido com força até o fim do século e ainda possa ser observado nos dias de hoje. O Estado passou a questionar a ausência de um método científico no atendimento a esta população e, a partir daí, foram criados diferentes órgãos públicos responsáveis pelo seu cuidado.

Seguiu-se um interesse crescente nas questões relacionadas à criança abandonada, e profissionais e estudiosos passaram a debater em relação à qualidade do cuidado prestado. Neste momento, as dificuldades encontradas pelos profissionais e pela sociedade para cuidar e educar estas crianças eram relacionadas à falta de capacidade cognitiva e afetiva destas, assim como ao excesso de agressividade e a outros problemas de comportamento.

Após aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, o atendimento prestado pelas instituições sofreu alterações, embora, segundo Guirado (2004) e Rizzini e Rizzini (2004), muitas práticas tenham sido mantidas até os dias atuais. O ECA (SME, 1990/2003 p.63) define o Abrigo como “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando previsão de liberdade” (Artigo 101, Parágrafo Único). De acordo com a recomendação da Convenção

das Nações Unidas pelo Direito da Criança citada por Rizzini e Rizzini (2004), o cuidado da criança deve ser realizado por uma instituição somente se não houver alternativa e, neste caso, além de ser temporário, deve ser inspirado no cuidado familiar.

Desta forma, o abrigo de crianças, e não mais internação, deveria ser adotado apenas diante da ausência de outros recursos de cuidado e o modo de funcionamento não poderia mais ser o de um grande internato, mas de pequenas moradias com número reduzido de crianças, tentando garantir um cuidado mais individualizado.

Outras mudanças como a municipalização e regionalização do atendimento às crianças favoreceram a busca de suporte junto à família e à comunidade, já que elas devem ser abrigadas na sua cidade e bairro próximo, embora isto nem sempre seja cumprido segundo a SAS (2004).

Hoje encontramos na cidade de São Paulo instituições que funcionam no modelo de internato e outras que seguem o modelo de curta permanência, as conhecidas casas de triagem ou de passagem, quando a criança fica transitoriamente na instituição enquanto aguarda-se a decisão de retorno à família ou ida para um abrigo. Em relação aos abrigos, propriamente ditos, encontram-se os de pequeno, médio ou grande porte, dependendo do número de crianças abrigadas. A maioria dos abrigos da cidade está em conformidade com o que estabelece o ECA, tendo até 20 abrigados em uma pequena moradia (SAS, 2004). Porém, de acordo com mesmo estudo, ainda que a porcentagem de abrigos de médio e grande porte seja pequena, 67,4% dos abrigados estão em instituições deste tipo.

Apesar do que foi estabelecido pelo ECA, observamos que a institucionalização acaba sendo uma alternativa bastante utilizada, muitas vezes de forma permanente, sendo a crescente dificuldade financeira de parte da população e a falta de trabalhos suficientes com as famílias e comunidades de origem destas crianças, algumas das possíveis causas deste fenômeno. Além disso, os processos de adoção e colocação em família substituta nem sempre são desenvolvidos da forma mais adequada, o que é causa de muitos re-abrigamentos.

Isto quer dizer que a criança continua passando muitos anos de sua vida abrigada, porém num clima de maior provisoriedade que antes com os grandes internatos. Explicamos: este momento de transição de leis levou a perspectiva da institucionalização de um extremo ao outro: da internação e confinamento à provisoriedade excessiva, ou seja, a idéia de que a institucionalização deve ser temporária acaba por dificultar que investimentos no cuidado e nas relações sejam realizados adequadamente. Como a criança deve ficar pouco tempo sob a guarda da instituição, existe a crença de que não é necessário um trabalho específico ou ainda, que é melhor não investir emocionalmente já que criança logo vai embora. Mesmo que não se cumpra à lei, e a criança permaneça um período longo no abrigo, um clima de provisoriedade é estabelecido, influenciando diretamente sua dificuldade de restabelecimento da segurança e confiança, tema que voltará a ser abordado adiante.

A criança que é abrigada em uma instituição vem de um lar que não lhe oferece condições mínimas para um desenvolvimento saudável. A falta destas condições é, muitas vezes, alheia à vontade da família, e a entrega para uma

instituição de abrigo pode ser, inclusive, uma atitude de proteção e cuidado com sua criança, podendo estar mais protegida e melhor cuidada na instituição que com a família. Porém, as famílias que buscam uma instituição para colocar seus filhos desde os séculos passados até os dias de hoje, são vistas de forma negativa: “são incapazes de cuidar”, “tiveram coragem de deixar um filho”, são falas que já ouvimos de pessoas que trabalham nas instituições e da sociedade. Da mesma forma, as instituições não são consideradas lugares adequados para a criança viver: “o lugar de uma criança é com a família”, “de criança de instituição não se pode esperar coisa boa”. A partir desta visão, a criança que está institucionalizada está entre duas realidades difíceis: a família ruim e a instituição ruim.

Se o ambiente familiar onde a criança estava era muito desestruturado, ela pode ter no abrigo mais estrutura e proteção. O papel da institucionalização, neste sentido, torna-se fundamental e é, talvez, a única possibilidade de estabilidade para a criança e para a família.

Guirado (2004) aponta que, apesar de haver ocorrido mudanças físicas e materiais nas instituições, o discurso da sociedade referente à população institucionalizada e à instituição não apresentou alterações significativas, o que para autora ainda levará tempo para acontecer. Isto quer dizer que mesmo que a maioria das instituições atuais funcione como abrigo de pequeno porte e que a atenção possa estar mais individualizada (SAS, 2004), os significados atribuídos à institucionalização ainda remetem a sentimentos de falta e desamparo.

Podemos observar que muitos dos que trabalham neste contexto e a sociedade de um modo geral ainda identificam as crianças abrigadas como menores abandonados e carentes, prevalecendo a idéia de que só a família ou o modelo familiar podem ser bons. Esta perspectiva apenas mantém e reforça a condição de carência e abandono com a qual ficam todos identificados, comprometendo as intervenções com as crianças. O que queremos dizer é que a identificação com o desamparo pode provocar desde paralisia nas ações até descrença de que a instituição pode ser um lugar adequado e bom para o seu desenvolvimento.

Entendemos que o abrigo pode ser uma alternativa positiva, quando as instituições proporcionam um cuidado adequado, sendo que para isso, seria importante que primeiramente fossem cumpridos os princípios, funções e objetivos das instituições de abrigo determinados pelo ECA (SME, 1990/2003). São alguns deles:

- a) Promover recepção digna e afetiva das crianças que chegam à instituição;
- b) Preservação dos vínculos familiares;
- c) Manutenção do grupo de irmãos;
- d) Assegurar rotina diária similar à de família;
- e) Atendimento de crianças em grupos reduzidos;
- f) Evitar a transferência de crianças e adolescentes para outras instituições;
- g) Desenvolvimento de atividades educacionais;
- h) Participação da criança na vida da comunidade local;

- i) Garantir cuidados à saúde física e mental.
- j) Integração em família substituta, quando os recursos de manutenção da família de origem forem esgotados;
- k) Preparação gradativa para o desligamento;
- l) Manter registros individuais de cada criança, contendo motivos pelos quais está abrigada e todas as informações que garantam sua identificação e individualidade;

Para que estas determinações sejam exercidas, faz-se necessária a constante capacitação e aprimoramento dos recursos humanos envolvidos no cuidado à criança. A dificuldade econômica do país é tida como a principal responsável pela falta de recursos investidos neste fim.

O momento ainda é de transição e mudanças no que se refere à forma como devem funcionar as instituições e como o Estado e organizações devem proceder diante de uma família com dificuldades de manter seus filhos sob seus cuidados ainda são discutidas. Quando o ECA completou dez anos de existência muito se debateu sobre aspectos que até hoje não estão sendo cumpridos conforme a lei, como é o caso do tempo de abrigamento de uma criança. Desde então novas leis foram e estão sendo julgadas a fim de que esta e outras questões possam ser resolvidas.

3.2 Panorama atual da institucionalização

De acordo com dados levantados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (IPEA, 2003), o número de crianças e adolescentes institucionalizados atualmente no Brasil pode chegar a cem mil. Segundo este estudo, há no Brasil seiscentos e trinta abrigos cadastrados pela Rede de Serviços de Ação Continuada, atendendo vinte mil crianças, sendo que estes números devem representar 20% do número real de abrigados no país. Na cidade de São Paulo, em pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e outros parceiros (SAS, 2004), estima-se que haja quatro mil, oitocentos e quarenta e sete crianças e adolescentes abrigados nos cento e noventa abrigos da cidade, sendo que estes números podem ser muito maiores, pois há discrepância em alguns dados recolhidos pela mesma. Deste total, 61% têm idade de zero a onze anos e 33% foram abrigadas por negligência dos pais, ou abandono. Outros dados são importantes no que diz respeito ao tema aqui abordado: 31% passaram por dois abrigos diferentes e, para 65% dos abrigados, não há perspectiva de desabrigamento. Segundo o IPEA (2003), 51,9% dos abrigamentos duram mais de dois anos, sendo que 6% das crianças e adolescentes vivem por mais de dez anos nas instituições.

Os dados da SAS (idem) sobre os motivos de abrigamento são semelhantes aos do IPEA (idem), e estão assim apresentados: 33% negligência ou abandono; 26% dificuldades econômicas; 14% maus tratos e abuso sexual. Estes dados foram tomados quando a criança era encaminhada para a Vara da Infância e Juventude, podendo ser aclarados e alterados após

verificação, como se descobriu, por exemplo, a existência de 7% de abrigamento por falecimento do genitor.

Outro estudo (Rizzini e Rizzini, 2004) aponta que a maioria das crianças e adolescentes abrigados após saírem de suas casas teve experiência de viver na rua e um histórico de múltiplas institucionalizações. Segundo as autoras, as crianças e adolescentes que chegam às instituições são:

a) órfãos ou abandonados pela família, não possuindo nenhum vínculo com a família de origem.

b) em situação de adversidade e vulnerabilidade: violência, problemas familiares, catástrofes.

c) em situação de pobreza.

Em uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro pelas mesmas autoras (Rizzini e Rizzini, 2004), constatou-se que entre os anos de 2000 e 2001 houve um aumento de 20% de pais a procura de vagas nas instituições, por impossibilidade financeira de cuidar dos seus filhos.

Outra pesquisa (Weber e Kossobudzki, 1994), realizada com crianças que vivem em instituições em Curitiba, apresenta alguns dados importantes, além de tristes: 37% das crianças chegam à instituição com lesões corporais ou sérias alterações emocionais e apenas 14% das crianças tinham os pais morando juntos na época do abrigamento. De todo o restante 34% tinha os pais separados, 13% tinham apenas a mãe, 27% eram órfãs de pai e mãe e em 12% dos casos não se tinham informações. Estes números apontam para a frequência com que estas crianças vivem múltiplas perdas, sendo a institucionalização mais uma que se soma a elas.

Para pensarmos em relação ao futuro destas crianças há os seguintes dados: 9% das crianças têm os pais destituídos do poder e podem ser adotadas, enquanto que 41% nunca recebem visitas de sua família. Estes dois números estão em completa desarmonia e mostram um enorme problema: apesar de a referida pesquisa não fornecer estes dados, se considerarmos que todas as crianças que estão disponíveis para adoção não recebem visitas (9%), 32% das crianças não recebem visitas, mas também não podem ser adotadas. Se alguma criança dos 9% que estão disponíveis para adoção recebe visita, o número que encontramos (32%) pode ser ainda maior. Estes números tornam compreensíveis algumas conclusões da mesma pesquisa: a) as crianças demonstram dificuldades em pensar e planejar seu futuro e b) as crianças são pessimistas em relação às possibilidades afetivas em seu futuro (Weber, 2000; Weber e Kossobudzki, 1994).

A seguinte fala das pesquisadoras Rizzini e Rizzini (2004, p.52) expressa as conseqüências desta realidade observada em números:

“Seja qual for a origem destas crianças, todas apresentam traços comuns (...): histórias marcadas pela descontinuidade de vínculos e trajetórias, por muitas mudanças e constantes rompimentos de seus elos afetivos, além de uma grande demanda por atenção e cuidados que poucas vezes é correspondida. Com freqüência, a urgência de serem ouvidas e terem suas necessidades atendidas são os mais fortes elementos que surgem nas suas falas”.

Mais adiante voltaremos a falar da experiência da criança que está numa instituição de abrigo. A seguir, será explicitada nossa compreensão das conseqüências de uma criança estar separada de seus pais segundo a Teoria

do Apego, importante para o entendimento da vivência das crianças institucionalizadas.

4. A criança separada de seus pais: contribuições da Teoria do Apego

A perda da figura de apego primária representa a perda de tudo para a criança: a perda do amor, segurança, proteção.

Beverly James, 1994.

Ao descrever a relação da criança com a mãe em sua presença e em sua ausência e a influência desta relação na compreensão da personalidade, a Teoria do Apego, formulada por John Bowlby, alcançou lugar de destaque na compreensão da formação e do rompimento dos vínculos afetivos. A qualidade do relacionamento da criança com seus cuidadores e as experiências de separação e perda destas relações, afirma o autor, teriam interferência nos seus relacionamentos futuros (Bowlby, 1969/1993, 1973/1993 a, b).

Ainda segundo o autor, a criança desenvolve o comportamento de apego pela figura com quem mantém proximidade, comumente a mãe, buscando fonte de confiança e proteção. O desenvolvimento deste comportamento, essencial para a saúde mental, se dá numa experiência de cuidado afetivo, contínuo e duradouro com a mãe ou substituto, na qual tanto a criança quanto a figura materna sentem satisfação e prazer, originando assim uma relação de apego segura (Bowlby, 1969/1993).

O que Bowlby quer dizer por cuidado contínuo, um dos vários termos questionados na época em que escreveu a teoria, é explicado por seu filho, Sir Richard Bowlby (2004), quando numa conferência sobre os cinquenta anos da Teoria do Apego. Segundo ele, uma relação que dure muitos anos e que os períodos de separações existentes sejam tão curtos que não causem grandes

problemas e traumas, são experiências de cuidado contínuo. Entretanto, não há como saber, de forma generalista, o tempo exato que pode levar uma separação para que esta não cause danos. Além da separação, a idade da criança, onde e quem ficará responsável por seu cuidado durante a ausência da figura materna, a frequência das separações, o temperamento da criança e a relação com a figura de apego principal – que é quem a deixou, tudo isso influenciará no quanto e como uma separação pode ser ou não traumática para a criança.

Quando utilizamos o termo figura materna neste estudo estamos nos referindo à figura cuidadora e de maior proximidade da criança, podendo ser a mãe ou uma figura materna substituta permanente. Bowlby, em vários de seus estudos, faz referência a este termo, usado desta mesma forma, embora aponte que há uma diferença entre a mãe natural e a mãe substituta que não pode ser anulada, referindo-se às questões hormonais e emocionais ligadas ao parto e que interferem na relação mãe-bebê (Bowlby, [1951]1976/1995, 1969/1993, 1973/1993a; b). Outras variáveis certamente devem existir e quando entendemos que qualquer figura materna pode ser satisfatória em relação à possibilidade de se construir uma relação de apego seguro, não queremos dizer que estas diferenças inexistam.

Schofield e Beek (2005) destacam que para um desenvolvimento emocional saudável a criança precisa acreditar que o cuidador está disponível. Para isso, este deve ser acessível, permitir a dependência, ser atento, capaz de identificar as necessidades da criança e estar apto a prover qualquer necessidade de proteção e cuidado, sem ser intrusivo. Assim, é formada uma

base segura, como denomina Bowlby (1969/1993) e a criança sente-se livre para explorar, aprender, desenvolver-se e manejar a ansiedade, contando que pode voltar para o cuidador diante de algum perigo.

Além da necessidade da presença de uma figura protetora para que o comportamento e relação de apego sejam estabelecidos, o modo como esta figura está presente é importante: se atenta ou não à criança, se responsiva, se tranqüila. Da mesma forma, a maneira como a figura de apego se ausenta influencia na reação e no comportamento de apego da criança: se a figura materna sai abruptamente, por exemplo, a criança reacionará com choro e outros comportamentos de procura; se esta forma de ausentar-se for freqüente, a criança pode passar a duvidar da segurança desta figura (Bowlby, 1969/1993).

Apesar do comportamento de apego estar ligado à satisfação das necessidades tanto de cuidados físicos quanto de amparo, a presença de afeto e proteção é mais importante que a alimentação e outros cuidados. Isto é, para a formação e a manutenção do comportamento de apego, a intenção da figura de apego de relacionar-se com o bebê, a demonstração explícita de afeto, sua iniciativa e capacidade de acolhê-lo rapidamente são aspectos mais importantes que se é esta figura quem provê os cuidados físicos (Bowlby, 1969/1993).

Ainsworth e outros (1978), citados por Bowlby (1969/1993), concordam que o desenvolvimento do comportamento de apego depende da sensibilidade da figura cuidadora em responder aos sinais do bebê e a qualidade e quantidade da interação social entre mãe-bebê. Porém, a qualidade importa mais que a quantidade. Por exemplo, se o pai vê pouco seu bebê, mas é muito responsivo a

ele e a mãe cuida integralmente de seu bem-estar físico, mas sem interagir socialmente, é possível que a criança se apegue mais ao pai.

Por outro lado, apontam Ainsworth e outros (1978), a figura materna pode trazer prejuízos para a criança ainda que tenha afeto pela mesma. Isto ocorre quando o comportamento da figura materna evoca insegurança ao manifestar excesso de ansiedade, falta de encorajamento para exploração do meio, dificuldade de manter proximidade e traumas não resolvidos. A autora observou que cada uma destas dificuldades levam a um tipo de comportamento por parte da mãe, gerando diferentes padrões de apego inseguro.

Parkes (2001) apresenta um elucidativo resumo dos quatro tipos de padrão de apego propostos pela mesma autora (Ainsworth e outros, 1978):

- **Padrão de Apego Seguro:** figuras cuidadoras sensíveis e responsivas às necessidades da criança, promovem uma base segura para que ela possa explorar o mundo adequadamente. Estas crianças podem tolerar pequenas separações sem grandes traumas, além de responderem rápida e positivamente ao acolhimento oferecido pela figura materna quando esta retorna.
- **Padrão de Apego Inseguro Ansioso Ambivalente:** figuras maternas extremamente ansiosas e insensíveis às necessidades da criança que desencorajam a exploração adequada ao meio geram nas crianças comportamento de intenso sofrimento durante separações. Quando a figura materna volta, a criança apresenta, ao mesmo tempo, raiva e necessidade de agarrar-se à mesma.
- **Padrão de Apego Inseguro Evitativo:** crianças que são cuidadas por uma figura materna que não tolera proximidade afetiva punindo comportamentos de

apego, aprendem a não chorar e a não demonstrar necessidade de agarrar-se à mesma. Quando esta figura sai, a criança parece não importar-se e mostra-se desapegada, embora possa ser notada alguma manifestação de sofrimento e estresse. Diante do retorno da mesma figura, a criança a ignora e se afasta.

- **Padrão de Apego Inseguro Desorganizado ou Desorientado:** crianças com este padrão de apego apresentam uma variedade de comportamentos desorganizados diante de uma separação. A figura cuidadora pode ter sofrido intenso trauma ou perda, que permanece não resolvido, prejudicando a possibilidade de cuidado oferecido. Crianças demonstram certa paralisia ou reações estereotipadas diante da separação e posterior reunião com o cuidador.

As conseqüências de cada um dos quatro tipos de padrão de apego têm lugar importante quando observamos as reações às perdas. Diante de freqüentes separações e padrões de apego muito confusos, por exemplo, o medo do abandono definitivo pode se tornar o principal temor da criança, o que incidirá sobre suas reações e relações, trazendo sérias conseqüências durante a infância e a vida adulta. Parkes (2001) aponta que a maioria das pessoas que o procuraram para tratamento psiquiátrico apresentou um evidente histórico de padrão de apego inseguro durante a infância, que se estendeu para as relações da vida adulta, tanto em sua formação, quanto em seu rompimento.

Desta forma, à maneira que as relações de apego são importantes para a criança, as separações destas, temporárias ou definitivas, produzem intensos sentimentos, devendo ser observadas e estudadas com atenção. Como sustenta Bowlby, (1969/1993; 1973/1993a) tanto a formação quanto o rompimento de vínculos, somados às características parentais, familiares e a dinâmica familiar

na infância, estão profundamente ligados ao desenvolvimento de padrões de relacionamentos na vida adulta. A qualidade do relacionamento com os cuidadores no início da vida e as experiências de separação e perda destas relações interferirão nos relacionamentos futuros de diferentes maneiras como veremos a seguir (Bowlby, 1969/1993, 1973/1993 a, b).

A partir de uma linha metodológica prospectiva, segundo a qual estuda os efeitos posteriores de uma vivência, Bowlby acredita que a privação materna na infância é uma experiência prejudicial ao desenvolvimento psicológico da criança. O autor sustenta que a separação mãe-bebê gera uma situação de insatisfação, principalmente de recebimento de afeto, podendo inclusive ameaçar sua sobrevivência ([1951]1976/1995; 1973/1993b; 1979/1990).

Bowlby e seu colega James Robertson encontraram resistência de seus colegas na aceitação da idéia de que a ausência da figura materna poderia provocar reações nocivas às crianças, como aflição e desolação. Os autores e outros colegas de pesquisa sabiam da importância da variável *mãe ausente*, embora também soubessem que esta não era a única responsável pelas reações encontradas (Bowlby, 1969/1993; 1973/1993a; b).

Além das reações durante o período de separação, foram observadas as reações após o retorno das crianças aos seus lares e ao cuidado materno. Durante um curto período de separação entre mãe e criança, observaram um intenso sentimento de perda e reação de raiva. Após o retorno, algumas reagiam com veemente necessidade de ficar grudada à mãe, enquanto outras apresentavam rejeição.

Aquelas que eram separadas de suas mães por um longo período de tempo e eram cuidadas por pessoas estranhas em lugares não familiares reagiam de forma parecida: apresentavam reações de protesto e desespero e, posteriormente, de desapego. Crianças de um ano e meio a três anos que mantinham um relacionamento próximo com a mãe e que nunca haviam se separado dela reagiam, num primeiro momento, protestando sua ausência, buscando a figura da mãe e rejeitando qualquer outra figura estranha que viesse ao seu encontro. Num segundo momento, iam perdendo a esperança de encontrá-la, embora a preocupação com sua ausência continuasse enorme. As crianças ficavam retraídas e inativas, num processo de enlutamento. No início pensava-se que a apatia que seguia a fase de protesto era um sinal de esquecimento da figura de apego, o que na verdade era uma profunda tristeza. Após estas duas fases, que não são estanques nem separadas, mas se mesclam – inclusive com a terceira -, as crianças passavam a estar disponíveis para se interessar pelo ambiente e pelas pessoas, aceitando seu contato e parecendo dar sinais de maior tranquilidade, – isto considerando um ambiente que possibilitasse este interesse (Bowlby, 1969/1993; 1973/1993a; b).

Em experiências de separação prolongada ou permanente, a criança é capaz de vincular-se a outras figuras e, quando perde também estas, apresenta reações intensas. Porém, quando este processo de apegar-se e perder acontece muitas vezes, a criança vai se ligando cada vez menos, podendo não apegar-se a mais ninguém, não reagindo às separações e reencontros (Bowlby, 1973/1993a). Nesta situação, a ausência de reações

pode levar a crer que a criança está aparentemente adaptada ao meio, mas esta é uma adaptação superficial, na tentativa de proteger-se de novas perdas.

Bowlby (1969/1993) afirma que após os doze meses de idade as separações são mais sentidas pela criança, podendo trazer maiores distúrbios. Neste período, na maioria das vezes o padrão de apego já está estabelecido, mas pode ser alterado diante de uma grande mudança na figura de apego ou no ambiente, como acidente ou doença da mãe, ou o nascimento de um novo bebê. Em estudo posterior, o mesmo autor (1973/1993b) aponta que desde os seis meses de idade é possível observar claramente a aflição de um bebê diante da ausência da figura de apego.

Se a criança possuir um cuidador substituto com quem possa se relacionar e que seja fonte de afeto, é possível que ela forme novas relações seguras após a vivência da separação ou perda. Caso contrário, se houver falta de afeto e cuidado e se as relações forem breves, as relações formadas poderão ser sempre passageiras e superficiais (Bowlby,1973/1993b).

Outros autores, Anna Freud, Burlingham, Erickson, Spitz, Jacobson, Winnicott, como citados no início deste trabalho, também trouxeram importantes contribuições à estas mesmas questões, sendo algumas delas muito semelhantes às de Bowlby, às vezes usando outras terminologias e outros enfoques, havendo também as discordâncias. Para se ter uma idéia, mas não sendo o objetivo aqui aprofundar-se em teorias de outros autores, pode-se observar o que diz Spitz (1978), sobre crianças carentes pequenas (nove a dezoito meses), que ficaram separadas de suas mães por períodos de seis meses a um ano. Foi destacado o que ele denominou de “síndrome de

hospitalismo”. Esta síndrome chamou-lhe a atenção pela série de comportamentos parecidos que estas crianças apresentavam e que tinham em comum os seguintes aspectos: estarem separadas da figura materna por longos períodos; estarem num ambiente estranho; cuidados eram exercidos por pessoas igualmente estranhas e por várias pessoas diferentes. Os comportamentos observados eram principalmente de recusa a se relacionar ou manter qualquer contato com pessoas estranhas que se aproximavam.

Estas crianças apresentavam certa tranqüilidade enquanto sozinhas, embora não se observasse comportamentos de busca de prazer, e tendiam a se afastar diante da presença de uma figura estranha. Apenas as enfermeiras que cuidavam com maior freqüência das crianças não eram recebidas com este comportamento. Os movimentos e ações eram de agarrar seus objetos como roupas e também os próprios dedos. Encontravam-se num estado letárgico e não possuíam energia para estabelecer contato.

Observou-se também que no início a criança reagia com choro forte diante da presença de alguém que tentasse estabelecer contato. Depois o choro se tornava baixinho e mais tarde apenas choramingos, sendo estas vocalizações indicativas da “qualidade de desprazer”⁸ vivida pela criança.

Voltando à Teoria do Apego, se o objetivo do comportamento de apego é manter o laço afetivo com a figura de apego, qualquer ameaça ou risco de perda deste laço gerará uma ação que vise sua preservação. Quanto maior o risco de perda, mais intensas serão as reações para evitá-la. Nesta situação, todas as formas de comportamento de apego são ativadas: agarrar, chorar,

⁸ Ver Spitz (1978), p. 24.

raiva, intensa aflição, protesto. Se o laço é restabelecido, a aflição é aliviada e os comportamentos de apego cessam, caso contrário, o esforço para recuperar a relação nunca cessa totalmente (Bowlby, 1973/1993b). Isso quer dizer que o anseio de reaver a pessoa perdida pode diminuir de intensidade, mas permanecerá este desejo, mesmo que inconsciente.

Não é apenas a uma única figura que a criança pode dirigir os comportamentos de apego e apegar-se, outras figuras são também importantes, havendo uma hierarquia entre elas. Porém, vale frisar que independente da idade da criança e, por toda a vida, haverá a preferência por uma figura de apego, normalmente a primeira (R. Bowlby, 2004).

Outra constatação é que não só a uma figura humana a criança dirige o comportamento de apego. Bowlby (1969/1993), mencionando o trabalho sobre objetos transacionais de seu colega Winnicott, observou que a criança relaciona-se de modo especial com alguns objetos eleitos por ela, que também têm o poder de tranqüilizá-la e satisfazê-la em algumas situações. A ausência ou perda deste(s) objeto(s) pode ser vivida com muita angústia, ficando muitas vezes inconsolável até poder reavê-lo(s). Neste sentido, já podemos nomear o que será visto mais adiante, que são as múltiplas perdas que vive uma criança que vai para uma instituição: perde tanto as pessoas quanto as coisas conhecidas, com as quais mantinha uma relação de apego.

Independente da idade da criança, a separação da mãe pode ser uma vivência traumática, principalmente se ela for removida para um lugar estranho e com pessoas estranhas: o aparelho mental é atingido por uma série de informações que não pode absorver prontamente. Este “trauma da ausência”,

como denomina Hughes (2004), muitas vezes não é reconhecido como tal, pois não há provas ou sinais que facilitem sua identificação, como há em traumas como o abuso sexual, por exemplo.

Em decorrência da separação podem surgir reações como aflição prolongada, depressão, negação ou cisão – processos defensivos resultantes do trauma (James, 1994; Bowlby, [1951]1976/1995, 1973/1993b; Katz, 1997). Diante da imaturidade para lidar com estes sentimentos e reações, a criança pode apresentar dificuldade em estabelecer novos vínculos saudáveis, distúrbios nervosos, personalidade instável, doenças psíquicas, doenças psicossomáticas e, em última conseqüência, morte.

Embora, muitas vezes, não seja possível evitar que uma situação de rompimento de vínculos aconteça, há meios de reduzir o prejuízo, possibilitar a elaboração do rompimento e a reconstrução saudável de vínculos. Na época de seus estudos, Bowlby (1979/1990), empenhou-se na busca por estas descobertas,

“o estudo de respostas à perda da figura materna nos primeiros anos de vida é um dos mais promissores (...) existe a probabilidade de nos tornarmos capazes de desenvolver medidas para impedir, pelo menos, algumas formas de enfermidade mental” (p.60).

O adulto cuidador, que proporciona a proteção necessária para a criança, irá ajudá-la a enfrentar situações que seriam muito assustadoras se tivesse que encará-las sozinha. Outros adultos podem ajudar a lidar com situações menos difíceis, mas, em situações de ameaça e vulnerabilidade, é a figura de apego quem melhor pode dar o conforto necessário, sendo hierarquicamente a mais importante. Quando acontece a perda da figura de

apego a criança sente medo e desespero que não podem ser suavizados rapidamente, já que quem teria condições para isto está ausente (Bowlby, 1973/1993a; James, 1994). Outras figuras nas quais a criança confie possuem papel importante dando suporte e segurança durante esta separação. Porém, a perda da figura de apego não pode ser prontamente elaborada sem que a criança passe por um profundo sofrimento e por um processo de luto.

O processo de luto está estreitamente ligado à relação de apego e à outros vínculos, já que a dor do luto existe devido a importância destas relações. Entendemos que o luto é uma etapa tanto do processo de rompimento quanto de formação de um novo vínculo, já que este só será possível se quem perdeu realizar algum luto. A intensidade e complexidade da experiência do luto depende, além de outros fatores, de como foi estabelecida a relação com a figura de apego, como foi vivida esta relação e também como ela foi perdida. Da mesma forma, a formação de novos vínculos após a perda será influenciada pelo luto e sua elaboração. Este importante processo possibilita a reorganização emocional de crianças que sofreram separações e perdas, e pode ser vivenciado por ela de diferentes maneiras, como veremos a seguir.

5. Por que falar de luto na instituição?

Após compreendermos como os vínculos são formados e as conseqüências geradas diante de uma separação segundo a Teoria do Apego, o próximo passo é abordar as questões relacionadas ao processo de luto, tendo em vista os nossos objetivos.

Este processo surge em decorrência de uma experiência de rompimento, seja esta breve, longa ou permanente. Quando nos referimos a um rompimento estamos considerando as situações em que houve a perda de algo ou alguém importante e com o quê ou a qual havia um vínculo. Estas perdas podem ser ocasionadas por separação, morte, mudança, doença, perda de um ideal. A perda geradora de um processo de luto pode ser, portanto, concreta ou simbólica, mas sempre de algo que era importante e que altera o significado da vida do indivíduo. Esta alteração de significado implica numa adaptação ao mundo sem a presença do que foi perdido e a busca por um novo significado é uma trabalhosa tarefa que cabe a quem sofreu a perda.

Sabemos que o termo luto é tradicionalmente relacionado à situação na qual ocorreu uma morte. Porém, as perdas exemplificadas acima também são consideradas geradoras de luto e, no nosso trabalho, pensamos ser importante trazer esta perspectiva.

Entendemos que a separação vivida por uma criança que é abrigada, independente do motivo que a levou a isso, é uma situação que envolve a perda de um ou vários vínculos com pessoas e com seu meio, como explicitaremos mais detalhadamente adiante. Estas perdas alteram o

conhecimento que ela tinha do mundo até então e exigem que ela passe por um processo de adaptação buscando novos significados. Mesmo aquelas que são separadas apenas temporariamente de sua família ou aquelas que mantêm um contato constante com esta por meio de visitas também vivenciam uma perda e devem se adaptar a ela. As crianças que chegam ao abrigo já tendo passado por uma série de rompimentos anteriores, têm que se adaptar à nova separação, às novas pessoas e ao novo lugar, podendo ser mais ou menos difícil a depender de como foram vividas as perdas anteriores, além de outros fatores da experiência atual.

Devido à perda daquilo que era conhecido e à necessidade de se ajustar a uma nova situação, uma reestruturação emocional é exigida da criança, que se dará por meio de um processo - o processo de luto. Deste processo, quando vivido adequadamente, fará parte a compreensão do que aconteceu, expressões de luto, reorganização e construção de novos significados, formação de novos vínculos ou recuperação dos vínculos dos quais esteve temporariamente separada e continuidade da vida de modo satisfatório, saudável e prazeroso.

Não é difícil imaginar que a criança que é institucionalizada apresente intensas reações diante da experiência de separação. Tais reações podem ser bastante diversas, sendo natural e esperado que elas se manifestem. Em nossa experiência clínica e institucional junto a estas crianças observamos reações e comportamentos que denotam que ela está vivendo um processo de luto, mas que nem sempre é reconhecido como tal.

O processo de luto se fará presente, portanto, desde o momento em que acontece a separação (ou antes, se já havia uma ameaça do que iria ocorrer), durante o abrigamento, podendo se estender para a situação que seguir o mesmo, seja o retorno à família, a adoção, ida para uma família substituta ou permanência numa instituição. Desta forma, a possibilidade de entendermos a perspectiva do luto no processo de abrigamento possibilitará ao cuidador uma melhor compreensão dos aspectos subjetivos da perda e das reações e comportamentos envolvidos, podendo oferecer à criança o suporte adequado a esta experiência. Com isso, a criança terá ajuda para elaborar o rompimento de vínculos e formar relações saudáveis, condição essencial para seu desenvolvimento adequado e um futuro positivo segundo nossa compreensão das teorias aqui apresentadas.

A seguir apresentaremos aspectos da teoria do luto que consideramos importantes para a compreensão das perdas vividas no abrigamento. Esta teoria foi desenvolvida pelos estudiosos principalmente a partir da perda por morte e ampliada posteriormente para outros tipos de perda. Bowlby (1960/1999; 1973/1993b; 1979/1990), por exemplo, baseou sua teoria muito mais em estudos onde a criança perdeu um ou ambos genitores por morte, mas ponderou que outros tipos de perda, como separações, mudanças e adoecimento, são igualmente consideráveis e relacionadas aos dados encontrados. Marris (1993), um dos importantes e pioneiros estudiosos do luto também destacou a necessidade de reconhecermos as reações a outros tipos de perda que afetam o significado da vida do indivíduo como uma expressão de luto.

R. Bowlby (2004) afirmou que enquanto preparava a trilogia da Teoria do Apego, seu pai lhe dizia que os nossos sentimentos de perda diante da morte de um ente querido são os mesmos de quando uma criança se separa temporariamente de sua mãe e, mesmo diante de perdas “menores” que uma morte, as reações são muito intensas.

Schneider e Phares (2005) observaram que se estuda muito mais o enfrentamento da criança em casos de luto por morte e pela separação dos pais que o luto ocasionado por outros tipos de perda. As outras possibilidades de luto muitas vezes são referidas como “outras perdas” em geral, sem haver discriminação, afirmam eles, o que confirmamos durante nossos estudos durante o preparo da presente dissertação.

Pensamos que é possível utilizar a literatura geral sobre luto e luto infantil para compreendermos vivências relacionadas a outros tipos de perda que não morte sem, no entanto, desconsiderar as especificidades de cada experiência. A falta de estudos específicos para cada situação de perda causa prejuízos, principalmente, para o reconhecimento e o manejo de algumas situações de luto. No entanto, a compreensão da teoria tal como está descrita, nos dá uma melhor dimensão do que pode representar um rompimento e seus desdobramentos.

6. Luto e luto na infância

A natureza do sofrimento é tão complexa, seus efeitos em caracteres diferentes são tão variados, que é raro, se não impossível, que um autor revele conhecimento profundo de todos eles.

Shand (1920) citado por Bowlby (1973/1993b).

O luto é um processo que pode ser adiado, mas não evitado. Parkes (2001).

O processo de luto é uma reação normal e esperada diante da perda de um vínculo. Muitos autores que abordam o tema estão de acordo com esta definição (Freud, 1917 [1915]/1974; Bowlby, 1973/1993b, Parkes, 1998; Worden, 1998; Bromberg, 1998, Marris, 1993), e também concordam que é uma das dores mais intensas que o ser humano pode sentir.

Na história da teoria do luto, um importante lugar é ocupado por Freud e seu trabalho “Luto e Melancolia” (1917 [1915]/1974), no qual descreve o luto como uma reação diante da perda de um ente querido, ou de algo muito importante para o sujeito tal qual o primeiro. Para o autor, o luto pressupõe um trabalho a ser realizado pelo ego para adaptar-se à nova realidade imposta pela ausência daquilo que era amado. Somente após a compreensão do que foi perdido, da resignificação e transformação desta relação, o trabalho de luto pode ser finalizado e outros “amores” investidos.

Bowlby (1973/1993b) apresenta seu entendimento sobre o que é luto, também com a idéia de que há um trabalho psíquico a ser alcançado pelo

indivíduo que vivencia uma perda. Este trabalho se manifesta por reações, sentimentos e comportamentos que podem ser observados em quatro fases, assim descritas para um processo de luto normal em relação à morte de um ente querido:

1) Fase de entorpecimento: pode ter duração de horas a uma semana. A vida do enlutado pode continuar normal e automatizada e ser interrompida por estados de aflição, raiva e pânico.

2) Fase de anseio e busca da figura perdida: pode durar de meses a anos. Nesta fase a consciência da perda começa a existir. Sentimentos como inquietação, aflição, sensação de presença da pessoa falecida, assim como raiva e descrença, podem estar presentes. Há momentos em que o enlutado acredita, consciente ou inconscientemente, que a perda é reversível. Uma profunda tristeza pode coexistir, diante do reconhecimento da impossibilidade de reaver a pessoa perdida.

3) Fase de desorganização e desespero: há maior consciência de que a perda é definitiva e, por isso, nesta fase a tristeza e desolação é maior.

4) Fase de reorganização: possibilidade de adaptar-se à nova realidade sem a pessoa perdida.

O objetivo das duas últimas fases é o de encontrar uma maneira de conciliar a necessidade de sentir-se perto da pessoa perdida e o desejo de afastar-se das lembranças, por ser extremamente doído. O enlutado, após expressar repetidas vezes descrença, raiva e tentativa de busca da pessoa perdida, se dá conta de que é necessário mudar seu comportamento e a reação de aceitação toma espaço. Na última fase de um luto bem sucedido há

uma redefinição de si mesmo do ponto de vista emocional e cognitivo, e o enlutado adquire e aceita novos papéis e hábitos, retomando o interesse pela vida.

Ao usar esta divisão, a preocupação de Bowlby não era fazer generalizações, como se poderia pensar, mas descrever os efeitos por ele observados diante da vivência de uma perda. O autor aponta para as armadilhas quando não se restringe o uso de dados sistemáticos, como a vulgarização e patologização de reações e sentimentos, e aconselha ter cautela no uso destes dados (Bowlby, 1973/1993b; Stroebe et al., 2001). Concordando com Shand, autor da frase de abertura deste capítulo, Bowlby (1973/1993b) aponta que é muito grande e variável o número de reações possíveis diante de uma perda, além de que diante de qualquer tipo de perda importante para o indivíduo é possível observar manifestações, reações e comportamentos semelhantes. Também entende que estas fases e sentimentos muitas vezes se sobrepõem uns aos outros, não sendo um processo linear, nem compartimentado, nem observável em todos os enlutados da mesma maneira, com o que concordam estudiosos do tema (Parkes, 1998; Worden, 1998; Bromberg, 1998; Franco, 2002).

Concordamos com os autores acima que o processo de luto não é um processo vivido de forma segmentada, como pode ser a impressão de quem entra em contato com apenas esta parte da teoria. Porém esta separação nos parece didática, ajudando a nortear a compreensão do indivíduo enlutado. Durante o curso para cuidadores promovido pelo Projeto Semear, por exemplo, observamos que esta divisão facilitava a compreensão da teoria e a

identificação de reações e comportamentos em relação aos rompimentos vividos pela criança abrigada.

A elaboração do luto, tanto do adulto, quanto da criança, é importante diante de algumas necessidades decorrentes da perda: compreensão do que aconteceu, adaptação à nova realidade, busca por novas figuras de apego e fortalecimento da capacidade de enfrentamento de situações adversas. Para que estas necessidades sejam atendidas, há tarefas psíquicas específicas deste processo que devem ser cumpridas pelo enlutado, tais como: aceitação da realidade da perda; elaboração da dor da perda; ajustamento a um ambiente novo; internalização e ressignificação da relação perdida e continuação da vida (Bowlby, 1973/1993b; Jewett, 1994, Worden, 1998). Estas tarefas dependerão, além da condição interna, também das condições do ambiente, para que ocorram de modo favorável. O que consideramos ser uma elaboração favorável e saudável é conseguir realizar estas tarefas, que inclui tanto sofrimento quanto superação.

No processo de luto normal de uma criança podemos encontrar manifestações de lembranças persistentes da pessoa perdida, freqüente saudade, choro, tristeza e culpa – sentimentos que também podem ser observados em adultos. É comum a criança apresentar intensa angústia e raiva, demonstrando estes sentimentos em situações que parecem não merecer, aos olhos estrangeiros, reações de tal intensidade. Outras reações que podem ser encontradas em crianças que estão em processo de luto são: medo de morrer ou de que outra pessoa querida morra; ansiedade de separação; comportamentos agressivos; euforia; depressão; apatia; pesadelos;

perda ou aumento de apetite; perda ou aumento de sono; adoecimento; comportamentos regressivos; hiperatividade; rebaixamento da auto-estima; impotência; sentimento de ter sido abandonada; dificuldade de pensamento e de concentração; distúrbios de aprendizagem; retraimento social; ideação suicida.

Segundo alguns autores que se dedicaram a estudar o tema (Bowlby, 1979/1993b; Webb, 1993; Jewett, 1994; Bromberg, 1998; Mazorra, 2005a), a elaboração do luto infantil pode ser considerada mais complexa que a do adulto. Há alguns aspectos específicos do luto da criança, como a intensa necessidade de receber apoio de outra figura importante; dependência de outra pessoa para receber as informações sobre o que aconteceu; dificuldade de compreensão de questões relativas à morte; maior possibilidade de ter sentimentos mal interpretados pelos adultos; fraqueza do ego infantil para suportar o luto; influência da capacidade do cuidador em superar o próprio luto. A possibilidade de adaptação saudável à realidade após a perda será influenciada positiva ou negativamente pela maneira como os adultos atuarem diante da perda e da inter-relação entre estes e outros fatores.

O luto e a possibilidade ou não de elaborá-lo é multiplamente influenciado, por um conjunto de fatores anteriores, simultâneos e posteriores à perda que envolve: a) aquele que perdeu; b) quem e/ou o que foi perdido; c) a relação entre estes dois; d) as circunstâncias da perda; e) o suporte recebido após a perda e f) o entorno: família, economia, sociedade e cultura. Estes fatores poderão funcionar como fatores de risco, ou fatores de proteção, para o processo de elaboração do luto pelo rompimento do vínculo e para a

possibilidade de se vincular novamente. Por fator de risco, compreende-se cada aspecto ou evento que esteja presente na vida do enlutado ou nas circunstâncias da perda, seja antes, durante ou após seu acontecimento, e que pode ter uma influencia dificultadora ou complicadora na elaboração da perda. Os fatores de proteção seriam aqueles que influenciariam de forma positiva ou facilitadora a vivencia do luto. A simples presença de um fator de risco não faz com que o luto não possa ser bem elaborado, mas a associação entre diversos fatores e/ou a falta de fatores protetivos é que indicariam esta possibilidade. O mesmo se dá com os fatores de proteção.

Alguns estudiosos consideram melhor não utilizar o termo fator de risco por entenderem que demonstra que o prejuízo do risco já está determinado e propõem que se utilize “mecanismos de risco” ou “situação potencialmente geradora de risco” (Rutter, 1993 e Casellato, 2004). Neste texto, optamos por continuar utilizando o termo, entendendo que uma determinada situação ou acontecimento considerado fator de risco pode, ou não, se concretizar numa situação de risco.

Para exemplificar, pensando no nosso tema de crianças que são separadas de suas famílias por diferentes motivos e que passam a ser cuidadas por cuidadores substitutos, temos que: quanto mais estranho for o ambiente para a qual ela for levada após a separação, maior será a reação de protesto. Quanto menos estranho for o ambiente e quanto mais estável for a figura cuidadora, isto é, uma figura única responsável pelos cuidados e afeto, menor será a aflição. Um mesmo fator, neste caso o ambiente, pode ser um fator de risco ou de proteção, dependendo da situação em que ele se

apresentar e da associação com outros fatores. Além da variável 'ambiente de cuidado substituto', outros fatores ligados à criança, à relação perdida e à situação na qual ocorreu a separação também podem contribuir positiva ou negativamente, para a significação da experiência vivida e capacidade de enfrentamento da criança (James, 1994; Bowlby, 1973/1993a).

Segundo Parkes (2005), em sua experiência com crianças enlutadas, a qual compartilhou com Bowlby, crianças com até dezoito meses parecem aceitar melhor as mudanças ocasionadas pela perda que crianças mais velhas. Para o autor, é mais difícil para crianças de dois a cinco anos lidarem com o luto da separação. Entende, porém, que independentemente da idade, o mais importante diante de uma separação é o que acontece ao redor desta experiência, como o tipo de cuidado oferecido e a vivência de várias mudanças subseqüentes, entre outros, concordando com o que foi dito acima.

Especificando um pouco mais algumas condições que afetam o curso do luto, podendo torná-lo mais fácil ou complicado de ser elaborado, temos:

- Fatores pessoais, familiares, sócio-culturais e históricos;
- Fatores da personalidade;
- Fatores ligados à pessoa perdida;
- Fatores ligados à relação perdida;
- Histórico pessoal de perdas e de enfrentamento;
- Educação para a morte recebida;
- Características e circunstâncias da perda;
- Acesso às informações sobre o ocorrido;
- Apoio recebido;

- Possibilidade de expressão dos sentimentos;
- Vivência de outras perdas concomitantes e/ou subseqüentes.

Quando iniciou a publicação de seus estudos e pesquisas sobre a Teoria do Apego nas décadas de 50 e 60, Bowlby deu ênfase à separação mãe-criança como causadora de sérios prejuízos para o desenvolvimento infantil, como vimos. Apesar de ter afirmado que o pesar vivido na infância traz conseqüências adversas para o funcionamento da personalidade, ao longo dos anos seguintes passou a considerar fortemente a idéia de que outras variáveis teriam grande interferência nas conseqüências de uma separação e que, portanto, nem todas as crianças sofreriam o mesmo prejuízo e teriam seu desenvolvimento comprometido. A influência mútua entre as condições adversas vivenciadas antes e após a perda, bem como o modo como é vivenciado o luto gerado por esta é que teriam a força pra causar danos ao desenvolvimento da criança, sugerindo, portanto, a existência dos fatores de risco e proteção mencionados (Bowlby, [1951]1976/1995; 1973/1993a, b; 1979/1990). Acreditamos que estudiosos mais atuais da Teoria do Apego têm, nesta ampliação de pensamento, respostas para algumas de suas críticas à teoria.

Segundo o autor (1973/1993b), o processo de luto da criança é profundamente influenciado pelas pessoas que convivem com ela, isto é, pelo modo como estas pessoas reagem à perda, como falam sobre o assunto com a criança e como esperam que ela reaja. Além disso, a criança precisará da ajuda dos adultos para poder enlutar-se por suas perdas.

Desta forma temos as condições para que o luto infantil se dê de forma saudável – fatores de proteção – descritas por Bowlby (1973/1993b, p.337):

- a) ter vivido uma relação segura com a figura de apego antes da perda deste;
- b) receber as informações prontas e exatas sobre o que aconteceu;
- c) poder fazer perguntas e participar do luto da família;
- d) ter a presença de um cuidador substituto em quem ela confie.

A sensação da criança diante de uma experiência de perda da figura de apego é a de ter sido abandonada, independente de a perda ter ou não ligação com alguma intenção por parte do adulto que a deixou. Esta sensação de abandono pode ser traumática e a criança precisará de uma rede de sustentação para poder enfrentá-la, trazendo-lhe de volta a sensação de controle e estabilidade perdida. Apesar de algumas crianças possuírem força e capacidade individual para enfrentar situações adversas, elas não podem fazer isto sozinhas, dependendo de ajuda externa (Rutter, 1985; 1993 e Katz, 1997).

Tanto Bowlby (1969/1993) quanto Rutter (1993) afirmam que a criança apoiada pelo adulto durante o seu processo de luto sentirá maior segurança diante do enfrentamento de outras situações adversas e desconhecidas. Isto quer dizer que, com o auxílio de um adulto, após o processo de readaptação e superação de uma perda ela pode se perceber como alguém forte, com condições de criar saídas e de superar situações difíceis. Para Bowlby (1969/1993), esta capacidade, chamada de resiliência, dependerá de como a personalidade se estruturou, se foi possível estabelecer uma relação de apego segura, da confiança no meio e do senso de competência desenvolvido.

Para definir resiliência, o autor (Bowlby, 1969/1993) utiliza-se de estudos realizados por Block e Block (1980), que compreendem o termo resiliência do ego como a capacidade de alteração do nível de controle de acordo com as circunstâncias, adaptação a circunstâncias diferentes, compreensão de situações conflitantes e flexibilidade comportamental.

Além destas definições, achamos interessante alguns aspectos considerados por Walsh (1998), que são observados nas pessoas consideradas resilientes: paciência, bom temperamento, inteligência, boa capacidade de expressão emocional.

Encontramos na nossa experiência inúmeras histórias de crianças institucionalizadas que nos causavam certa surpresa pelo número de situações adversas vividas por elas (em tão pouco tempo de vida!) e pela capacidade positiva de reagirem às mesmas. Sanches, Parente e Moraes (2005), apontam que as crianças que vivem em instituições podem ser consideradas sobreviventes, pois apesar de terem vivido situações muito adversas e traumáticas, desenvolvem alguma capacidade de viver num mundo que lhes proporciona muito pouco, muitas vezes conseguindo aproveitar o máximo possível do que lhes é oferecido e perceber-se capaz de sobreviver às adversidades.

Sempre nos perguntávamos: por que certas crianças parecem conseguir se adaptar tão melhor que outras à separação e às situações novas, parecendo aproveitar todas as oportunidades oferecidas, mesmo diante de um passado marcado por extremo sofrimento? Por que outras crianças, apesar do investimento que se fazia para oferecer-lhes cuidados que se consideravam

adequados às suas necessidades, pareciam não “querer” ou na nossa compreensão, não poder aproveitá-los? O conceito de resiliência parece adequado como uma explicação possível para esta diferença.

Entendemos a capacidade de resiliência da criança como um fator de proteção no enfrentamento de situações adversas e a ausência dela um fator de risco, que afeta a possibilidade de elaboração das perdas e a formação de novos vínculos. Como acontece com todos os fatores de risco e proteção, um fator sozinho não determina o modo de enfrentamento, mas sim sua associação com outros elementos.

É comum observarmos na nossa prática clínica e também nos estudos já mencionados (Bowlby, 1979/1993b; Webb, 1993; Jewett, 1994; Bromberg, 1998; Mazorra, 2005a) que muitas vezes a criança não é compreendida em suas manifestações e demonstrações de enlutamento. Isto significa que a criança pode não ter seu luto reconhecido pelos outros e, conseqüentemente, não receber ajuda adequada.

Segundo Doka (1989) um luto pode não ser reconhecido quando:

- a) o relacionamento não era reconhecido, ou seja, a relação do enlutado e da pessoa perdida não era aceita ou reconhecida socialmente;
- b) a perda ou a morte não é reconhecida: perda não considerada significativa, como aborto, abandono, adoecimento; morte repelida socialmente, como suicídio, morte por AIDS.
- c) o enlutado não é reconhecido, isto é, não é capaz de compreender a perda e enlutar-se, como crianças, idosos, doentes mentais.

d) a expressão do luto não é reconhecida – formas de enlutar-se e expressar-se são diversas daquelas esperadas socialmente.

Casellato (2005), ao falar de luto não reconhecido e abandono, traz importantes colaborações no sentido de que esta experiência seja distinguida como uma experiência de perda, auxiliando nas mudanças de atitude da sociedade frente ao reconhecimento do luto pelo abandono na infância. Destaca ainda que numa situação de abandono na infância é possível observarmos quatro indicadores de não reconhecimento da perda e do luto:

- a) a criança que é abandonada é considerada incapaz de compreender as questões envolvidas no abandono.
- b) a importância da relação não é reconhecida, principalmente se a criança tinha poucos meses de vida ao ser abandonada, quando acredita-se que não havia-se formado um vínculo entre a mãe e a criança.

Em um exemplo dado pela autora (idem, p.67), quando a criança é abandonada nos primeiros meses de vida, encaminhada para uma instituição e posteriormente adotada, “há uma tendência social de se negar a existência deste vínculo com a mãe biológica, que existe desde a concepção”. No entanto, em seu estudo de [1951] 1976/1995 Bowlby destaca várias pesquisas que apontam reações de um bebê diante da separação da figura materna logo nas primeiras semanas de vida. Ressaltamos que ao negar-se este vínculo, nega-se, inseparavelmente, o direito e a necessidade de um processo de luto, o que pode contribuir para o fracasso da nova formação de vínculo com a família adotiva. Esta negação tem o poder de dificultar ou até impedir que a criança elabore o luto, já que ela necessita da ajuda do adulto para isso.

Observamos na prática com instituições e seus profissionais que outra situação de não reconhecimento da importância da relação é a da criança que foi separada dos seus pais por estes possuírem condutas incompatíveis com o cuidado adequado a ela, sendo mal vistos pela sociedade, como pais alcoólicos, drogaditos, com comportamentos delituosos.

c) a perda não é reconhecida, já que muitas vezes não há morte.

É importante acrescentar que, o entorno perdido (meio, outras relações, objetos) também não é reconhecido.

d) a expressão de luto de um bebê ou de uma criança é mal compreendida por serem manifestações diferentes das de um adulto e/ou podem ser minimizadas e atribuídas a outros fatores.

Para Casellato (2005), a experiência de abandono é, portanto, um tabu no qual o relacionamento e a perda não são validados, além da criança não ser considerada capaz de compreender a perda e enlutar-se, principalmente em situações onde não houve uma situação de morte concreta, tendo a criança sido abandonada por outro motivo.

O processo de luto não é difícil apenas para quem o vive, mas também para quem o observa, devido ao sentimento de impotência que esta experiência provoca em todos, como aponta Bowlby (1973/1993b). Isto faz com que muitas vezes as atitudes diante de alguém enlutado não sejam adequadas do ponto de vista da facilitação da elaboração do processo. Este fato pode estar relacionado ao não reconhecimento do luto e às dificuldades próprias de cada um para lidar com as questões que envolvem perdas. Aqueles que profissionalmente se deparam com luto e com pessoas enlutadas, igualmente

se sentem impotentes, principalmente quando se trata de crianças, como é o caso dos profissionais que trabalham em instituições de abrigo. Uma das formas possíveis de se compreender o não reconhecimento do luto é, portanto, como um mecanismo de defesa para evitar o contato com uma situação que causa dor e impotência.

Não é fácil ajudar e intervir com quem passou por um rompimento. Segundo Bianchi (2003) e Worden (1998) o enlutado necessita de muita continência, possui pouca capacidade de escutar, pode sentir intensa raiva, culpa e outros sentimentos de difícil manejo. Além disso, Bowlby (1973/1993b, p.421) diz que “cuidar de uma criança pesarosa é tarefa difícil e pouco recompensadora (...) [e] “não é incomum que seja submetida a uma forte pressão para ‘esquecer’ seu sofrimento”. Vemos, desta forma, que a criança enlutada pode sofrer com a dificuldade do adulto em poder lidar com a dor dela.

Diante destas considerações, se os profissionais que acolhem as crianças que estão separadas de sua família possuem esta visão de não reconhecimento e aceitação da(s) perda(s) e luto(s), o modo de enfrentamento e elaboração dos mesmos será profundamente afetado. A experiência de separação e conseqüente privação da relação de afeto mais importante para a criança somada à falta de reconhecimento social do sofrimento tornam-se dificultadores na elaboração destas vivências.

Sem a colaboração do adulto, a criança terá dificuldade de expressar seus sentimentos em relação às perdas sofridas ou ainda pode não conseguir compreender, aceitar, readaptar-se e finalizar este processo. Estas dificuldades

podem resultar em um luto não resolvido – luto adiado, inibido ou luto crônico, sendo que se o rompimento não é bem elaborado, a formação de vínculos posteriores a ele bem como outros vínculos existentes são prejudicados.

O indivíduo que possui um luto não resolvido na infância tem seu desenvolvimento emocional e relacional comprometido, muitas vezes sem que a causa seja compreendida. Este comprometimento pode ser observado tanto pelos autores anteriormente citados (Bromberg, 1998; Parkes, 1998; Worden, 1998; Bowlby, 1973/1993b) como também em nossa prática clínica, em crianças, adolescentes e adultos que vivenciaram diferentes tipos de perda.

Algumas manifestações de luto mal sucedido podem aparecer logo após a perda e persistir por muito tempo, às vezes anos, ou podem aparecer algum tempo depois da perda. Bowlby (1973/1993b) descreve algumas delas:

- a) angústia persistente por medo de outra perda;
- b) acusação e culpa persistentes;
- c) agressividade e destrutividade;
- d) hiperatividade e distração;
- e) compulsão para cuidar e autoconfiança compulsiva.

Antes de seguirmos adiante neste trabalho destacamos, com base no que foi colocado até o momento, dois de nossos pressupostos: 1) entendemos que todas as perdas presentes numa institucionalização podem seguir o mesmo padrão de não reconhecimento visto acima, sendo ele um fator de risco para a elaboração saudável dos rompimentos e 2) entendemos que todas as crianças institucionalizadas possuem rompimentos a serem elaborados: são

perdas diversas e lutos diversos, que precisam de atenção especializada, da colaboração de um adulto e espaço para serem vividos adequadamente.

7. A institucionalização como uma possibilidade saudável

Independentemente de ficar pouco ou muito tempo num lar substituto, as crianças precisam ser ajudadas a encontrar formas de viver satisfatoriamente e de tornarem-se seres inteiros (Wilgocki e Wright , 2002, p.32).

Uma incômoda questão é feita pela sociedade e por aqueles envolvidos neste tema: é melhor uma criança ser criada numa instituição ou é melhor que viva com sua família mesmo que esta não tenha condições de prover-lhe um cuidado adequado?

Se tanto a família quanto a instituição de abrigo não oferecerem um ambiente de confiança, proteção e estimulação adequada, o impasse será grande. Ainda que não tenhamos a pretensão de responder tal questão, há o objetivo de pensar na instituição como uma alternativa viável, quando a criança não pode ser cuidada por sua família. Diante do contínuo ingresso de crianças nos abrigos até o presente, há a necessidade de se pensar em como é possível melhorar a experiência de estar institucionalizado e como melhor aproveitar este momento para que a criança se desenvolva adequadamente. Não se trata, portanto, de defender a institucionalização como solução para crianças que não podem viver com suas famílias, mas de pensar caminhos para que a vivência na instituição seja satisfatória, enquanto ela for necessária.

Algumas dificuldades de cuidado presentes nas instituições são conhecidas como prejudiciais ao desenvolvimento da criança, como apontou

Bowlby (1969/1993). O autor teve contato com estudos comparativos entre crianças criadas por suas famílias e criadas em instituições que mostram que as primeiras se desenvolvem mais cedo que as outras. Comportamentos como sorriso e balbúcio foram mais tardiamente e menos freqüentemente observados nas crianças que estavam institucionalizadas, demoravam também para reconhecer rostos e apresentavam menor tentativa de contato com adultos. Os fatores que influenciam esta diferença, segundo o autor, estão relacionados aos seguintes aspectos da instituição:

- presença de menor número de estímulos;
- falta de ambiente seguro e confiável para que a criança possa executar movimentos exploratórios;
- maiores variações do meio;
- menos situações que promovam a aprendizagem.

No mesmo estudo Bowlby apontou que crianças criadas em instituições apresentavam atraso no desenvolvimento de comportamentos que visavam a vinculação com um adulto protetor, pois nestes lugares o cuidado era dado de forma impessoal. Também encontrou o mesmo tipo de atraso em crianças cuidadas por famílias nas quais as mães passavam longos períodos longe de seus bebês e/ou que os cuidados eram realizados por várias pessoas e/ou a qualidade de interação social era baixa (estimulação visual, olfativa, auditiva, tátil e sinestésica), independente do cuidado rotineiro ser satisfatório. Pelos mesmos motivos, Bass, Shields e Behrman (2004) afirmam que crianças criadas em situação de cuidado temporário possuem maiores riscos de ter problemas

emocionais e de comportamento e também têm mais problemas físicos e mentais que crianças que crescem em outros meios.

Contrapondo estas idéias, encontramos um relato de que nas instituições de abrigo de responsabilidade do Estado de São Paulo o cuidado passou a ser mais adequado que o praticado antes da elaboração do ECA em 1990, apesar de nem tudo o que está previsto em lei ser cumprido (Maricondi, 1997). Segundo a autora, abrigos menores e “baseados num modelo familiar” viabilizam a preparação para o recebimento de cada criança, bem como uma atenção mais individualizada.

Abreu (2000), por sua vez, encontrou maiores chances de desenvolvimento de transtornos psiquiátricos em crianças criadas em instituições que com suas famílias. No entanto, segundo a autora a institucionalização em si não pode ser a única responsável pelo desenvolvimento dos transtornos, até porque em muitas situações as crianças em instituições estão em um ambiente mais saudável que estavam anteriormente com suas famílias. Os motivos que levaram ao abrigo, a história de vida da criança e sua família, as adversidades e o abandono, compõem uma seqüência de variáveis prejudiciais ao desenvolvimento saudável da criança, sendo a institucionalização uma delas.

Neste momento nos colocamos a pensar em um desafio: se a criança chega à instituição com um histórico não propício para seu desenvolvimento, será possível que além de proporcionar bons cuidados do momento em que é institucionalizada em diante a instituição possa ainda oferecer os cuidados necessários para sanar as dificuldades anteriores ao abrigo?

Alguns trabalhos que tratam sobre a institucionalização e sobre as instituições que acolhem as crianças (Guirado, 1980, 2004; Weber e Kossobudzki, 1994; Marin, 1999; Weber, 2000; Cunha, 2003, Rizzini e Rizzini, 2004) apontam para a visão de que muitas instituições brasileiras atuais não são consideradas adequadas para a criança crescer, embora reconheçam que, muitas vezes, é uma solução mais viável do que a criança permanecer com a família. Os profissionais envolvidos e as instituições muitas vezes interagem com as crianças de forma fragmentada, por meio de ações isoladas e descontinuadas, pois normalmente possuem uma visão parcial do processo de institucionalização, o que dificulta o enfrentamento do mesmo.

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), as instituições em que o tempo de permanência das crianças é curto são caracterizadas pela provisoriedade. A criança fica em estado de “espera”, aguardando na instituição a resolução dos problemas familiares e/ou intervenção judicial, que determinará se retorna à família, família próxima ou família substituta. Esta espera é vivida não só pela criança, mas também pelos cuidadores, podendo gerar uma baixa valorização e investimento nas relações e ações dentro da instituição, já que estas possuem um caráter temporário.

Muitas vezes, há dificuldade em alcançar o retorno das crianças às suas famílias e elas acabam permanecendo longos períodos nestas instituições, ou sendo transferidas de uma para outra (Rizzini e Rizzini, 2004; SAS, 2004). Os laços afetivos, as referências familiares e a ligação com a comunidade vão se fragilizando até romperem-se por completo, deixando os abrigados num misto de limbo e descrença.

Nas instituições em que já é sabido que a criança terá um tempo de permanência maior, é mais freqüente encontrar um projeto de desenvolvimento para a criança que inclui atividades extracurriculares, cursos de aprimoramento e busca por emprego, quando atingem a idade para tanto. Neste tipo de instituição, a permanência por um maior prazo de tempo justifica a possibilidade de continuidade nas intervenções realizadas com as crianças e há, portanto, maior possibilidade que se estabeleçam vínculos e dêem seguimento às suas histórias. As instituições que interrompem a seqüência de rompimentos, instabilidade e insegurança são aquelas que mais alcançam resultados positivos no que se refere ao bom desenvolvimento da criança (Rizzini e Rizzini, 2004; Mazorra e Tinoco, 2001a; Marin, 1999).

Mas será que é possível deixar marcas nas histórias das crianças somente quando esta permanece por muito tempo na instituição? Quanto é muito tempo?

Nos cursos que realizamos pelo Projeto Semear para os cuidadores dos abrigos tivemos a oportunidade de observar que havia uma imagem bastante idealizada de família, sendo ela a única boa opção para uma criança viver. A instituição, ao contrário, era vista de forma completamente desidealizada, identificada como local “inadequado para um bom desenvolvimento”, “última ou falta de alternativa”, “não dá para crescer bem” num abrigo, “muito triste” estar num abrigo, segundo expressões usadas pelos próprios cuidadores em sala de aula.

As instituições que possuem um modo de funcionamento baseado no modelo familiar, com o cuidado exercido por casais sociais em casas com

poucos abrigados, ou os projetos que propunham que o cuidado deveria ser realizado por uma família guardiã, eram mais bem avaliados pelos cuidadores: “a criança precisa de um modelo de família”, neste tipo de cuidado “pelo menos tem um pai e uma mãe para eles se basearem”.

Observamos que, para eles, não importava muito como era a família que deveria estar com a criança, contanto que fosse uma família. Desta forma entendíamos que os cuidadores possuíam pouca crença em si mesmos enquanto provedores de cuidados adequados às crianças. Não era fácil encontrar um cuidador que reconhecesse que seu trabalho poderia ser bem desenvolvido, as crianças bem cuidadas, sendo ele alguém importante na relação com as crianças.

Outro ponto a destacar é o fato de que a institucionalização de uma criança dificilmente é vista pelos cuidadores e sociedade em geral como uma saída positiva encontrada pelos pais. Temer (2005), no entanto, após várias experiências de atendimento clínico de crianças institucionalizadas compreende “(...) que aquilo que é abandono, pode ser também um ato de amor (...) o afastamento dos pais pode ser uma medida de proteção à criança.” (p. 98), se referindo aos casos onde a família tem a consciência de que não pode cuidar adequadamente de seu filho, deixando-o ao cuidado de uma instituição, temporariamente ou não.

“A instituição pode ser um bom lugar para a criança crescer”. Esta afirmação foi utilizada por nós durante os referidos cursos para cuidadores com o intuito de estimular uma discussão entre eles sobre este ponto de vista e, intencionalmente, causava certa polêmica. Como a instituição normalmente

não é vista como algo positivo, nossa idéia era apontar para esta possibilidade, inserindo novas perspectivas ao discurso dos cuidadores.

No início da atividade, que consistia em ora defender a afirmação, ora atacá-la, parecia ser mais fácil não concordar com ela, pois compartilhavam da idéia de que só a família constitui um bom lugar para a criança. Ao terem que defender a afirmação, conseguiram pensar que ela poderia ser correta, que eles realizam um trabalho importante com as crianças, passando a identificar o que era adequado e o que não era na vida dentro da instituição.

Após a atividade de discussão, parecia que um clima mais positivo e motivador podia ser observado entre eles: “Em muitos anos de trabalho em abrigo, é a primeira vez que ouço que a instituição pode ser um bom lugar para uma criança crescer”, disse um cuidador contente e aliviado, segundo ele mesmo, pois era o que também acreditava.

Sabemos que há instituições mais adequadas que outras em relação ao acolhimento e à promoção do bom desenvolvimento da criança. Pesquisas apontam que um lar substituto e cuidadores substitutos têm a possibilidade de oferecer uma base segura de boa qualidade (Schofield e Beek ,2005; Hughes, 2004; James, 1994). Estes trabalhos estão baseados principalmente na promoção de relações seguras e cuidados psicoterapêuticos que visem trabalhar os traumas e as questões que dificultam a formação do apego.

Foram relatados diferentes trabalhos bem sucedidos de intervenções clínicas realizadas na cidade de São Paulo com crianças abrigadas (Sanches, 2005), nos quais o denominador comum do êxito parece ser o investimento emocional feito nestas crianças e a vivência de uma relação verdadeira na qual

elas podiam confiar: os profissionais envolvidos acreditam que crianças abrigadas podem ser crianças saudáveis.

A busca por estabelecer uma relação de confiança e segurança com esta população não é uma tarefa fácil. Estas crianças vivenciaram muitas perdas e estão enlutadas. Diante deste estado, pode ser difícil que se vinculem a outra pessoa por acreditar que esta também a abandonará. Conseguir que a criança confie que pode se ligar às pessoas e que não será abandonada, que ela é importante e merece receber amor é uma batalha a ser enfrentada pela criança e pelo adulto disposto a vincular-se a ela. A necessidade que se destaca é a de pensarmos em ações que visem ajudar os cuidadores a permanecerem como figuras com as quais seja possível vincular-se de forma segura, ainda que o abrigo seja temporário.

Segundo Hughes (2004), sem apegar-se de forma segura, a criança nunca irá confiar no outro e em si mesma, não podendo ter relações tranqüilas. E se ela não puder experimentar relações tranqüilas, dificilmente terá confiança para se aproximar de alguém e formar um vínculo bom, fechando-se um ciclo que não é fácil de ser quebrado. Este autor propõe uma forma de lidar com crianças que sofreram muitas perdas e que tem dificuldade em apegar-se, chamada *A Atitude*. Esta *atitude*, por parte de um adulto cuidador, consiste em relacionar-se com a criança de modo que estejam presentes cinco aspectos: aceitação, curiosidade/interesse, empatia, afeto e divertimento.

O primeiro aspecto desta *atitude* envolve a aceitação de várias questões: a história da criança, seus sentimentos e suas dificuldades. Isto não quer dizer que os comportamentos resultantes destes sentimentos e

dificuldades, que muitas vezes envolvem agressividade, sejam aceitos e permitidos, mas são compreendidos e sua origem aceita.

As seguintes atitudes: curiosidade/interesse, empatia e afeto, devem permear o relacionamento entre a criança e o cuidador, tendo valor apenas quando estes sentimentos são verdadeiros. O autor aponta que existe uma diferença entre amar e interessar-se: o amor não é uma atitude que se pode exigir, mas o interesse e afeto – verdadeiros – são essenciais para quem trabalha com crianças, principalmente crianças com problemas de vinculação.

Por último, Hugues (2004) coloca que é muito importante que exista um clima de divertimento presente nas interações criança cuidador, proporcionando situações de humor e leveza.

Estes cinco aspectos devem permear todos os momentos em que o adulto se relaciona com a criança e, assim, uma manifestação difícil de tolerar, como um comportamento malcriado ou agressivo, não é respondido com braveza, raiva e, em nenhuma instância, com abandono. A função desta *atitude* é, portanto, preservar a nova relação que se forma entre a criança que teve vínculos rompidos e seu cuidador – temporário ou não – na qual um comportamento da criança que poderia arruinar a relação não atinge este objetivo, desde que o adulto consiga manter sua *atitude*.

Este autor exemplifica o emprego da *atitude* numa situação de cuidado em um lar substituto (semelhante à proposta de família guardiã existente no nosso país). Porém, entendemos que o próprio autor não acredita ser o modelo familiar o essencial para a manutenção de uma relação afetiva, mas sim a

atitude presente na relação com a criança, podendo ser desempenhada por qualquer cuidador, com o que estamos de acordo.

Apesar de não nos termos proposto avaliar e empregar esta técnica, pensamos ser interessante comentar esta proposta, que parece ser bastante útil - e possível - no caso de formar novos vínculos com quem teve muitos vínculos rompidos.

Para nós, a instituição poderia ser uma possibilidade adequada e saudável para o desenvolvimento da criança, desde que algumas ações e condutas fossem observadas e garantidas. Guirado (2004) traz uma conclusão importante em seu trabalho, quando diz que a instituição não deve querer ocupar o lugar da família, até porque talvez isso nunca seja possível, mas sim ser outro tipo de cuidado. Disto entendemos que se as instituições quiserem ser tão boas quanto as famílias talvez corram o risco de ficarem para sempre marcadas como a não-família, enquanto que se pretenderem ser um outro cuidado, poderão melhor se desenvolver na busca de um modelo próprio de funcionamento que não o de uma família, já que não o é.

A seguir, buscaremos o reconhecimento e a compreensão dos rompimentos envolvidos na história da criança abrigada, fazendo um paralelo com a teoria de luto já apresentada, para depois seguirmos pensando em outras possibilidades que ajudem na formação de vínculos dentro de uma instituição.

7.1 Reconhecendo e compreendendo os rompimentos presentes na institucionalização

As crianças não são lousas das quais o passado pode ser apagado com uma esponja, e sim seres humanos, que carregam consigo suas experiências anteriores e cujo comportamento presente é profundamente influenciado por tudo o que se passou antes.

Bowlby ([1951]1976/1995).

A vivência da criança que é institucionalizada em uma casa abrigo normalmente envolve, além do afastamento de sua família e de sua casa, a tudo o que era conhecido: brinquedos, comidas, cheiros, hábitos, contato com vizinhos e comunidade, escola, colegas, lugares conhecidos que freqüentava. Trata-se, portanto, de uma experiência de múltiplos rompimentos e elaboração de múltiplos lutos.

Esta somatória de perdas é grande fonte de angústia para a criança e faz com que intensos comportamentos de procura sejam ativados. Em situações como esta, nem a figura humana, nem o meio físico, com os quais a criança mantinha uma relação de apego, estão disponíveis para protegê-la e aliviá-la desta aflição.

Autores que estudaram sobre rompimento de vínculos (Bromberg, 1998; Worden, 1996; Bowlby 1973/1993b) e sobre crianças em situações de risco (James, 1994; Rutter, 1985; Bowlby, [1951]1976/1995) confirmam que a

vivência de perdas múltiplas e consecutivas produz uma carga emocional muito pesada e que pode tornar a tarefa de elaboração das perdas ainda mais difícil.

Concordando com Jewett (1994), a entrada de uma criança num lar substituto é um momento de intensa dor, pois representa a confirmação das perdas que está vivendo. A cada nova constatação do que foi perdido, fortes sentimentos e reações podem ser somados às memórias de outras perdas, muitas vezes ainda não elaboradas. A criança que não se adapta a um novo lugar, seja a instituição, seja uma família substituta ou adotiva, está em pleno processo de luto e a não adaptação pode ser compreendida como tentativa de reaver a família original. O novo, pelo menos num primeiro momento, não pode ser visto como algo bom.

Independentemente de a perda ser definitiva ou temporária e do quê/quem e como foi perdido, há que elaborá-la para tornar possível a adaptação à nova realidade e à formação de novos vínculos. No entanto, num primeiro momento pode ser difícil aceitar o que aconteceu, pois parece que com a aceitação o retorno à família fica mais distante. Ainda que a criança volte a conviver com sua família de origem, entendemos que será um novo vínculo a ser formado já que a relação que existia foi modificada pelos acontecimentos vividos, sendo necessário, portanto, um processo de elaboração desta experiência.

É comum observarmos reações nas crianças que estão institucionalizadas, tais como: choro, tristeza, depressão, raiva, culpa, angústia, relutância em aceitar coisas novas, comportamentos agressivos, apatia, comportamentos regressivos como voltar a se comportar como uma criança

mais nova ou um bebê, isolamento, queda no rendimento escolar, ansiedade, dificuldade de concentração, somatizações, problemas de sono e de alimentação. Entendemos estas manifestações como sendo expressões de luto, fazendo parte de uma reação normal diante das perdas sofridas e que precisam ser acolhidas e entendidas como tal.

Quando, por exemplo, a criança manifesta raiva diante daqueles que se relacionam com ela na instituição, não apresenta interesse por estudar, ou ainda, demonstra intensa apatia, pode estar reagindo a tudo o que está vivendo, na tentativa de acomodar-se à nova situação. Porém, estas reações podem ser confundidas com má-educação, delinqüência e/ou ingratidão pelo cuidado oferecido.

Confirmando esta percepção, Edelstein e outros (2001) apontam que reações como as descritas acima podem estar ligadas à dificuldade de se adaptar ao novo meio. A presença de intensa ansiedade, num outro exemplo, pode ser uma reação de procura pela figura de apego e não hiperatividade ou mau comportamento.

Por outro lado, também é possível encontrar crianças que aparentemente não reagem às mudanças ocorridas. Isto se refere, segundo Hughes (2004), à dificuldade de ligar-se às pessoas e à falta de confiança para expressar seus sentimentos.

Vale ressaltar que quando falamos em dificuldades de adaptação e de confiar no outro estamos nos referindo, principalmente, às dificuldades que são próprias do enfrentamento da situação que envolve a perda, e não dificuldades

relacionadas a outros motivos, inclusive anteriores à vivência da experiência da perda, mesmo que estas também possam existir e influenciar na adaptação.

Wilgocki e Wright (2002), num livro destinado a crianças que vão morar temporariamente com famílias substitutas, explicam alguns dos sentimentos presentes nesta experiência. Ainda que a situação possua variáveis diferentes da experiência de estar numa instituição de abrigo, há também muitos pontos em comum, como podemos observar. Os sentimentos são:

Alívio e sensação de segurança: a ida para a uma lar substituto temporário pode ser um alívio para a criança, pois, muitas vezes, estava correndo algum tipo de perigo, o que causava preocupação e outros estresses.

Satisfação e divertimento: num lar substituto, as atividades normais de uma criança (cuidados, estudar, brincar) são estimuladas.

Tristeza: a criança pode sentir tristeza por não estar vivendo com sua família e em seu meio conhecido. Podem ficar particularmente tristes, antes, durante e depois das visitas da família.

Raiva: pode dirigir raiva aos adultos que ela acredita serem responsáveis pela sua mudança. Frequentemente esta raiva é demonstrada no lar substituto.

Medo ou preocupação: a criança pode ter preocupações em relação aos membros da família que ficaram para trás, mesmo se estiver sentindo raiva deles. Também pode ter estes sentimentos em relação ao que vai acontecer com ela, para onde vai e quem será o responsável por seu cuidado.

Confusão: frequentemente a criança não compreende exatamente os processos legais envolvidos em sua mudança de lar. Também pode sentir-se confusa sobre os papéis dos vários adultos em sua vida.

Culpa: a criança pode sentir-se responsável pelos acontecimentos mesmo que compreenda as razões pelas quais não está com sua família.

Vergonha: pode sentir vergonha pelo fato de viver em um lar substituto.

Solidão: pode sentir solidão por estar afastada daquilo que lhe era familiar; por sentir-se diferente por estar nesta condição. Diferenças de hábitos e de cultura entre a criança e o lar substituto tendem a aumentar este sentimento.

Sensação de perda: pode sentir por tudo aquilo que tinha e perdeu ou está afastada. Mesmo que se sinta aliviada por estar num ambiente mais seguro, sentirá a perda.

Após uma experiência de abrigamento, que normalmente envolve a vivência de experiências negativas, é comum a criança ter pouca ou nenhuma sensação de controle em relação ao que acontece com a própria vida e sobre todo o entorno, além de uma intensa falta de confiança no adulto, já que ela sente que este a deixou. Por mais que a separação tenha ocorrido por outras questões que não o abandono, é comum a criança sentir-se abandonada, como também acontece quando ela perde um ente querido por morte. Estas afirmações estão de acordo com o que aponta Hunter (2001), quando diz que crianças que passaram pela ruptura de deixar a família de origem, normalmente têm abalado seu senso de pertencimento e sua auto-estima, recebendo este evento como rejeição e gerando grande sentimento de insegurança.

Por desejar sentir-se segura em função destes sentimentos, busca ter o controle de tudo o tempo todo, usa mecanismos de manipulação, procura satisfação imediata e apresenta tolerância mínima à frustração. Diante da

impossibilidade de alcançar todos estes objetivos, situações de abandono e/ou violência, acabam sendo recriadas, confirmando que esta é a única possibilidade de relacionamento que ela tem: não ter nenhuma (Hughes, 2004; Schneider e Phares, 2005; Schofield e Beek, 2005).

A partir desta compreensão, podemos situar a origem de tantas dificuldades de relacionamento entre crianças e cuidadores e entre crianças e seus pares dentro da instituição - uma queixa freqüente dos profissionais que lá trabalham -, principalmente até que se estabeleça uma relação de segurança: crianças fogem dos abrigos, brigam com os cuidadores e com as outras crianças, não aceitam nenhuma intervenção e recusam tentativas de aproximação, cuidado e afeto.

Um exemplo desta situação foi vivenciado por nós, quando atendíamos em psicoterapia crianças institucionalizadas e também é relatado por Marmelsztejn (2006). Diante de alguma frustração durante o processo psicoterapêutico algumas crianças desistiam do atendimento ou o boicotavam por meio de constantes faltas e atrasos, não acreditando que aquela relação poderia ser diferente e que mesmo diante de frustrações nós não as abandonaríamos. O sentimento deixado em nós era também de frustração e abandono.

Hunter (2001) traz vários relatos de atendimentos em psicoterapia de crianças que estavam em medida de abrigo em instituições ou vivendo com famílias substitutas, destacando a história de uma menina de oito anos. Durante nove meses em psicoterapia uma vez por semana, a psicoterapeuta conversava com ela sobre todos os intervalos de tempo no qual ficariam sem

sessões (finais de semana, feriados, férias). Diante de um novo feriado a criança perguntou-lhe se elas iriam voltar a se encontrar, dando sinais da precariedade do sentimento de segurança, como se a qualquer momento fosse perder a relação com a psicoterapeuta. Este exemplo corrobora nossa experiência de atendimento destas crianças, mostrando que a confiança no psicoterapeuta pode demorar anos para se estabelecer.

Edelstein e outros (2001) também observaram que crianças que passaram por várias experiências de rompimentos e que têm dificuldade de confiar nos novos vínculos relacionam-se de forma superficial e ingrata com os cuidadores, o que os incomoda, podendo gerar-lhes raiva. Num primeiro momento podem reagir muito positivamente à nova relação e, após parecerem estar adaptadas ao meio, passam a apresentar problemas de comportamento e relacionamento, o que deve ser ainda mais incompreensível e gerador de sentimentos ambivalentes em quem cuida.

Observamos que algumas crianças que são institucionalizadas reagem desta forma aparentemente positiva ao novo ambiente: aceitam as regras da casa, cumprem seus deveres, são amigáveis diante das aproximações. Após algum tempo “começam a dar trabalho”, dizem os cuidadores, apresentando comportamentos de rebeldia e agressividade e/ou intensa tristeza e depressão. Podemos entender esta mudança de atitude de modos distintos, porém não excludentes. Primeiro a possibilidade de confiar e poder expressar-se verdadeiramente é adquirida após algum tempo; segundo, há um caminho normal do processo de elaboração de um rompimento no qual a criança só se dá conta do que realmente foi perdido após haver decorrido certo tempo da

perda e suas reações se transformam neste transcurso e, terceiro, porque há, mesmo na perda, alguns aspectos que podem ser sentidos como ganhos: estar em segurança, ter acesso a maiores cuidados em relação à alimentação e habitação, ter outras crianças para brincar, entre outros, gerando sentimentos e reações ambivalentes.

Os autores Hunter (2001) e Hughes (2004) apontam que após uma vivência de separação e ida para uma instituição ou lar substituto, é comum a criança apresentar medo de depender de alguém e novamente passar por um rompimento. Diante deste receio, algumas crianças utilizam mecanismos de defesa na tentativa de se proteger de uma nova perda. Comportamentos de evitação ou um misto de evitação e aproximação foram mecanismos de defesa encontrados por Bowlby (1969/1993, 1973/1993b) em crianças que foram maltratadas fisicamente e/ou que sofreram abandonos e perdas consecutivas, com o mesmo intuito de proteger-se de novos maus tratos ou novos abandonos. Diante da aproximação de um adulto, podem isolar-se, afastar-se ou agredi-lo, o que acaba também por distanciá-las de uma possível ajuda, formando um ciclo vicioso de abandono.

Outro sentimento comumente observado em crianças que sofreram uma série de perdas e abandonos é o de culpa pelas separações e de que não são dignas de serem amadas. Neste caso, um comportamento agressivo ou evitativo pode ser uma maneira de testar a nova relação quanto à possibilidade de sofrer nova ruptura. O problema é que muitas vezes torna-se difícil suportar uma relação nestes moldes e esta acaba sendo quebrada diante de tantos ataques ou falta de resposta por parte da criança (Sanches, Parente e Moraes,

2005; Hughes, 2004). Trata-se de crianças com falhas ambientais graves e que, na maioria das vezes têm que aprender a relacionar-se, a receber, a pedir, a dar (Hughes, 2004, Sanches, 2005).

Ao manifestar agressividade há uma tentativa inconsciente da criança de provocar punição e rejeição, confirmando, assim, que ela não é boa, nem querida. Seja qual for seu significado, o comportamento agressivo pode não ser compreendido como uma manifestação de luto, mas sim, ser sentido como rejeição e ataque direto à pessoa que cuida, gerando no outro o desejo de distanciar-se da criança.

Como vimos no capítulo sobre luto e luto infantil, uma das fases normais durante o processo de elaboração do luto descrita por Bowlby (1973/1993b), é a de raiva e protesto, quando o enlutado ainda não aceita a perda e “briga” com a pessoa perdida, numa forma de trazê-la de volta e tê-la presente. Durante muito tempo, a criança que não tem a possibilidade de retornar à família de origem, ou esta possibilidade é remota, pode acreditar que poderá voltar a viver com a família perdida e vai “brigar” por isso.

A criança que é abrigada pode sentir raiva por ter sido deixada, sendo necessário poder expressar este sentimento, tê-lo compreendido e acolhido dentro da instituição. Desta maneira ela vai compreendendo que a figura perdida não está mais disponível, mesmo que temporariamente, sendo esta tarefa importante na conclusão⁹ da elaboração. Se a criança não expressar seus sentimentos ou não os tiver compreendidos adequadamente, ela não poderá elaborar seu luto de modo saudável, sendo normalmente a causa desta

⁹ Comentaremos o uso deste termo adiante.

dificuldade o fato de que seu luto não é reconhecido, como vimos. A consequência disto é que a criança poderá permanecer nesta fase cronicamente, o que leva, segundo Casellato (2005, p.68) ao estabelecimento de “uma relação com a figura de apego, consigo mesma e com o mundo a partir desta busca incessante e frustrante de cuidados que não acontecem”. Sentimentos de raiva, podendo ser traduzidos em comportamentos agressivos, sempre à espera de reaver o que foi perdido, podem guiar a vida e os relacionamentos da criança até a vida adulta, ocasionando relacionamentos difíceis e problemáticos.

Nos casos em que a criança é deixada temporariamente num abrigo para possivelmente voltar ao convívio da família biológica, a compreensão da indisponibilidade da figura de apego pode ser mais complexa do que quando se sabe que esta possibilidade não acontecerá. Se por um lado a indisponibilidade pode ser entendida e aceita pela criança como algo momentâneo, por outro, é comum que não se saiba por quanto tempo esta indisponibilidade durará, como vimos (SAS, 2004; IPEA, 2003; Weber, 2000).

A falta de informação exata sobre o que acontecerá com a criança e quando, dificulta que ela possa elaborar a situação de perda e relacionar-se no momento presente. Segundo Parkes (2005), para estas crianças, enlutar-se por separações consumadas e permanentes é mais fácil que enlutar-se por separações intermitentes.

Numa instituição observamos uma criança em idade escolar perguntar a um técnico se um bebê que acabara de ser abrigado teria que esperar “ficar grande” para poder voltar para sua família. Abrigada há quatro anos, ela já se

considerava “grande” e demonstrava estar à espera de sair logo do abrigo, perguntando frequentemente sobre isso, embora não existisse ainda uma possibilidade concreta de que isso fosse acontecer.

Em outra experiência, observamos uma criança cujos pais faleceram e que vive numa instituição há três anos. Durante os primeiros anos teve alguns contatos telefônicos com um parente distante, único familiar cujo paradeiro era conhecido. Há algum tempo não se sabe mais notícias desta pessoa, mas quase diariamente ela, que está legalmente disponível para adoção, conta para os cuidadores e para as outras crianças que “amanhã vai para a casa desta pessoa”, sem nunca esta opção ter existido de fato.

É importante esclarecer que neste caso estamos nos referindo às crianças que estão sob tutela do Estado e sob responsabilidade da instituição, cuja família morreu, não foi localizada e/ou perdeu os direitos sobre ela. Embora raramente aconteça, existe a possibilidade de a criança voltar ao convívio de algum membro da família, quando alguém desta é localizado posteriormente à perda dos direitos e mostra interesse em responsabilizar-se por ela, entrando num processo de adoção, por exemplo.

Nas situações como as dos exemplos acima, entendemos que a criança está vivendo seu processo de luto e terá um grande trabalho psíquico pela frente antes de concretizar a aceitação da perda. Nesse percurso, irá protestar pela separação até que possa compreender a realidade, encontrar um significado para esta vivência, despedir-se e internalizar a pessoa, a relação e todo o entorno perdido. Apesar de se esperar que a criança passe por todas

estas etapas de elaboração, lembremos que esta equação não acontece fundamentalmente de forma linear.

Há pouco, falamos sobre a conclusão da elaboração do luto e gostaríamos de retomar o uso deste termo. É grande a discussão sobre se há uma conclusão para o luto ou se este nunca termina. Nossa posição é a de que o luto está sempre em transformação e elaboração, acompanhando, de alguma forma, o indivíduo que sofreu a perda. Por outro lado, não acreditamos que o foco da vida do indivíduo seja sempre a elaboração do rompimento. Ao contrário, aquele que o elabora de forma saudável é aquele que é capaz de ter o foco e atenção em outras coisas da vida, que não mais o luto. Esta seria, para nós, a conclusão do luto, não querendo dizer que este tenha “desaparecido” da vida do indivíduo.

No caso das crianças abrigadas, pensamos que acontece o mesmo. A elaboração dos rompimentos vividos pela criança chega a um ponto em que ela pode compreender e aceitar o que aconteceu, estando disponível para formar outros vínculos e continuar sua vida, completando assim seu processo de luto. Ao mesmo tempo, estas experiências podem ser re-significadas ao longo dos anos o que nos leva a entender que o processo de elaboração não é conclusivo, mas dinâmico.

Segundo James (1994) e Edelstein e outros (2001), os cuidadores não podem apressar o processo de elaboração, mas devem acompanhá-lo de perto. Por bastante tempo a criança poderá permanecer ligada às lembranças antigas sem dar demonstrações de importância às coisas novas, o que, para quem está tentando investir na nova relação, muitas vezes é difícil de

compreender e tolerar. Ao parecer que as reações de pesar e de não aceitação da perda são de difícil manejo e que são incompatíveis com a adaptação e a formação de novos vínculos, pode-se tentar negar ou reprimir a manifestação das reações de luto. Esta postura, ao contrário do que se deseja, pode levar a um luto mal elaborado, dificultando o ajustamento da criança à instituição, à família de origem ou adotiva, qualquer seja o caso.

Nestas circunstâncias, afirma James (1994), querer que a criança se desligue do que é relacionado ao que foi perdido é como pedir a um naufrago que se desfaça do pedaço do casco que o segura em alto-mar.

Segundo Hughes (2004), os cuidadores podem sentir que uma falha no comportamento de uma criança representa uma falha na sua capacidade de cuidar e que, portanto, acham que não estão cumprindo bem seu papel. Nesta situação, sentimentos de raiva e impotência podem dominá-los e interferir na atitude frente a criança. Outras confusões em relação ao modo de reação dos cuidadores substitutos aos comportamentos das crianças são, de acordo com Dozier (2005): quando a criança se comporta de maneira evitativa, os cuidadores respondem como se elas não necessitassem deles; quando se comportam de maneira resistente, cuidadores tendem a responder de forma raivosa. Estas reações por parte dos adultos apenas incrementa a condição de desconfiança e dificuldade em manter um vínculo saudável.

Certa vez um cuidador nos contou que havia arrumado com lençóis novos a cama de uma criança que acabara de chegar à instituição, pois pensava que esta era uma boa forma de recebê-la. Durante a noite, num acesso de raiva acompanhado por um choro intenso, a criança rasgou os

lençóis e sua reação foi compreendida como um ato de delinqüência, gerando, por sua vez, raiva no cuidador. Novamente, podemos entender a resposta desta criança como uma reação emocional de protesto, desamparo e não aceitação ao que estava acontecendo com ela, que inclui a não aceitação da boa intenção do cuidador de recebê-la com lençóis novos.

Bowlby (1973/1993b) destaca que o sucesso de uma nova relação não está vinculado ao esquecimento da relação anterior e, ao contrário disso, se as duas relações puderem se manter distintas e presentes, maior a possibilidade de que a nova relação dê certo. Isto pode ser difícil de ser sustentado pela figura que ocupa o novo lugar na relação como, por exemplo, uma mãe substituta ou um cuidador de um abrigo agüentar ouvir que a mãe biológica era muito boa, que sabia melhor do que ninguém cuidar dela e outras comparações diretas ou não, independente das mesmas serem verdadeiras. Se a criança sente que tem que fazer uma escolha que pode ameaçar sua relação anterior, é possível que resista a se adaptar às novas pessoas e novas circunstâncias de vida.

Por outro lado, para ajudar a criança a elaborar sua história de perda, o desenvolvimento de um bom vínculo com um adulto (psicoterapeuta, cuidadores dos abrigos, técnicos, pais adotivos) e com o ambiente é essencial e, quando isto é alcançado, um passo foi dado no sentido da elaboração. Segundo James (1994), a criança só poderá explorar a situação traumática e elaborar o luto quando sentir que está em um ambiente seguro e que não precisa se preocupar com sua sobrevivência. Durante este processo, terá que

desapegar-se da figura perdida e ligar-se a figuras novas, mas só poderá realizar o primeiro após estar minimamente ligada a alguém e segura.

Portanto, ao mesmo tempo em que se preserva a figura perdida é necessário um esforço da criança e do adulto cuidador no sentido de formar uma nova relação e encontrar um novo lugar para o que foi perdido. Assim é o movimento do processo de restabelecimento daquele que vivencia uma perda.

Concordando com o que Jewett (1994) disse acima, Edelstein e outros (2001) e Hunter (2001), ressaltam que há crianças que estão em medida de abrigo que vivenciaram um trauma pela separação da família. É considerado trauma por não terem tido acesso à segurança e proteção dos adultos enquanto viviam com eles e/ou após a separação, e por estarem em uma situação nova e desconhecida, sem possuir recursos psíquicos para lidar com ela prontamente. Schofield e Beek (2005) acrescentam que quanto mais tempo a criança tiver ficado exposta a situações adversas e quanto maior número de mudanças tiver vivido, mais traumático será para a criança, maior o risco para sua saúde mental e maior será o tempo e a dificuldade de recuperação, com o que concordam Hunter (2001) e Rutter (1993).

O que fará da vivência de perda uma experiência traumática será, portanto, o padrão da relação de apego vivenciada, a situação real na qual se deu o rompimento, a experiência subjetiva da criança frente ao mesmo e sua capacidade de enfrentamento.

A partir destas considerações, podemos ressaltar que, se antes de serem institucionalizadas a criança carecia de segurança provida pelo(s) adulto(s) cuidador(es) e com a institucionalização perde o vínculo com esta(s)

peessoa(s), ela se encontra diante de duas situações que requerem seu esforço: elaborar a(s) relação(ões) perdida(s) e procurar relações seguras. Isto é, a perda de alguém com quem a criança tinha um apego inseguro provoca sensação de desamparo, sendo esta uma fase normal do processo de luto, tal como ocorre nos rompimentos de relações de apego seguro. Porém, o fato dela ter tido um vínculo inseguro faz com que não confie que poderá ser amparada e ser re-assegurada, sendo mais difícil estabelecer uma relação segura com um outro adulto, o que é considerado um complicador na vivência de rompimentos.

Um estudo sobre crianças cujos pais perderam o pátrio poder revela que elas sofrem quando ocorre a separação, mesmo a maioria tendo passado por situações de negligência ou maus-tratos (Schneider e Phares, 2005). Segundo estes autores, o cuidado inadequado por parte dos pais não impede que a separação gere sentimentos de aflição e de falta controle. Pensamos que a separação, nesta situação, só deve intensificar estes sentimentos, provavelmente já existentes antes dela.

Apesar de poder estar em perigo e/ou recebendo cuidados impróprios, os sentimentos em relação a deixar sua casa e sua família são frequentemente ambivalentes. Ir para um lugar mais seguro, porém desconhecido, nem sempre é sentido pela criança como a saída mais confortável, principalmente num primeiro momento. A perda destas relações, mesmo que nocivas, ou mais ainda por esse motivo, precisam ser elaboradas adequadamente. Parkes (2001) afirma que mesmo em situações nas quais as mudanças ocasionadas pela perda trouxeram benefícios para o enlutado, leva tempo até que as

experiências vividas sejam significadas, que o passado e o presente possam ser reinterpretados e incorporados e que as implicações das mudanças sejam aceitas.

Schofield e Beek (2005) sustentam que crianças que viveram em ambientes inadequados têm dificuldades em se adaptar a um ambiente que lhe ofereça algo que ela nunca teve como, por exemplo, um cuidado que inclua afeto e segurança. Pode parecer paradoxal, mas quanto mais os cuidadores oferecerem um cuidado adequado, mais fora de contexto a criança se sentirá, aumentando seus temores frente ao novo ambiente. Nesta situação, os novos cuidadores e a instituição podem ser vistos com desconfiança e fonte de ansiedade.

Segundo Hunter (2001) e Hughes (2004), crianças que foram maltratadas ou abusadas - vivências comuns em crianças abrigadas também no nosso país, como vimos no capítulo sobre a institucionalização no Brasil - normalmente não têm relação de apego seguro. O maltrato e o abuso impedem que uma relação de apego segura seja formada, seja o agente destas ações a figura de apego principal ou não, já que em ambos os casos há uma grave falha na promoção de proteção e confiança.

A presença destes complicadores na relação de apego pode gerar uma relação de apego ambivalente, quando a mesma figura ora é fonte de amor, ora de violência, formando-se uma relação de dependência, ou de apego evitativo, quando o afastamento desta e de qualquer outra figura próxima pode parecer o mais seguro a se fazer.

Devido à natureza destes tipos de apego, as crianças se identificam com os pais abusadores e, ao mesmo tempo em que querem se afastar destas figuras, não conseguem. As relações de apego inseguras costumam se repetir dentro de uma mesma família, assim como as histórias de maltrato e abuso, sendo que uma criança que só teve experiências de apego inseguro, provavelmente só irá se relacionar desta maneira quando adulto – isso se ela não tiver a oportunidade de vivenciar nenhum outro tipo de experiência positiva e reparadora. Mesmo que a criança não seja criada pela família de origem, pode repetir este tipo de relação, pois os ciclos de violência têm força quando apegos seguros não são formados: nestes casos a violência fica sendo a única forma conhecida de relacionamento.

Estes autores (Hunter, 2001; Hughes, 2004) concordam com Bowlby ([1951]1976/1995) que aponta para a existência de uma tendência perpetuadora em crianças que sofreram privação e maus tratos, onde gerações seguidas serão marcadas por dificuldades de relacionamento e vinculação. Este quadro pode acontecer, ressalta Bowlby (idem), diante da ausência de fatores protetivos, que possam alterar a incidência dos fatores de risco existente. A possibilidade de intervir em prol da não perpetuação destas histórias, reforça o que temos dito até o momento em relação à necessidade de formar relações seguras com as crianças abrigadas.

O processo de elaboração dos rompimentos da criança institucionalizada pode ser reconhecido como tal, a partir do momento em que compreendemos que a experiência de abrigamento envolve perdas. Assim como as manifestações que foram expostas acima e compreendidas sob este enfoque,

há muitas outras reações e comportamentos que podem ser identificados e aclarados para nossa melhor compreensão do processo de luto, o que continuaremos buscando entender até o fim deste trabalho.

Antes de seguirmos adiante devemos lembrar de uma outra possibilidade de ocorrência de luto, que não é específica do tema aqui abordado, mas que pode ser necessário enfrentar dentro da instituição. Quando ocorre uma morte concreta dentro da instituição (a morte de uma criança, de um funcionário da instituição ou de um familiar de alguma criança, por exemplo) há que lidar com mais este luto, além das outras perdas. As reações podem ser intensas e o manejo adequado ou não deste processo interfere no desenvolvimento emocional dos envolvidos, como acontece em qualquer experiência de luto. Este tipo de situação ocorre com maior frequência quando se trata de uma instituição que abriga crianças com alguma enfermidade grave, requerendo grande atenção por parte dos cuidadores desde o processo de adoecimento.

Numa instituição vivenciamos a seguinte situação: um bebê de menos de dois anos de idade e que fora abrigado já enfermo morreu após seis meses de abrigamento. Em relação à atitude da instituição frente à situação observamos que as crianças não foram comunicadas sobre o falecimento, com a justificativa de que a criança enferma passava muito tempo no hospital desde que chegou e, portanto, as outras crianças não haviam criado laços e nem perceberiam sua ausência. Nenhum ritual que incluísse as outras crianças e os funcionários foi realizado pela instituição e estes também não participaram dos rituais de funeral. Um cuidador que havia tido a criança doente sob seus

constantemente cuidados estava muito mobilizado e inconformado por ninguém querer falar do assunto. Ele expressou o desejo de conversar sobre a morte com as outras crianças sob seu cuidado, mas esta idéia não foi aceita pela instituição.

Diante de muito sofrimento, é comum o adulto querer proteger a criança e a si mesmo de sentir mais emoções, não estimulando a fala sobre assuntos que possam causar tristeza. A idéia de que é melhor não falar sobre morte, não demonstrar os sentimentos diante das crianças e que a criança tem dificuldade para falar deste tema é ainda bastante difundida, apesar de crescer o número de estudos e experiências que demonstram o contrário (Webb, 1993; Jewett, 1994; Worden, 1998; Bromberg, 1998; Mazorra, 2005a; b).

Em outra ocasião, a morte de um parente de uma criança que estava abrigada possibilitou o trabalho do luto também de outras crianças que, impulsionadas pela expressão de dor da primeira e estimuladas por uma cuidadora da instituição, compartilharam suas histórias de perda. Além de compartilharem outras histórias, várias crianças também ofereceram apoio à criança que havia sofrido a perda naquele momento, o que foi considerado muito importante pelos cuidadores e dirigentes.

7.2 Fatores de risco e fatores de proteção para a elaboração dos rompimentos no processo de institucionalização

As pessoas que ficam em nossas vidas podem nos dirigir mal

e não aquelas que nos deixam.

Valiant (1985) citado por James (1994).

No decorrer deste trabalho apresentamos as conseqüências da vivência da separação entre a criança e sua família a partir de uma experiência de abrigamento. No entanto, sempre apontamos para a importância em relação ao que sucede ao redor da separação como determinante para as conseqüências geradas pelo rompimento de vínculo. Passaremos então a olhar atentamente para os fatores que interferem nesta experiência e pensar em alternativas que facilitem o desenvolvimento saudável da criança no abrigo.

A elaboração da experiência de institucionalização pode ser influenciada por variáveis presentes antes, durante e após a ocorrência da mesma. Estas variáveis são fatores de risco ou fatores de proteção que dificultarão ou facilitarão o enfrentamento e a adaptação da criança à instituição e à nova realidade.

Estes fatores poderiam ser agrupados de diferentes formas, sendo que elegemos apresentá-los de acordo com a ordem cronológica de ocorrência, tendo como ponto de referência o momento do abrigamento. Seleccionamos cinco classes de fatores que serão apresentadas separadamente:

- Fatores relativos à *criança* e à *relação perdida*, que dizem respeito ao momento *anterior e presente* do abrigo;
- Fatores relativos à *circunstância da perda*, que estão relacionados ao momento *presente* do mesmo;
- Fatores relativos ao *suporte recebido* e ao *luto dos cuidadores*, relacionados ao momento *posterior* ao abrigo.

Estas classes de fatores são apresentadas de forma separada por uma questão didática, facilitando a leitura e a compreensão das mesmas. No entanto, é importante frisar que cada fator está ligado a outros e, para um fator realmente determinar um risco ou uma proteção, a associação entre a presença e/ou ausência de outros fatores é necessária, como explicamos no capítulo *Luto e Luto na Infância*.

Além disso, pensamos que devem existir vários outros fatores, talvez um número ilimitado deles, levando-se em conta as inúmeras situações que podem se apresentar, não sendo possível apreendê-los na sua totalidade. Os fatores destacados a seguir foram pensados a partir da nossa compreensão da teoria a respeito do tema e de nossa experiência junto às crianças, cuidadores e instituições de abrigo.

7.2.1 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à criança institucionalizada

a) História pessoal e familiar

A criança que é abrigada chega à instituição trazendo uma bagagem de história de vida pessoal e familiar que pode facilitar ou dificultar suas experiências futuras. Concordamos com diversos autores (Bass, Shields e Behrman, 2004; Hughes, 2004; Schneider e Phares, 2005) quando apontam que todas as crianças que chegam ao sistema de cuidados temporários foram expostas, em maior ou menor grau, a condições que podem interferir no seu desenvolvimento saudável: pobreza, maus-tratos, rompimentos e perdas, e com sintomas: distúrbios de comportamento, desordens emocionais, comprometimento cognitivo.

Estas condições podem converter-se em fatores de risco para a elaboração da experiência de institucionalização, pois a criança que as vivenciou terá que enfrentá-las, além de lidar com a separação, sendo, portanto, uma sobrecarga. Mesmo se o abrigo significar que ela está numa situação mais segura e livre de maus-tratos, por exemplo, há uma sobrecarga emocional por ter tido tais experiências.

Assim, devido à história pessoal e familiar prévia, a criança pode encontrar-se mais ou menos enfraquecida emocionalmente, com ou sem problemas de desenvolvimento emocional e cognitivo, ter tido experiências de apego seguro ou inseguro, sendo que a quantidade e a qualidade destas experiências irão facilitar ou dificultar o enfrentamento do abrigo.

b) Histórico de rompimentos e de enfrentamento da criança e da família

Ter vivido ou não rompimentos de vínculos anteriormente ao abrigamento e o modo como estes foram enfrentados pela criança e/ou pela família pode atuar positiva ou negativamente no enfrentamento do abrigamento. Esta afirmação se baseia na idéia de que experiências positivas de enfrentamento podem fortalecer a criança e dar-lhe segurança de que será capaz de enfrentar mais esta situação. O contrário disso, além de não promover esta segurança, pode também significar uma sobrecarga emocional pelas perdas mal elaboradas.

c) Idade

A idade em que ocorreu a separação e abrigamento também pode funcionar como um fator de risco ou de proteção para a elaboração destas experiências. Ao passo que a criança muito pequena pode ter dificuldade de compreender e significar o que aconteceu, parece ter mais facilidade para elaborar o luto, como vimos que apontou Parkes (2005). Além disso, pode ter a seu favor o fato de ter tido menos tempo de experiências negativas e maiores chances de ser adotada caso esteja em medida de abandono. A criança mais velha, por outro lado, pode compreender melhor a situação que a envolve e ter mais recursos para expressar-se, mas maior dificuldade de elaborar o luto e formar novos vínculos.

Numa instituição na qual trabalhamos, observamos que de forma geral os cuidadores demonstravam maior afeto pelas crianças menores, principalmente pelos bebês de até um ano de idade. Além das crianças menores demandarem

mais atenção e cuidado, parecia que elas eram mais abertas e responsivas às manifestações de carinho que as maiores e também eram responsáveis por gerar um sentimento maternal nas cuidadoras, principalmente nas do sexo feminino. Todas estas variáveis são propícias para a formação de um vínculo e, portanto, um fator de proteção nesta situação.

Outros fatores a serem considerados como potencialmente de risco ou de proteção, dependendo de como se apresentam, são:

- constituição e dinâmica familiar;
- problemas de saúde física e/ou mental da criança e da família;
- nível sócio-econômico;
- religião e cultura.

7.2.2 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à relação perdida

a) Qualidade da relação de apego perdida

A qualidade da relação de apego perdida terá grande influência na adaptação ao cuidado temporário. A perda de uma relação de apego segura tem a seu favor a maior possibilidade da criança poder estabelecer outras relações seguras já que esta, como os outros padrões de apego, tendem a se repetir.

Se a relação de apego perdida era insegura, por sua vez, não facilitará a formação de uma relação segura, mas não quer dizer que isso não seja possível. As relações psicoterapêuticas com crianças com padrão de apego inseguro, por exemplo, têm a possibilidade de se converter em uma relação

segura, como objetivávamos nos atendimentos oferecidos pelo Semear. Acreditamos que as relações formadas nas instituições, se cuidadosas em relação à formação e rompimento de vínculos, também podem promover o apego seguro.

A realidade observada nas instituições que conhecemos parece indicar a presença de um maior número de crianças com padrão de apego inseguro que seguro de acordo com o que foi elaborado pela Teoria do Apego, embora estudos que confirmem esta hipótese sejam necessários.

b) Perda ambivalente

Segundo estudiosos do luto, quando uma perda envolve algum tipo de ambivalência, a elaboração do luto pode ser prejudicada (Bromberg, 1998, Parkes, 1998; Worden, 1998).

Na situação das crianças abrigadas, encontramos a ambivalência de ter que separar-se de alguém que está vivo e teoricamente 'deveria' estar disponível para o cuidado. A não ser nos casos onde a medida de abrigo é ocasionada pela morte de um ou ambos os pais, quando os pais biológicos estão vivos e a criança tem que enlutar-se pela perda desta relação, a compreensão e aceitação da mesma são mais difíceis de serem alcançadas.

Esta situação de ambivalência pode complicar-se ainda mais em casos de abrigamentos e desabrigamentos múltiplos ou no caso onde crianças ficam abrigadas durante muitos anos (às vezes até que se tornem adultas), sem que os pais tenham perdido legalmente o direito de desabrigá-las, como é o caso

de muitas crianças segundo estudo de Weber (2000) e Weber e Kossobudzki (1994).

7.2.3 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados à circunstância da perda

a) Existência de segredo em relação às causas ou circunstâncias do abrigamento

A criança pode ser levada para um abrigo sem que ela saiba onde está e o que aconteceu com sua família, nem o que levou à separação, podendo, inclusive, permanecer com esta incógnita para sempre. Os órgãos competentes têm a tarefa de localizar os adultos responsáveis, mas nem sempre conseguem ou é possível. Quando isto acontece, ou quando há qualquer outro tipo de segredo envolvendo a situação, a criança precisa enlutar-se por algo que não sabe o que é exatamente. O que aconteceu com seus pais? Porque foi abandonada?

Segundo Jewett (1994) e Hunter (2001) as fantasias que a criança pode ter a respeito de sua história de vida podem ser mais assustadoras que a realidade. Ela pode ter uma imagem de si mesma de não ser boa e que, por culpa dela, seus pais a deixaram. Além disso, a falta de clareza do que, quem e por que foi perdido dificulta o reconhecimento social do luto (Reppola e Hutz, 2002; Casellato, 2005) e, conseqüentemente, o oferecimento de suporte adequado.

A possibilidade de encontrar um significado para o que aconteceu está vinculada, portanto, à compreensão de sua história.

b) Perda repentina

A perda repentina é considerada mais difícil de ser elaborada por não contar com um tempo de preparo para lidar com a perda (Bianchi, 2003; Bromberg, 1998; Parkes, 1998; Worden, 1998). Sem considerar que seja fácil lidar com uma perda esperada, quando ela é repentina os recursos necessários para lidar com as condições geradas pela mesma não estão disponíveis, podendo levar a maiores reações de choque e entorpecimento e dificultando a compreensão do ocorrido. Assim, se o abrigamento é efetivado repentinamente entendemos que este é um fator de risco.

Apesar de parecer uma situação pouco observada, tivemos contato com uma experiência na qual uma mãe não estava em condições de ficar com os filhos, pois perdera o emprego e a casa, “preparou” os filhos para a separação. Ela os levou a uma instituição para serem abrigados e havia explicado porque aquilo estava acontecendo, como seria este período enquanto estivessem lá e quando ela pretendia voltar. As crianças estavam evidentemente tristes e desejosas de voltar para a mãe, mas pareciam entender o que estava acontecendo, tendo consciência dos motivos que levaram ao abrigamento. Como a mãe cumpriu com tudo o que foi falado, fazendo visitas freqüentes, explicando o que estava acontecendo e desabrigando assim que voltou a se estabelecer, a impressão que se tinha era que elas conseguiram se adaptar a todo o processo de forma tranqüila.

A perda não ter sido repentina, somados ao fato da mãe ser amorosa e zelosa, às visitas, ao desabrigo não demorado e ao cumprimento do que havia sido prometido, foram fatores facilitadores para esta experiência.

c) Perdas múltiplas

Como foi apontado ao longo deste trabalho, as crianças que são abrigadas passam por várias perdas ao mesmo tempo, e quanto maior o número de perdas mais complicado pode ser a elaboração de cada uma delas. Se a criança puder manter alguns laços, como por exemplo, com a escola onde estudava antes de ser abrigada, este pode ser um importante fator de proteção, que a auxiliará a lidar com as outras perdas.

Desta forma, a tentativa dos órgãos públicos de manter a criança numa instituição próxima à região onde mora a família nos parece acertada, pois facilita a manutenção de alguns vínculos.

7.2.4 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao suporte recebido

a) Cuidado oferecido à criança

Como já apontado neste estudo em *A institucionalização como uma possibilidade saudável*, Bowlby (1969/1993) encontrou vários indicativos que relacionavam problemas de desenvolvimento da criança com o cuidado oferecido pelas instituições de cuidado substituto. Em estudos mais atuais (Bass, Shields e Behrman, 2004; Hunter, 2001; Hughes, 2004; Gensheimer e

Yang, 2003; Katz, 1997) e a partir de nossa experiência, encontramos o seguinte panorama que interfere de modo positivo ou negativo na elaboração dos rompimentos e na adaptação à instituição.

Em relação aos fatores de risco, podemos listar:

- a instabilidade dos cuidados e serviços oferecidos, como por exemplo, quando serviços públicos de saúde e serviços voluntários onde normalmente são atendidas as crianças abrigadas deixam de oferecer atendimento repentinamente;
- constante troca de cuidadores dentro das instituições;
- falta de cuidados especializados comparado à população geral;
- dificuldade de atender às necessidades específicas individuais dentro da instituição;
- morosidade dos aspectos legais e burocráticos que envolvem a institucionalização, desinstitucionalização e adoção;
- dificuldade de considerar a criança agente de seu processo, muitas vezes não tendo suas vontades levadas em conta;
- registros precários ou ausência de dados historiográficos da criança.

Por outro lado, a criança que está abrigada tem contato com fatores de proteção, aos quais não teria acesso de estivesse em uma família em condição de risco. Estes fatores são:

- a existência de vários projetos novos e de políticas públicas direcionadas a este público;
- proteção e garantia de cuidados pelo Estado;

- maior acesso a cuidados médicos, psicológicos e educação que crianças que moram com suas famílias numa condição econômica muito precária.

As diferenças culturais presentes nos cuidados oferecidos podem funcionar como risco ou proteção, dependendo da maneira como forem manejadas, sendo necessário levá-las em conta para a construção de uma relação segura dentro de um cuidado temporário. Segundo Gensheimer e Yang (2003), quando se realiza uma intervenção com crianças numa instituição há que se respeitar as diferenças de cada cultura, dando-lhe a oportunidade de conhecer os costumes de sua origem (religião, rituais, hábitos), o tanto quanto possível. A formação multicultural dos profissionais que trabalham com esta população favorece desde a formação da identidade da criança, até a formação de um vínculo, na qual a criança pode se reconhecer e confiar, sendo respeitada.

Consideramos necessário comentar que nesta dissertação utilizamos alguns textos de países e culturas diferentes do nosso, sendo que um dos objetivos era conhecer os problemas e as soluções vividos por crianças abrigadas em outras sociedades. Com isso queríamos basear nossa discussão, sem esquecermos, porém, da importância de se observar atentamente estas diferenças.

b) Possibilidade de formar vínculos durante a institucionalização

A formação de vínculos durante a institucionalização é um fator de proteção que beneficia o processo de elaboração dos rompimentos, a adaptação ao abrigo, assim como as relações após o desabrigamento.

Segundo Maricondi (1997) o modelo de atenção mais individualizado alcançado após as mudanças exigidas pelo ECA, favorece que crianças e adolescentes mantenham laços com adultos e com o lugar em que ficaram abrigados.

Outra possibilidade de vinculação dentro da instituição acontece entre as crianças abrigadas, já que ela tem a possibilidade de se identificar com outras que se encontram em condições similares à sua. O relacionamento entre crianças que tiveram experiências difíceis muito parecidas e que sobreviveram, pode ser, como aponta Webb (1993), um importante fator de proteção para o enfrentamento e elaboração das perdas e situações traumáticas. Segundo a autora, o contato de crianças que passaram por perdas com outras que estiveram na mesma situação pode dar esperança de que será possível sobreviver aos acontecimentos adversos. Além disso, aponta que compartilhar com aqueles que estão no mesmo momento diminui a sensação de solidão e de estranheza, e aumenta a sensação de apoio.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Sanches, Parente e Moraes (2005), dizem que estar com outras crianças na mesma situação é importante para a reorganização da identidade e a re-inserção social necessárias.

Numa interessante pesquisa, Alexandre e Vieira (2004) investigaram a relação de apego desenvolvida entre crianças abrigadas e encontraram que este apego é semelhante ao existente entre adulto e criança. Neste estudo, após a separação da família, crianças mantinham relações afetivas umas com as outras e algumas passavam a funcionar como figura de apego. Exercitavam

as relações de apego por meio da brincadeira, muitas vezes em grupo, percebendo que não estavam sozinhas.

Além disso, as relações entre irmãos mais velhos também institucionalizados e a relação com os funcionários que lá trabalham funcionam como uma importante rede de apoio, fundamental para que as crianças possam ter condições de se desenvolver adequadamente do ponto de vista social, afetivo e cognitivo, segundo os mesmo autores (Alexandre e Vieira, 2004). Entendemos que as relações afetivas com pessoas de fora da instituição, como professores, colegas de escola e voluntários que freqüentam a instituição também podem ser suportivas e, portanto, protetoras.

Por outro lado, James (1994) encontrou que crianças que moram em abrigos se relacionam profundamente com os pares, pois acreditam que os adultos podem lhes fazer mal. Assim, ao apoiar-se em outras crianças, encontram uma forma de sobreviver emocionalmente.

Deste modo, entendemos que a criança pode se beneficiar de todas as relações positivas vivenciadas durante o período de institucionalização. Ações que auxiliem e estimulem a formação de relações entre as crianças e entre as crianças e adultos são, portanto, importantes e necessárias como um fator de proteção para o enfrentamento deste processo.

c) Vivência de perdas dentro da instituição e perdas sucessivas

Weber (2000), Rizzini e Rizzini (2004) e Casellato (2005) destacam que um dos grandes problemas da institucionalização é a re-vivência da experiência de abandono dentro da própria instituição, a qual consideramos um

importante fator de risco para a elaboração das perdas e para adaptação à instituição e formação de vínculos. Muitas vezes as crianças e adolescentes passam tempos indeterminados nas instituições (só se sabe que são longos e, às vezes, muito longos), sem que estas estejam preparadas para oferecer-lhes cuidado adequado por este tempo, até porque são instituições preparadas para serem abrigos temporários.

Além disso, o abandono vivido dentro instituição também pode ocorrer por questões ligadas ao seu funcionamento: comumente o número de cuidadores é menor do que o necessário para atender às necessidades da criança; os cuidadores mudam de emprego frequentemente e deixam de ter contato com a criança; por quererem proteger-se de sentirem emoções diante de histórias dolorosas e de um possível rompimento os cuidadores evitam envolver-se com as crianças.

d) Compreensão do processo de luto envolvido na institucionalização

Consideramos a compreensão do processo de luto envolvido na institucionalização por parte dos que nela trabalham uma importante influência para a elaboração desta experiência pela criança, como explicitamos anteriormente.

7.2.5 Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao luto dos cuidadores de crianças institucionalizadas

a) Luto não reconhecido e sobrecarga emocional

A consideração de fatores relacionados à elaboração das perdas por parte dos profissionais que trabalham com crianças institucionalizadas nos parece oportuna por dois motivos. O primeiro é do ponto de vista da saúde profissional: ele está sempre em contato com histórias difíceis e vivencia perdas no seu trabalho, pois pode se vincular à criança e, quando ela é desinstitucionalizada, perde este vínculo. Ainda que a desinstitucionalização seja motivo de satisfação e o contato possa permanecer, a relação existente é transformada, havendo a necessidade de readaptação.

Quando a criança retorna para o convívio dos pais biológicos, é adotada ou transferida para outro cuidado temporário, os cuidadores enfrentam um luto não reconhecido tal como o descrito anteriormente em *Luto e luto na infância*. Trata-se de um luto não reconhecido pelos próprios cuidadores e pela sociedade: a relação e a perda não são reconhecidas já que a relação não era teoricamente forte para gerar luto e a separação era esperada - e, portanto, as reações de luto “não deveriam” aparecer. A falta de espaço para a expressão de sentimentos e de suporte social para enfrentar as perdas neste contexto faz com que o profissional ligado aos cuidados temporários vivencie frequentemente situações de estresse emocional, podendo comprometer as outras relações na instituição e seu trabalho.

Além de não ser reconhecido, o luto dos cuidadores é também um luto ambivalente, pois quase sempre sentem alívio quando a criança deixa o lar temporário ou a instituição, contrastando com os sentimentos da separação (Hughes, 2004; Edelstein e outros, 2001; Doka, 1989).

Quando há risco de afetar a saúde emocional dos profissionais e comprometer a atuação dos mesmos, chegamos ao segundo motivo de destacarmos a importância dos fatores que os atingem: a influência da capacidade do adulto em lidar com o próprio luto sobre a criança que está sob seu cuidado.

Quando o profissional tem dificuldade de lidar com o próprio luto pela separação da criança que é desinstitucionalizada, ou morre, uma das consequências é a não colaboração com o processo de elaboração do rompimento vivido pela criança, tanto da que vai embora quanto da que fica, dependendo de qual for o caso. O mesmo pode acontecer se o cuidador estiver vivendo um luto recente ou tiver lutos não resolvidos. Além disso, dependendo do grau de sofrimento e da dificuldade de manejar seu processo, o cuidador pode tentar se proteger de um maior sofrimento diante de novas separações, evitando vincular-se afetivamente às crianças.

É difundida a crença de que os adultos responsáveis pelo cuidado temporário de crianças não devem envolver-se emocionalmente com elas, pois caso ocorra uma nova separação, todos sofrerão devido à relação estabelecida. Segundo Edelstein e outros (2001), nos Estados Unidos, os “pais-temporários” com quem crianças moram enquanto alguma solução mais definitiva é encontrada, eram advertidos a não vincularem-se com as crianças

que estavam sob seus cuidados. Para candidatar-se ao posto de pai-guardião estes adultos não podiam estar interessados em adotar crianças. Atualmente, nos contam os autores, esta regra não existe mais, e é desejável que crianças e cuidadores temporários desenvolvam o comportamento de apego, com o que estamos de acordo. Esta possibilidade promoverá a capacidade da criança desenvolver outras relações mais saudáveis e fará com que aprenda que existe esta alternativa.

Concordamos que mesmo se a criança tiver que viver um novo rompimento e separar-se destes cuidadores temporários, o fato de ela ter a experiência de vincular-se de forma segura com um adulto cuidador fará com que ela seja capaz de viver outra relação como esta (Edelstein e outros, 2001). Ainda que estes cuidadores e a criança possam sofrer diante de uma perda caso aconteça a separação, há os benefícios de ter passado por uma relação segura, como também aponta Hughes (2004).

Dozier (2005) contribui para esta discussão quando diz que o trabalho de um assistente social que acompanha crianças que estão em cuidado substituto, fica mais difícil, por um lado, quando tem que reintegrar à sua família de origem ou a uma família adotiva uma criança que esteja muito bem adaptada ao seu lar substituto. Entendemos que todos os envolvidos - criança, cuidadores substitutos, família - terão que lidar com um evento a mais, que é o luto por esta separação, embora seja positivo ter passado pela experiência de vincular-se.

Ao passar por esta experiência, a criança terá a possibilidade de se enlutar saudavelmente pela perda desta relação que foi formada. Pensamos

que se o vínculo seguro não for estabelecido com os cuidadores substitutos, além de a criança ter perdido a chance de ter uma relação segura, a elaboração da separação desta relação poderá se dar de modo complicado, podendo comprometer de modo negativo as próximas vinculações.

Apesar de observarmos que muitas vezes cuidador e criança se ligam de forma intensa devido a características pessoais e iniciativas do próprio cuidador, no Brasil ainda é difundida a idéia de que se há uma separação prevista, como nos casos de guarda temporária, é melhor não se vincular emocionalmente às crianças.

Edelstein e outros (2001) apontam que na realidade norte-americana os pais guardiões também possuem pouca rede de apoio e têm que lidar com a ambigüidade presente no papel temporário que desempenham na vida das crianças. Segundo os autores, todas as relações existentes após uma criança ser retirada do convívio de sua família são marcadas por muitos lutos e a necessidade de atenção sobre estes processos torna-se evidente.

Os pais-guardiões têm que lidar com vários lutos: luto dos pais biológicos das crianças, luto das crianças, o próprio luto pela possibilidade das crianças voltarem para o cuidado dos pais biológicos ou serem adotadas por outros, luto dos outros membros da família-guardiã. Eles podem apresentar dificuldade em lidar com o luto dos pais biológicos por sentirem raiva e inconformação por estes terem abandonado ou negligenciado a criança. Desta forma podem não conseguir colaborar para o processo de reunião, se este for o caso (Edelstein e outros, 2001). Apesar de este estudo se referir aos pais-

guardiões, entendemos que os aspectos levantados se aplicam também a outros cuidadores temporários.

Deste modo, atribuímos a tentativa de manter certa distância emocional às dificuldades de enfrentamento pessoal, bem como falta de instrumentalização e apoio em ambiente profissional para manejar estas questões. O preparo fornecido aos cuidadores para lidar com estas questões normalmente não aborda temas como perdas, luto e luto do profissional, havendo pouco embasamento teórico para respaldo das ações.

b) Perdas repentinas e sucessivas

Para Edelstein e outros (2001), quando a partida de uma criança cuidada por uma família temporária é feita de forma muito rápida, a relação da família com outras crianças que venham a morar com eles temporariamente pode ficar comprometida. Enquanto o luto pela saída da criança não for realizado, outras vinculações saudáveis podem não ser possíveis. O autor aponta para a existência de três períodos nos quais as emoções precisam ser adequadamente manejadas por todos os envolvidos: o período anterior à saída da criança, desde o momento em que se sabe que ela vai sair; o momento da partida; e um momento posterior de ajuste diante da ausência da criança na casa - ou na instituição.

Estas transições repentinas podem funcionar como fator de risco para o enfrentamento da separação por parte dos cuidadores e, como costumam acontecer com certa frequência, trata-se de uma situação de perdas sucessivas.

A importância de discutirmos sobre o luto dos cuidadores parece evidente se pensarmos que eles vivenciam rompimentos frequentemente e, o modo como enfrentam estas perdas influencia diretamente na vinculação com as outras crianças das quais forem cuidadores, além da importância para a saúde emocional do cuidador.

8. Método

8.1 A escolha do método qualitativo

O método qualitativo de pesquisa foi o escolhido para ser utilizado neste estudo, já que permite a análise do discurso dos participantes visando a compreensão do fenômeno por eles exposto. A intenção de buscarmos um contato mais profundo com a subjetividade e a construção dos participantes deste estudo faz com que este seja verdadeiramente qualitativo, como sugere Melody (2001).

Segundo Laughlin (1995), quando pretendemos construir um significado com base em informações observadas, o uso do método qualitativo é pertinente. A autora se fundamentou em Guba e Lincoln (1989) ao dizer que os resultados de uma pesquisa qualitativa não são descrições da vida como ela “realmente é”. Isto quer dizer que as realidades sociais e comportamentais observadas pelo pesquisador são construções mentais, nas quais a subjetividade dos participantes e do pesquisador fará com que cada pesquisa seja única. Além das informações que podem ser observadas, a relação do pesquisador com as informações interfere e agrega conteúdo ao conhecimento em construção. Para estes autores (Guba e Lincoln, 1989 citado por Laughlin, 1995), no processo de pesquisa os dados são produzidos tanto pelo pesquisado quanto pelo pesquisador.

Neste estudo entendemos que nossa subjetividade esteve presente em todo o processo de produção do conhecimento: da observação ao registro do

material para análise, da compreensão do mesmo à escrita final. Consideramos que existe um enlace entre nossa subjetividade, a das participantes da pesquisa, das crianças com quem elas trabalham, das instituições e assim sucessivamente, fazendo com que cada recorte do processo por nós estudado seja único: é a nossa construção sobre a construção de outros sujeitos.

Concordamos com Marmelsztein (2006), quando diz que se o pesquisador é co-participante da realidade observada a subjetividade deste estará ainda mais em destaque e deve ser objeto de reflexão como parte da pesquisa, mantendo um distanciamento o tanto quanto possível na hora desta reflexão, tendo responsabilidade pelo material produzido.

Entendendo que somos parte daquilo que conhecemos, nos pareceu possível apresentar nesta pesquisa reflexões nas quais os fenômenos observados fazem parte de uma construção da qual éramos também produtoras. Segundo Laughlin (1995), mais do que nos incluir, a pesquisa somos nós: as idéias nos representam.

Em um estudo sobre os métodos de pesquisa em luto, Neimeyer e Hogan (2001) afirmam que a pesquisa qualitativa, de forma geral, expressa uma filosofia construtivista, na qual o conhecimento humano é pessoal e socialmente construído e cuja visão singular não espera alcançar a verdade e validade universal e absoluta. O objetivo deste tipo de pesquisa é descobrir e explorar uma perspectiva única dos indivíduos estudados. Os autores afirmam ainda que este método é especialmente valioso para a promoção de conhecimento em áreas ainda pouco estudadas, como é o caso das pesquisas

sobre perdas e luto. Tais pesquisas vão em busca de significados únicos das reações individuais e/ou culturais diante destas experiências.

Segundo o paradigma construtivista de conhecimento e pesquisa, que sucedeu a visão fenomenológico-existencial, compreender é conhecer um conhecimento que já existe. Ao construirmos um fenômeno ele já é conhecido a partir de algum ponto de vista e, assim, entendemos que os aspectos levantados por esta pesquisa já eram compreendidos de alguma forma, tanto por nós e pelos participantes, quanto por outros estudiosos do tema. Nossa intenção é possibilitar uma outra compreensão, somando-se e ampliando-se as que existirem. Concordando com Melody (2001), a realização de uma pesquisa qualitativa não é um evento previsível nem finito, o que significa que a dissertação pode terminar, mas a interação com o material não acaba.

Menos fácil de ser alcançado que na pesquisa quantitativa, do método qualitativo também se espera que encontre seu padrão de adequação, que inclui credibilidade, reprodutibilidade e aplicabilidade (Neimeyer e Hogan, 2001).

8.2 Sobre os participantes da pesquisa

Nosso contato com os participantes desta pesquisa, assim como com os dados proporcionados por estes, aconteceu entre os anos de 2003 e 2005, quando a autora era responsável por coordenar grupos de supervisão com cuidadores de crianças abrigadas em instituições, denominados Grupos de Reflexão. Estes grupos foram oferecidos aos participantes do Curso para

Educadores do Projeto Semear (Anexo I), sendo, portanto uma atividade promovida pelo mesmo, embora detivéssemos total controle sobre seu manejo: quem participaria, qual o modelo seguido e freqüência. Após o desligamento da autora do Semear em fevereiro de 2004, as supervisões continuaram em seu funcionamento habitual até agosto de 2005, quando foram interrompidas por motivo de mudança de país da autora. Foram mantidas supervisões avulsas que ainda acontecem quando a autora retorna ao país esporadicamente.

Os grupos eram compostos por até cinco profissionais, sem incluir a autora e tinham como objetivo a supervisão e a reflexão sobre as ações dos mesmos com a criança institucionalizada e a instituição. Estes profissionais desejavam dar continuidade ao trabalho realizado no Curso para Educadores, sendo que todos os participantes da supervisão haviam participado do curso.

Durante estes anos aconteceram dois grupos, dos quais participaram dez cuidadores. Alguns participantes não deram continuidade às supervisões enquanto que outros ingressaram após o início das mesmas, sendo que sempre procuramos trabalhar estas mudanças com todos os participantes. Ocasionalmente um dos participantes recebia supervisões individuais, pois nem sempre conseguia freqüentar os grupos por incompatibilidade de horário.

Os encontros tinham duração de uma hora e meia e freqüência quinzenal, sendo que quando solicitavam por alguma necessidade, nos encontrávamos semanalmente. O local de encontro era o 4 Estações Instituto de Psicologia em São Paulo, SP, onde trabalha a autora.

Os participantes dos grupos pertenciam a diferentes instituições, sendo que num dos grupos havia mais de um profissional da mesma instituição.

As sessões dos grupos de reflexão eram livremente registradas pela autora durante os mesmos ou após seu término, com os seguintes objetivos:

- recordar nos encontros seguintes o que havia sido discutido;
- dar seguimento e coerência às intervenções;
- organizar os encontros;
- ter o registro dos encontros.

Este material nos pareceu ser muito rico e importante para ser analisado à luz da teoria apresentada, parecendo ser possível contemplar os objetivos deste estudo por meio dos mesmos, quando nos concentramos em sistematizar estes dados para averiguar se realmente seriam adequados para nossa proposta. Após compilarmos o material existente, separamos as falas e discussões de cada participante.

Foram contatadas sete profissionais que participaram dos grupos de reflexão, sendo todas do sexo feminino. Do número total de participantes dos grupos (dez) consideramos que apenas sete participaram regularmente da atividade, das quais temos material suficiente para análise. Destas sete cuidadoras, uma não conseguimos contatar por haver mudado de telefone, sem que o novo telefone estivesse disponível, seja na instituição na qual trabalhou, com seus colegas, ou na lista telefônica. Outra cuidadora não respondeu às chamadas telefônicas nem os contatos por e-mail, não sendo possível saber se ela recebeu os contatos ou não quis retorná-los. As outras cinco cuidadoras que foram contatadas com sucesso concordaram em participar desta pesquisa.

O pedido de consentimento para a participação desta pesquisa se deu por telefone e e-mail, quando se apresentou a idéia e objetivo da pesquisa. Neste contato fizemos menção ao material compilado dos encontros de supervisão que pretendíamos analisar e, de acordo com a anuência de cada participante, enviamos por e-mail tal documento para que o reconhecessem como material produzido por elas e que concordassem que o mesmo fosse utilizado nesta pesquisa.

Segundo Melody (2001) o hábito de mostrar aos participantes de uma pesquisa qualitativa o material obtido junto aos mesmos visa tentar alcançar maior fidedignidade em relação à percepção do pesquisador ao que foi expresso pelo pesquisado.

Após terem recebido este material e terem acordado em tomar parte desta pesquisa, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em anexo (Anexo II).

8.3 Sobre a análise e discussão dos resultados

Após organizarmos os registros do material de supervisão de cada participante fizemos uma seleção dos temas emergentes de cada relato, a fim de destacarmos as informações mais significativas que pudessem nos levar à compreensão de como as cuidadoras percebem e atuam na experiência de institucionalização. Desta seleção fazem parte tanto as questões trazidas para supervisão por cada participante, quanto a discussão que as seguia.

Os temas comuns a mais de uma cuidadora ou que possuíam temática correlacionada foram agrupados e analisados conjuntamente, dando origem às seguintes categorias de análise:

- a) Sobre o vínculo entre o cuidador e as crianças abrigadas
- b) Sobre a instituição diante da história da criança
- c) Sobre as visitas das famílias biológicas às crianças
- d) Sobre o desabrigamento: o retorno à família de origem
- e) Sobre o desabrigamento: a saída aos dezoito anos
- f) Sobre o desabrigamento: adoção
- g) Sobre a transferência para outra instituição
- h) Sobre como lidar com situações de luto por morte ou doença na instituição
- i) Sobre outros rompimentos dentro da instituição
- j) Sobre o preparo da equipe do abrigo para o cuidado das crianças

Iniciamos a análise dos resultados com uma caracterização das cuidadoras participantes e, em seguida, trazemos um relato de como aconteciam as supervisões. Logo, apresentamos os recortes das supervisões, que para efeito de organização visual estão apresentados em *itálico*, e a análise de cada um destes recortes ou do agrupamento deles - escritos em *estilo regular*.

8.4 Cuidados éticos

Os cuidados éticos adotados pela presente dissertação foram respaldados em documentos sobre pesquisas científicas com seres humanos no Brasil e sobre pesquisas na área de luto (Parkes, 1995; Resolução 196/96 do Ministério da Saúde – MS, 1996; Cook, 2001; Código de Ética Profissional do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia – CFP, 2005), a fim de cumprirmos com as exigências e recomendações éticas existentes. Segundo a revisão destes documentos, consideramos importantes os pontos a seguir:

a) Quanto ao recrutamento dos participantes

- observação de potenciais conflitos de interesse;
- participantes devem ser voluntários, com acesso a todas as informações necessárias para tomada de decisão em participar da pesquisa, assim como deixar de participar a qualquer momento.
- consentimento livre e esclarecido (anexo II) foi entregue após a explicação sobre a pesquisa, objetivos, método, benefícios e riscos previstos e leitura do material para análise pelos participantes.

b) Quanto ao método

- método claro e cuidadoso: permite ao comitê de ética, avaliadores e leitores acompanharem e validarem nosso percurso para chegarmos às análises e considerações, além da clareza necessária para os participantes da pesquisa, como dito no item anterior.

c) Quanto aos riscos da pesquisa

- previsão de danos associados ou decorrentes da pesquisa;
- eliminação dos riscos desnecessários, incluindo riscos sociais e psicológicos;
- responsabilidade do pesquisador sobre os riscos;
- benefícios para os indivíduos e sociedade maiores que qualquer risco;
- cuidado com a vulnerabilidade dos indivíduos.

Os participantes não foram retirados de seu meio e suas atividades para prover dados para esta pesquisa, o que diminui a possibilidade de ocorrência de risco aos mesmos. Não desconsideramos, porém, que o simples fato de participar da mesma pode trazer alguma interferência na vida dos sujeitos, o que implicou em nos colocarmos à disposição dos sujeitos da pesquisa, caso alguém apresentasse alguma inquietude.

Em toda nossa pesquisa, os dados informados são apenas aqueles que importam para a caracterização da amostra e os necessários para análise. O sigilo sobre as informações obtidas e a identidade dos envolvidos está protegido e os nomes utilizados para identificar as cuidadoras são fictícios.

d) Quanto à pesquisadora

- qualificação do pesquisador para condução da pesquisa.

Segundo o MS (1996) e o CFP (2005), o pesquisador e psicólogo deve estar habilitado para exercer a função que se propõe, devendo buscar as qualificações adequadas para tanto. Para Parkes (1995) e Cook (2001), ter

experiência no tema estudado e no método utilizado influencia na qualificação do pesquisador da área de luto.

Nos estudos que falam sobre ética e luto, não encontramos aspectos relacionados exclusivamente aos cuidadores de pessoas enlutadas. No entanto, considerando que a vulnerabilidade dos mesmos ainda não foi amplamente estudada e que estes profissionais estão em contato constante com o sofrimento das crianças e famílias, além de viverem seus próprios lutos, pensamos ser prudente utilizarmos os parâmetros dos cuidados éticos em pesquisa em luto.

Assim, nos certificamos de que foram seguidas as normas e recomendações quanto à autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

9. Análise e Discussão

9.1 Contextualizando a supervisão

Como já abordamos, o grupo de supervisão, chamado de Grupo de Reflexão, tinha como objetivo a supervisão e a reflexão sobre as ações dos cuidadores com a criança institucionalizada e a instituição. As cuidadoras participantes deste estudo faziam parte do mesmo grupo de supervisão, embora não todas concomitantemente. Este grupo aconteceu de março de 2003 a em agosto de 2004 e supervisões individuais aconteceram até agosto de 2005. Os registros analisados neste trabalho fazem parte deste período. Os encontros de supervisão aconteciam no 4 Estações Instituto de Psicologia em São Paulo, SP, onde trabalha a autora, com frequência quinzenal e duração de uma hora e meia.

Para melhor visualizarmos quais cuidadoras participaram das supervisões e por qual período, descrevemos:

- Ana: de março a outubro de 2003 (grupo) e de novembro de 2003 a agosto de 2005 (individual, esporadicamente).
- Clara: de março de 2003 a agosto de 2004.
- Julia: de março de 2003 a agosto de 2004 (grupo e individual) e de agosto de 2004 a agosto de 2005 (individual).
- Lia: de março de 2003 a agosto de 2004.
- Maria: de dezembro de 2003 a agosto de 2004.

As questões trazidas para supervisão normalmente eram compostas por casos de crianças, dúvidas em relação à compreensão da criança, ao modo de intervenção, questões pessoais que estavam interferindo no trabalho, elaboração de projetos de intervenção, compartilhamento de experiências, entre outros. Cada participante tinha um tempo para expor suas questões, casos e reflexões, compartilhando com as demais, que por sua vez contribuíam com suas reflexões a respeito do que ouviram. Sem desconsiderar que estas falas se deram neste contexto, não analisamos o grupo em si ou sua dinâmica, mas o resultado construído.

A discussão que se seguia era resultado de uma interação entre todas as participantes do grupo, guiada pela autora na qualidade de supervisora, na qual se buscava refletir sobre o assunto trazido, entender a dificuldade explícita e implícita, pensar em saídas quando fosse o caso e acompanhar as intervenções realizadas buscando uma conduta mais refletida, consciente e ética junto às crianças e a instituição, baseada teoricamente na Teoria do Apego. As reverberações produzidas em cada uma de nós, o conhecimento teórico correspondente a cada tema, o compartilhamento de experiências similares, novas questões que emergiam, todos estes aspectos também compunham tal discussão, constituindo-se no que apresentamos aqui como produto da supervisão.

O produto da supervisão é, portanto, uma produção coletiva e que possui uma história, que não começa nem termina em cada assunto aqui analisado, sendo dinâmica e contínua, assim como é a prática dentro da instituição. O que foi possível retratar neste trabalho é apenas um recorte

destes momentos compartilhados com estas cuidadoras, sem a pretensão de apreendermos por completo o que é de fato o complexo trabalho realizado na e pela instituição.

As supervisões individuais também foram consideradas produções coletivas, já que estavam presentes a supervisora e a cuidadora e eram compostas pelos mesmos elementos descritos acima.

Apesar de que muitas vezes se buscava soluções concretas para dificuldades enfrentadas, o espaço de supervisão era muito mais praticado enquanto lugar para pensar, refletir e questionar na tentativa de se construir um conhecimento mais sólido a respeito da prática. As intervenções pensadas e executadas a partir do que era discutido em supervisão eram fruto, portanto, deste conhecimento em constante construção. Além disso, tínhamos a consciência de que não era a instituição que estava em supervisão, e sim alguns de seus atores, que nem sempre poderiam mudar a atuação da instituição, e nem era este objetivo, mas poder contribuir com outras formas de pensar, dentro de um universo muito maior, inserido numa sociedade e cultura.

Será notado que algumas vezes as questões apresentadas representam o pensamento da cuidadora que as trouxe e, outras vezes, representam o pensamento e a prática da instituição, vistos, é claro, através de sua perspectiva. Como as cuidadoras não trabalham sozinhas, fazendo parte de uma equipe de técnicos e/ou há outras pessoas que ajudam na tomada de decisão dentro da instituição (normalmente um diretor, coordenador ou presidente da instituição), muitas vezes as questões refletem não o trabalho da cuidadora em si, mas da instituição como um todo. Consideramos que ambas

situações são igualmente importantes para nossa análise, não nos importando fazer tal distinção (embora em algumas partes do relato isso pode ser observado mais claramente), já que queremos analisar a prática das cuidadoras e da instituição frente a institucionalização das crianças.

9.2 Caracterização das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Profissão	Tempo de trabalho com crianças abrigadas
Ana	50	Assistente Social	27 anos
Clara	37	Pedagoga	8 anos
Julia	32	Assistente Social	15 anos
Maria	28	Assistente Social	3 anos
Lia	38	Pedagoga	7 anos

Quando entramos em contato com as participantes deste estudo para enviarmos o material que seria utilizado para sua aprovação e consentimento, pedimos que respondessem por escrito algumas informações que pudessem nos ajudar a melhor caracterizá-las e à instituição em que trabalhavam. Foram solicitadas as seguintes informações referentes ao ano de 2003, quando participavam das supervisões aqui analisadas: idade; profissão; funções na instituição (atividades pelas quais era responsável); por quanto tempo trabalha(ou) na instituição; características da instituição (número de abrigados, modo de funcionamento, etc); tempo de trabalho com crianças abrigadas.

Como já é sabido, as participantes desta pesquisa são todas do sexo feminino, assim como a maioria¹⁰ dos profissionais que trabalham em instituições de abrigo (Silva, 2004). Todas as cuidadoras possuem formação de nível superior na área de Ciências Humanas e desempenhavam uma função técnica na instituição onde trabalhavam.

Das cinco cuidadoras aqui retratadas, quatro trabalharam na mesma instituição (Ana, Maria, Lia e Clara), sendo que Ana e Maria não trabalharam durante o mesmo período.

Esta instituição tinha sob sua responsabilidade entre setenta e oitenta crianças em 2003, encaminhadas pelas Varas da Infância e da Juventude com ordem judicial de abrigo por tempo indeterminado. Viviam em pequenas moradias ou lares sociais, como são chamados, que abrigavam até dez crianças, geridas por mães ou casais sociais.

Neste modelo de funcionamento o pai e a mãe social, com até dois filhos biológicos, são os responsáveis pelo cuidado direto das crianças, orientados e acompanhados pelos técnicos da instituição. Maria descreve como vê a rotina das crianças nesta instituição: as crianças abrigadas têm vida normal e convivem num modelo familiar. Quando abrigados na instituição, as crianças permanecem em um lar, onde dormem em suas camas, brincam, fazem esporte, computação, vão à escola, cursos, terapia psicológica, fonoaudiológica e psiquiátrica, quando necessário. Alguns deles recebem visitas de parentes e amigos na instituição duas vezes por mês, quando autorizados pelos juizes.

¹⁰ Os participantes do Curso para Educadores do Projeto Semear ilustram esta realidade: foram 37 mulheres e 14 homens. Dos dez profissionais que participaram do Grupo de Reflexão, apenas um era do sexo masculino.

Outros possuem o direito, também autorizado por juizes, de passar os finais de semana, feriados e férias com seus responsáveis. Estas crianças retornam à família biológica, são adotadas (conforme definido pelos juizes) ou permanecem na Instituição até completarem a maioridade.

Em relação à atividade desempenhada por cada cuidadora que trabalhou nesta instituição temos, segundo elas mesmas:

- Ana: triagem e abrigamento das crianças, documentação das crianças, controle da parte médica, visitas de familiares na instituição, visitas domiciliares, contatos com fórum e órgãos públicos, triagem de funcionários ligados às crianças, controle dos prontuários, relatórios de ocorrência de cada criança, acompanhamento ao desabrigamento, trabalho de fortalecimento com as famílias, coordenação da reunião de abrigos, cursos para atualização profissional.
- Maria: recepção da criança na instituição; entrevista e contratação de casal social e ajudantes; acompanhamento social e judicial das crianças abrigadas; reuniões mensais com os familiares das crianças; reuniões técnicas; visitas domiciliares; elaboração de relatório social ao poder judiciário; responsável pela área da saúde das crianças; reunião com mães sociais, ajudantes e pais sociais; acompanhamento das crianças aos Fóruns para entrevista com o setor técnico, e com os juizes conforme determinado.
- Lia: encaminhamento e acompanhamento das crianças/adolescentes nas terapias psicológicas e fonoaudiológicas; participação da reunião de mães sociais; participação dos encontros de adolescentes; acompanhamento de algumas crianças e adolescentes ao Fórum; orientação às mães sociais;

preparação do lar para chegada ou saída de crianças; organização do calendário de atividades da instituição; participação do planejamento anual e avaliação dos projetos realizados; encaminhamento e acompanhamento de estagiários nos lares; entrevista com candidatos à casais sociais; participação de reunião de equipe técnica e diretoria; encaminhamento de crianças com dificuldades para instituições e escolas especializadas; atendimento à voluntários; acompanhamento na rotina dos lares sociais.

- Clara: responsável pela avaliação, encaminhamento e acompanhamento dos seguintes atendimentos: escolar, psicopedagógico, reforço escolar, cursos extracurriculares, escolas especiais; reuniões com profissionais das escolas das crianças; encaminhamento e acompanhamento dos jovens para cursos de capacitação profissional e para o mercado de trabalho; responsável pela coordenação das oficinas de música, recreação e artes; organização dos eventos realizados na instituição; suporte técnico e pedagógico na atuação das mães sociais em relação à educação da criança e adolescente por meio de visitas aos lares e reuniões semanais.

Na instituição onde trabalha Julia, havia em 2003 quarenta e uma crianças abrigadas, sendo dezenove crianças e vinte e dois adolescentes. Os abrigados moram nesta instituição e são cuidados por uma equipe de cuidadores diretos (educadores, cozinheira), sendo Julia uma das responsáveis pela coordenação, sendo sua função a área técnica e administrativa: abrigamento e desabrigamento das crianças e adolescentes; responsável por levar os abrigados ao Fórum e representá-los legalmente; encaminhar para atendimento médico e psicoterapêutico; acompanhamento escolar; formação

dos cuidadores e reuniões técnicas; relacionamento com parceiros e voluntários, entre outros. Trata-se de uma instituição de médio porte e de longa permanência sendo a maioria das crianças órfãs que, caso não retornem para a família, se houver, ou sejam adotados, permanecem abrigados até os dezoito anos. Como a instituição foi fundada por sua família, sempre exerceu alguma função na instituição e conhece intimamente todos os abrigados e suas histórias.

Todas as cuidadoras técnicas, participantes desta pesquisa, possuem contato diário e direto com as crianças abrigadas, o que é importante de ser observado já que queremos refletir sobre sua prática com as crianças. Além disso, sua função de orientar e formar as cuidadoras diretas, também atinge diretamente as crianças.

Enquanto a primeira instituição retratada apresenta um modelo de funcionamento que vem sido considerado o mais adequado¹¹ (Carreirão, 2004), ou seja, pequenos lares geridos por casal social, segundo um modelo familiar, a segunda ainda está fora do estabelecido pelo ECA (SME, 1990/2003) em termos de número de abrigados.

Outro fator a ser considerado é que em ambas as instituições o abrigamento acaba acontecendo por longos períodos, freqüentemente até os dezoito anos, quando o abrigo deixa de ser responsável pelo adolescente. Este quadro está de acordo com um perfil bastante comum segundo os estudos anteriormente citados (IPEA, 2003; SAS, 2004) e demonstra a importância de pensarmos em práticas que visem o bem-estar desta população, contribuindo

¹¹ Parece-nos oportuno voltar a abordar este tema, o que será feito ao final da análise discussão.

para que sejam capazes de se adaptar à instituição e construir relações de apego seguro para, depois, ter uma base sólida para continuar a se desenvolver fora dela.

Apenas uma das participantes (Julia) está trabalhando atualmente na mesma instituição. As outras quatro deixaram o abrigo em que trabalhavam, sendo que apenas uma (Ana) continua atuando com crianças abrigadas, numa organização que se dedica à reintegração familiar destas crianças e à adoção. Clara e Lia atuam em suas respectivas áreas, mas não mais em abrigos, embora Lia ainda tenha ligação com a instituição em que trabalhava, sendo procurada periodicamente para assessorar algum cuidador. Maria não está trabalhando temporariamente, por escolha pessoal.

O tempo que cada cuidadora exerceu suas atividades nesta Instituição, de quando ingressaram até quando saíram foi, em anos: Ana, 27; Lia, 7; Clara, 2; Maria, 2. Apesar de duas cuidadoras terem trabalhado bastante tempo na Instituição e duas relativamente pouco, o fato de todas terem mudado de emprego atualmente nos lembrou de um quadro muito freqüente nas instituições de abrigo: o êxodo de profissionais neste tipo de trabalho. A constante troca de cuidadores afeta as atividades da instituição, podendo prejudicar a formação de vínculos com as crianças, o seguimento e a conclusão dos trabalhos realizados com elas e o fortalecimento das práticas exercidas pela instituição.

Pensamos em algumas hipóteses que poderiam estar ligadas à mudança de emprego pelos cuidadores, tanto técnicos quanto diretos: pouco reconhecimento do trabalho; baixo investimento em salários e em capacitação

dos profissionais; limitação de recursos financeiros e de pessoal para execução do trabalho; sobrecarga de atividades por falta destes recursos; falta de literatura e cursos de formação especializados. Seria importante retratar e compreender mais claramente os motivos que levam à renúncia do trabalho em abrigos, com o objetivo de tornar este trabalho mais atrativo e recompensador e diminuir a evasão e os conseqüentes prejuízos para os envolvidos.

Assim, tendo conhecido um pouco de quem são e onde trabalham as participantes deste estudo, passaremos a conhecer aspectos de sua atuação junto à criança abrigada na tentativa de refletirmos sobre algumas perguntas: como estas cuidadoras observam e atuam na experiência de institucionalização? Quais são os fatores facilitadores e dificultadores do processo de abrigamento? Qual o sentido do cuidar de uma experiência subjetiva que envolve perda e luto?

9.3 Análise e discussão

a) Sobre o vínculo entre o cuidador e as crianças abrigadas

Julia:

Traz questionamentos sobre seu envolvimento pessoal com as crianças.

Costuma permitir que as crianças e adolescentes a visitem em sua casa e lhe telefonem, mas está vivendo um momento pessoal em que necessita de maior privacidade. Como as visitas se tornaram um hábito e os telefonemas bastante freqüentes está com dificuldade em colocar limites.

Quando é chamada por alguém da instituição seja por algum problema, seja por uma festa num fim de semana, por exemplo, acaba não conseguindo deixar de ir e isto está prejudicando sua vida pessoal.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre a proximidade entre a vida pessoal e profissional mantida por Julia durante todos estes anos. Tentamos identificar o sentido disto até então e o sentido atual, relacionado ao momento que estava passando.

Sua necessidade de maior privacidade e de colocar limites para os abrigados parecia que lhe gerava culpa por excluí-los deste momento da sua vida. Dedicamos-nos a pensar em como poder explicar com cuidado a necessidade de maior privacidade, sem que pareça que é um problema com o abrigado ou com a relação: “nos próximos meses estarei mais ausente que o habitual para me dedicar a um momento¹² na minha vida pessoal”, seria a mensagem a ser transmitida.

Seria importante assegurar a relação, mas sem ultrapassar os limites pessoais, ou seja, a relação permaneceria ainda que se demarcasse até onde ela poderia ir. Esta pode inclusive ficar mais fortalecida, seja por ficar menos desgastada, seja pelos abrigados poderem observar que a cuidadora também tem seus limites: assim a relação fica mais verdadeira.

Segundo Julia, após uma conversa sincera, as crianças e adolescentes entenderam e respeitaram os limites.

Ana:

¹² O motivo de sua ausência foi explicado para os abrigados e não está mencionado aqui apenas para preservar sua identidade.

Em relação ao mesmo tema coloca que desenvolveu maior afinidade com algumas crianças e acaba se envolvendo mais com elas. Será que é saudável levá-las para passear, a freqüentar a casa e a família do cuidador?

Lia:

Complementa colocando que ela e outros cuidadores também desenvolvem relações próximas com algumas crianças e adolescentes. Para ela, o fato de morar perto do trabalho, freqüentar a comunidade próxima ao abrigo, da própria família freqüentar a instituição e levar os abrigados para casa, faz com que seja comum a relação ultrapassar horário de trabalho. “Às vezes eles [abrigados] acabam fazendo parte da família além do limite, pois aquela não é a vida deles”.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre até que ponto seria saudável - do ponto de vista do cuidador e do ponto de vista do abrigado - manter e estimular estas relações. Para Ana, as relações precisam ser verdadeiras e não podem trazer falsas esperanças como, por exemplo, se a criança começa a achar que faz parte da família por participar das festas familiares.

Ficou claro que elas achavam impossível não se vincular, devido ao tempo que passavam juntos e à maneira que estavam acostumadas e se relacionar, mas que havia a necessidade de cuidar para que este vínculo fosse saudável e realista, como, por exemplo, conversar sobre as fantasias que às vezes surgiam de que a criança iria morar com elas.

Análise e discussão:

Quando um trabalho envolve relações humanas, é comum que possam surgir confusões em relação ao limite entre o lado pessoal e o profissional. Em se tratando de crianças abrigadas, com suas histórias marcadas por faltas, os cuidadores podem ter duas atitudes aparentemente opostas: querer evitar que tais relações se tornem relações afetivas por medo de entrar em contato com a falta, ou favorecer demasiadamente tais relações, na tentativa de suprir a carência existente.

Entendemos que estas diferentes atitudes representam dois lados de um mesmo fato e estão relacionadas ao modo como lidamos com nossas próprias questões ligadas ao abandono e à falta. Isto é, tanto aqueles que evitam o contato, quanto os que se envolvem excessivamente são mobilizados pelos sentimentos gerados diante da carência das crianças abrigadas e o modo como nos relacionamos com este tema pode nos paralisar ou provocar o desejo de preenchê-la (ou ambos ao mesmo tempo!).

Além de os adultos poderem ter vontade de preencher suas faltas, as crianças normalmente solicitam muita atenção e afetividade, como nós também pudemos vivenciar nos trabalhos que realizamos dentro da instituição. Pensamos que dar a atenção e o afeto requisitado, desde que verdadeiro, realista e dentro da disponibilidade do cuidador, pode ser muito positivo de acordo com o ponto de vista de Edelstein e outros (2001), pois a criança poderá aprender a desenvolver e a lidar com uma relação afetiva, que talvez não tenha podido fazer até então.

Por outro lado, o excesso de atenção exigido pelas crianças pode se tornar um peso para a relação e produzir um desejo de afastamento. Quando

Lia diz que os abrigados “acabam fazendo parte da família além do limite”, do limite de quem ela estava falando? Apesar de não termos notado no momento da supervisão, durante a leitura e análise deste registro ficamos com a impressão de que ela estava falando de um incômodo pessoal que produzia a extensão dos relacionamentos para além da instituição.

De toda forma, compreendemos que se trata de uma relação que - assim como qualquer outra - possui seus limites, o que pode ser frustrante tanto para a criança quanto para o cuidador. No entanto, os limites colocados nas relações formadas na instituição, assim como acontece numa família, funcionarão como organizador da relação e o cuidador e a criança podem aprender a ter uma relação com este contorno.

Este limite organizador, como nos referimos, é o que possibilita que a relação exista, ou seja, que dirá como será o funcionamento desta relação, garantindo que ela possa acontecer. É difícil estabelecer quais são estes limites de uma forma geral, a não ser os que compõem qualquer relação de cuidado entre um adulto e uma criança: uma relação de acordo com a moral e a ética, que tenha afeto, respeito, com a garantia que o adulto proporcionará um ambiente que favoreça o desenvolvimento sadio do ponto de vista físico, cognitivo, emocional e social. Os outros limites serão estabelecidos de acordo com os atores desta relação, bem como com seu ambiente.

Em relação ao afeto, vale a pena destacar o que colocou Hugues (2004) e também o que apontamos em trabalho anterior (Tinoco e Mazorra, 2001), que o afeto que pode existir numa relação entre um cuidador substituto e a criança

não precisa ser como o amor de uma mãe por seu filho, mas algum tipo de afeto, empatia e interesse esta relação deve produzir em ambos.

No momento de colocar limites nas relações, parece que Julia estava com medo de rejeitá-las e de gerar outras falhas. O limite aparece então como destruidor e não como algo natural e favorável para que ela exista. Porém, quando estas questões ficaram claras, ela pode exercer o limite e as crianças deram sinais de que o aceitam com a segurança de que a relação se mantém. Além disso, são capazes de entender e respeitar o que lhes é explicado, diferente de quando são realizadas ações sem incluí-las nas explicações.

b) Sobre a instituição diante da história da criança

Ana:

Traz para supervisão o caso de uma criança que depois de anos abrigada resolveu querer saber mais sobre sua história. Deve contar o que se sabe? Deve ir em busca de outras informações? É papel da instituição ir atrás destas informações? Ana teria vontade e condições de ir atrás de outras informações independente de a instituição pedir este trabalho a ela.

Que conseqüências pode haver a criança saber ou não de sua história?

Produto da supervisão:

Discutimos sobre a importância de apoiar a criança na busca de sua história. Saber de sua história ajuda na adaptação da criança à realidade além da elaboração de experiências passadas. Há coisas que estão ao alcance da instituição outras não. Até onde ir? O limite da instituição é diferente do limite

peçoal: às vezes o cuidador sente que pode fazer mais por esta criança do que a instituição se propõe. O que é ético e possível fazer? Discutimos que não seria ético, nem adequado do ponto de vista da criança que o cuidador decidisse sozinho o que contar e o que não contar à criança. Ana poderia buscar informações, checar a veracidade das mesmas e discutir o que seria contado à criança com a equipe responsável da criança, inclusive de profissionais de fora da instituição (psicoterapeuta, técnicos do fórum).

O que gerou a necessidade desta criança saber mais sobre sua história? Partir do interesse da criança e das informações que ela tem para desenrolar o novelo de sua história. A criança sobre a qual fala Ana está em psicoterapia, então este pode ter sido o estímulo. Conversar com a psicoterapeuta sobre este tema, buscando orientação de como tratar deste assunto com esta criança.

Conforme vão crescendo e virando adolescentes, eles mesmos podem ter condições de juntar pedaços da sua história e de ir em busca de novas informações.

Discutimos ser importante avaliar cada caso individualmente, respeitar o interesse deles, ter cuidado de não trazer informações que eles não querem ou não estão preparados para ouvir. Por exemplo, em um caso pode ser importante a criança saber que a mãe era drogadita, em outro ela pode ainda não ter a estrutura para saber de uma informação como esta. Em qualquer situação que envolva questões mais complicadas como esta, é necessário um acompanhamento psicológico atento e próximo.

Análise e discussão:

A questão da história da criança é um ponto sempre discutido dentro das instituições. Posturas que indicam que não se deve contar o passado, pois este pode ser prejudicial para a criança ainda são observadas. Uma das justificativas dada pela instituição e técnicos judiciais que compartilham esta posição é a de que os cuidadores podem fazer um mau uso das informações mais delicadas como, por exemplo, se a mãe da criança era trabalhadora sexual, podem falar deste tema de modo pejorativo ou acusatório.

No curso que ministramos pelo Projeto Semear, encontramos entre os cuidadores outros motivos para poupar a criança do conhecimento de sua história:

- a criança é vista como muito frágil e nova para compreender o que está acontecendo.
- a criança pode repetir os comportamentos indesejados dos pais.
- a criança pode ficar triste e “piorar”.
- a dificuldade dos cuidadores em responder as perguntas que as crianças podem fazer a partir das informações que receberem.

Além disso, muitas vezes os próprios profissionais sofrem com a ausência de informações, quando elas não constam nos registros e prontuários e são desconhecidas por qualquer pessoa.

Por outro lado, temos conhecimento de diversos relatos de trabalhos realizados na cidade de São Paulo com crianças e o foco em sua história (Sanches, 2005; www.fazendohistoria.com.br), que têm sido muito bem avaliados, inclusive pelas cuidadoras participantes deste trabalho.

Parece que o contato de Ana e do resto do grupo com trabalhos deste tipo já não deixa dúvidas que elas devem fazer algo com a história da criança. Mais que proteger esta história de ser contada por conta da inabilidade de manejo das mesmas, elas estão impulsionadas a se preparar para serem colaboradoras no processo de reconstrução da história da criança abrigada, buscando instrumentos para tal.

Acreditamos que esta postura continuará a expandir-se neste meio, fortalecida por estudos que apóiam a idéia de que a reconstrução da história passada é essencial para que as crianças possam construir uma história futura, tal como apontou Marin (1999), Tinoco e Mazorra (2001) e Sanches (2005).

É importante ressaltar que o suporte de um adulto e o acompanhamento psicológico das crianças abrigadas como o sugerido na supervisão se faz necessário durante a reconstrução da própria história, pois a descoberta de elementos mobilizadores pode ser difícil de ser enfrentada sozinha.

Em relação à história da criança durante o período de permanência no abrigo, pensamos que os cuidadores possuem ferramentas importantes para não deixar que mais uma lacuna se some às do passado da criança. Como é freqüente que a criança passe muitos anos abrigada, de acordo com as pesquisas comentadas no início deste trabalho em A Institucionalização no Brasil, os registros de sua infância dependem de que a instituição esteja organizada para tal. A criança poder carregar consigo lembranças do que fazia quando estava no abrigo, quem eram as pessoas importantes neste período, o que ela gostava e não gostava de fazer, por exemplo, são elementos

importantes para sua constituição enquanto indivíduo autônomo e capaz de se relacionar e se apegar.

A estes registros seria importante adicionar todos os dados providos pela rede de vínculos da criança (de dentro e fora do abrigo: família, escola, fórum, outros abrigos pelos quais a criança tenha passado), evitando-se assim que sua história fique segmentada ou até mesmo perdida com os vários adultos que cuidam ou cuidaram dela. Para isso, como ressaltamos durante a supervisão, as ações precisam ser conjuntas e compartilhadas por todos os responsáveis pelas crianças.

Uma técnica que consideramos bastante interessante para ser utilizada com crianças em abrigos é a construção junto com a criança de um livro de sua história, utilizando fotografias, desenhos e escritos. Esta técnica, e variações dela, é utilizada com sucesso em algumas instituições. Neste livro, que pertencerá à criança, são incluídas todas as etapas de sua vida, como por exemplo, como era sua família antes dela nascer, como foi enquanto permaneceu com a família de origem, para onde foi e quem foram as pessoas importantes a quem se ligou durante o período em que ficou em instituições e o que mais aconteceu com ela. Se houver períodos dos quais não se tem informação, pode-se incluir esta lacuna na história. Também é possível preenche-la com o que se imagina que pode ter acontecido. Pode-se finalizar o livro com o que se espera que aconteça, ou deixá-lo para continuar sendo escrito ao longo dos acontecimentos.

c) Sobre as visitas das famílias biológicas às crianças

Ana:

Depois da visita que as famílias biológicas fazem às crianças na instituição algumas não ficam bem. Há uma criança que chora muito após as visitas e quando não há visita não chora. Outra criança fica mais agressiva nos dias seguintes à visita da mãe. Há um caso em que a instituição achou melhor proibir a visita de dois irmãos adultos, pois os irmãos abrigados ficavam muito desestabilizados após a visita. Há também uma criança que diz não querer ver a mãe, mas a instituição insiste que ele continue se encontrando com ela: “você fica com ela só um pouquinho, se não quiser falar nada, não fala. Ela veio até aqui, coitada, não vai deixá-la esperando” – foi falado à criança.

Serão prejudiciais estes encontros?

Será que devemos proibir ou obrigar as crianças a participarem das visitas?

Produto da supervisão:

Foi discutido que estes encontros são emocionalmente complexos e que pode ser difícil manejá-los e lidar com as reações das crianças após a visita. Buscamos a compreensão do significado das reações de choro, agressividade, de não querer encontrar a mãe e que outras reações são esperadas após um evento como este.

Discutimos os casos particulares descritos acima na tentativa de identificar o significado das reações de cada criança e pensar em como lidar com tais reações.

Identificamos que a mãe da criança que ficava mais agressiva após a visita nem sempre cumpria com o que dizia em relação às visitas. Falava que voltaria na semana seguinte e não voltava, falava que iria trazer-lhe presente e não trazia. Era necessário compreender porque a mãe não cumpria com o que dizia e que fosse orientada quanto ao que acontecia com o filho dela quando isso acontecia.

Será que as visitas deveriam continuar acontecendo?

Não haver visitas pode fazer com que diminuam as reações difíceis, mas estar preparado para tais reações faz com que esta medida não tenha que ser tomada. Além disso, pensamos que estas ações poderiam ser implementadas:

- Observar mais de perto as visitas e avaliar cada caso: pode haver algum caso no qual as visitas estejam, num momento, sendo realmente prejudiciais.*
- Preparar as crianças para os encontros, avaliar as crianças que parecem apresentar maior dificuldade e oferecer suporte após os encontros. Poderia realizar um grupo de crianças para falar de como foi a experiência da visita.*
- Preparar os técnicos e os cuidadores diretos para entenderem e lidarem com as reações.*

Análise e discussão:

Parece que a questão em torno das visitas está relacionada à dificuldade de lidar com as emoções das crianças frente ao reencontro com as famílias. Quando as crianças encontram seus familiares por algumas horas e voltam a se separar delas, é esperado que reajam a isso: algumas não sabem quando voltarão a encontrar-se novamente, algumas podem ter a fantasia frustrada de

que iriam embora do abrigo com aquele familiar naquele encontro, podem ter as emoções ligadas à separação reeditadas. Dependendo de como é o padrão de visitas, isto é, se é regular ou não, se o familiar cumpre com o prometido, se a interação com o visitante é positiva, estas visitas geram diferentes reações e podem tornar o processo de elaboração das experiências mais ou menos difícil.

Nestes momentos de reencontro é natural esperar que a criança apresente uma gama muito grande de sentimentos como alegria, tristeza, raiva, indiferença, todos comportamentos normais diante do reencontro com uma figura com a qual ela tinha um vínculo ou que represente o vínculo perdido.

Se a criança apresenta um padrão de apego inseguro, é possível que ela reaja com um comportamento ansioso e dependente ou evitativo ao rever a figura ausente. Ou seja, pode demonstrar extrema raiva e tentar agarrar-se à pessoa que veio visitá-la, com objetivo de não voltar a se separar dela novamente ou, no caso de um comportamento evitativo, pode demonstrar indiferença, numa intenção de rechaçar o vínculo para não se sentir novamente abandonada, segundo o que descreveram Ainsworth e outros (1978), citados por Bowlby (1969/1993) e Parkes (2001).

A presença destas manifestações indica que a criança está reagindo ao que aconteceu e acontece com ela e que não é imune ao que passa em seu entorno. Neste sentido, a ausência completa de reações deveria ser mais preocupante que a presença das mesmas. O não-reconhecimento das reações como normais e esperadas dentro do processo de elaboração dos rompimentos, conforme apontou Casellato (2005) e a falta de suporte a estas

reações podem ser considerados, portanto, fatores de risco para a vivência deste processo.

Se a princípio concordamos que as visitas sempre podem ser oportunidades importantes para a manutenção dos vínculos ou até para o reparo destes, consideramos que há situações específicas em que isto não é possível. Se o padrão de apego inseguro continua a se repetir, isto é, se a figura com a qual a criança é ligada continua sendo fonte de insegurança, por exemplo, não cumprindo o que promete para a criança, estes encontros podem trazer complicadores para a vivência da criança e para esta relação, devendo ser avaliados e acompanhados de perto por um profissional que possa interferir neste ciclo de insegurança.

Assim, compreendemos que os fatores de risco não estão relacionados às visitas em si, mas a como esta acontece e qual o suporte e preparo oferecido às crianças, famílias e cuidadores que participam destes encontros.

d) Sobre o desabrigamento: o retorno à família de origem

Julia:

Traz um caso de uma criança que acha que vai voltar a conviver com a mãe, mas Julia acredita que esta mãe não vai desabrigá-la. Sabe-se que a mãe tem uma vida muito complicada e ainda não deu nenhum sinal de que pretende desabrigar a filha.

Em um outro caso, irmãos voltaram a morar com a família de origem, mas há uma suspeita da pouca capacidade desta mãe em ficar com os filhos. Teme que elas sejam novamente abrigadas.

Em outra supervisão Julia conta que está tendo problemas com criança que foi abrigada, desabrigada e abrigada novamente. Isso já havia acontecido antes em outra instituição, pois a mãe não conseguia manter-se empregada e cuidar dela e a abrigava outra vez. Cada vez que é abrigada retorna com maiores problemas de comportamento e é mais difícil mantê-la vinculada a atividades como escola e psicoterapia.

Produto da supervisão:

Em relação à criança que acha que será desabrigada, discutimos sobre como lidar com a esperança versus a desesperança. Discutimos sobre o enfrentamento entre estes dois sentimentos ser difícil devido à falta de certeza sobre o que de fato pode acontecer: Julia sente que sua desesperança não pode recair sobre a criança, nem a esperança ser alimentada. A possibilidade, então, pode ser a de conversar sobre o assunto, respeitando as fantasias e desejos da criança, bem como oferecer suporte diante de possíveis frustrações.

Também é importante falar de fatos concretos, mas apenas daqueles que são conhecidos: é diferente dizer “sua mãe não vai te desabrigar” (isso não se sabe), de “sua mãe está em condições complicadas que não permitem que ela te desabrigue”, que não quer dizer que algum dia isto irá mudar, nem o contrário.

Em relação aos outros dois casos, a responsabilidade que Julia sente em relação a eles é clara. Ela sabe que seu trabalho não termina quando ocorre o desabrigamento das crianças e que a instituição não pode deixar de ser fonte de segurança após desabrigamento.

Discutimos sobre a iniciativa de Julia de mediar o retorno e a convivência com a mãe. Conclusão a que chegamos: “se a instituição não assume este trabalho de mediação (que a princípio não seria mais sua responsabilidade após o desabrigamento), é possível que futuramente tenha que assumir um trabalho ainda mais difícil de lidar, que é o reabrigamento, caso as crianças não possam ficar com a mãe”.

Análise e discussão:

Observamos nos casos acima uma questão que rodeia a família que precisa abrigar um filho: sua fragilidade. Em toda experiência de abrigo houve alguma impossibilidade da família cuidar da criança adequadamente por causas que normalmente não são de fácil solução: carência de recursos familiares e materiais, violência doméstica, negligência, abandono, dependência química dos pais, vivência de rua, orfandade e outros (IPEA, 2003). Assim, entendemos que seja pela origem e qualidade dos problemas, seja por falta de rede de apoio e rede terapêutica acessível a esta população, a recuperação das famílias a tal ponto que estejam aptas ao desabrigamento é um processo árduo e dificilmente viável em um curto período de tempo. Levando-se estes aspectos em conta, consideramos importante o posicionamento de Silva (2004), ao questionar os limites do papel das instituições e das leis que incentivam o retorno da criança ao convívio familiar

no menor período de tempo possível. Ações pontuais e breves muito provavelmente não alcançam os objetivos desejados considerando a complexidade dos problemas e, as ações mais amplas existentes parecem não dar conta no imenso universo que precisaria atingir.

Este limite é sentido de perto por Julia no qual famílias ainda desestruturadas desabrigam seus filhos, mas têm que recorrer novamente ao abrigo, gerando sérias conseqüências para a criança abrigada - e todos os envolvidos.

O abrigo e desabrigo repetidos causam uma desconfiança e insegurança profunda em relação às pessoas e ao mundo, e a criança pode não acreditar mais na possibilidade de se vincular, como no terceiro caso trazido por Julia. Estas idas e vindas da instituição podem gerar uma ambivalência ou completa descrença na relação com a mãe e, diante do pavor de ser abandonada novamente, apresenta comportamentos agressivos e resistência em formar e manter vínculos afetivos. Além disso, os sucessivos abrigos e experiências de separação indefinidas implicam numa maior dificuldade de elaboração de seus lutos, conforme apontou Parkes (2005).

Com isso, de forma alguma queremos dizer que seria melhor que estas crianças estivessem definitivamente com o vínculo com a família biológica cortado, mas destacar os aspectos que influenciam na elaboração de uma vivência quando este vínculo é separado por um tempo não definido ou é restabelecido e rompido seguidas vezes, e atentar para a necessidade de elaboração de um luto que existe independente da reunião ou não à família de origem.

Considerando-se todos estes aspectos nos perguntamos como a instituição pode lidar com a esperança das crianças que acreditam que poderão voltar para suas famílias desestruturadas? Como lidar com a desesperança das crianças que já não acreditam que as relações podem ser seguras?

Com estas perguntas parece que nos sentimos sem saída, num primeiro momento, assim como Julia. Esta sensação nos lembra que faz parte do trabalho dos cuidadores - e do nosso - reconhecer e lidar com a impotência que pode surgir em algumas situações, como a da mesma criança que fala Julia, que parece evitar as relações por não acreditar que pode se vincular seguramente. Esta impotência que nos paralisa também é vital para que nos incite a procurar outros caminhos de investimento em relações como estas, buscando formas de elaborar as vivências de rompimento que acreditamos ter originado a dificuldade de formar vínculos.

Considerando que o caráter provisório do abrigo pode ser mais definitivo que o desejado e que a decisão do retorno à família pode ser frágil e efêmera, os esforços para a criança poder voltar ao convívio da família devem ser intensos, assim como para ela elaborar a separação vivenciada e se adaptar à instituição. Ao mesmo tempo, outros vínculos seguros podem ser formados, sem que isso indique que os vínculos com a família não poderão ser retomados. Tanto a instituição como a família, portanto, podem ser alvo de investimento - ao mesmo tempo.

e) Sobre o desabrigamento: a saída da instituição aos dezoito anos

Julia:

A maioria dos abrigados em sua instituição é órfã e é difícil lidar com o fato de que as crianças virarão adolescentes e depois adultos e dificilmente sairão da instituição antes disso.

Diz que quase todas as histórias são parecidas: já é “sabido” que a possibilidade de retorno à família é pequena ou inexistente. Também é “sabido” que há pouca chance de a criança ser adotada por ser mais velha. “A gente já sabe que vão ficar aqui até os dezoito”. Fala da sensação de que algumas coisas são sabidas, mas não são faladas. Sente dificuldade de falar sobre este tema com os abrigados.

Quando completam dezoito anos, se não tem para onde ir, permanecem durante mais um período até que se encontre uma opção.

Mas até quando podem ficar? Sabe que instituição não pode ficar com eles por muito tempo, mas às vezes completam dezenove anos e não estão preparados. Quem disse que com vinte estarão? São perguntas que angustiam Julia.

Produto da supervisão:

Conversamos sobre os sentimentos de Julia e sobre o quanto ela se identificava com estas histórias. Ela compreende que sente raiva e impotência por não conseguir mudar este cenário e ter que confrontar-se com esta realidade.

Pensamos que este também deveria ser o sentimento das crianças e adolescentes e conversamos sobre como esta compreensão poderia ajudá-los.

Discutimos que seria importante poder falar abertamente sobre o assunto quando ele surgisse, mesmo sem ter respostas concretas. Foi possível entender que existia a idéia de que era melhor não falar de assuntos difíceis, mas que poder falar dos mesmos ainda que não se tenha respostas e soluções, como saber para onde vão, seria melhor que não falar nada.

Análise e discussão:

Apesar de este tema estar mais relacionado aos adolescentes, pensamos que a saída da instituição aos dezoito anos é uma questão que marca todo o processo de abrigamento, podendo provocar angústia desde cedo, principalmente porque revela uma das condições que fundamenta a instituição assim que a criança entra nela: existe um limite temporal para o cuidado oferecido. Depois deste limite existe o desconhecido e a ameaça de reviver o abandono.

Ainda que a lei e o empenho dos envolvidos sejam direcionados para que a criança e o adolescente permaneçam pouco tempo no abrigo, retornando para o convívio familiar ou para uma família substituta, sabemos que a realidade ainda não responde a estes esforços e muitos atingem a maioridade estando abrigado. Desde os últimos anos, parece haver uma grande movimentação pública para que se cumpra o que é determinado pelo ECA em relação ao abrigo ser uma medida temporária, embora não se tenha dados novos de pesquisas que possam comprovar o sucesso e as conseqüências destas ações.

Quando Julia fala sobre este tema temos a sensação de que ela se identifica com os abrigados, que se preocupa muito e chega a ficar triste diante da falta de perspectiva. Como investe muito nestes adolescentes, na maioria das vezes desde que estes eram crianças, entendemos que deve ser difícil separar-se deles, principalmente sem a certeza de que estarão bem.

Quando questionada sobre estas percepções, disse que sentia uma insegurança em relação ao que poderia acontecer com eles e que por isso tinha dificuldade de conversar com os abrigados.

Entendemos que a angústia de Julia pode estar relacionada a uma sensação de fracasso diante da falta de perspectiva para os abrigados. A esperança de que algo bom aconteceria a eles e que mudaria seu futuro parece que chega ao fim com a proximidade dos dezoito anos. Se por definição os abrigos existem como uma alternativa temporária enquanto se busca outra mais adequada e definitiva, a chegada à data limite de permanência nos mesmos representaria a confirmação de que a instituição falhou em seu propósito.

Além disso, se Julia permanece identificada e paralisada diante desta falta de perspectiva, sente que não pode mais exercer sua função de cuidar, de prover segurança e confiança de que encontrarão uma saída. E abordar o assunto diretamente com os abrigados representaria ter que se confrontar com tais sentimentos.

A seguir, continuaremos esta discussão, a partir do relato de outras duas cuidadoras que enfrentaram a mesma dificuldade.

Ana e Lia:

Um dos trabalhos mais difíceis na instituição está em lidar com a saída dos adolescentes quando completam dezoito anos. O grande medo de todos (cuidadores, crianças e adolescentes) é a chegada dos dezoito anos, principalmente nos casos em que não se sabe se a criança poderá voltar a conviver com a família de origem ou quando a criança vai ficando mais velha e diminui a chance de que seja adotada.

Esta preocupação está aparecendo cada vez mais cedo: crianças de dez anos querem saber o que irá acontecer quando chegarem aos dezoito. Adolescentes que estão próximos da idade de sair apresentam grande preocupação com o futuro.

O que os abrigados vão fazer após saírem da instituição? Onde vão morar? Como vão se sustentar? Quem vai “olhar” por eles?

“Não dá para quando completam dezoito anos falar: ‘tchau, se vira’. Mas eles precisam sair da instituição”.

Ana e Lia querem desenvolver um projeto que vise preparar os adolescentes para a saída da instituição. Elas também desejam que a instituição esteja preparada para continuar sendo um ponto de referência após o desabrigamento: manter o registro da história dos ex-abrigados, ter uma pessoa para recebê-los, “deixar as portas abertas”.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre como começar a abordar este assunto com todos que se interessam por ele, inclusive com as crianças. O primeiro passo para o que

se pretende seria investigar o que eles querem saber e quais são as fantasias e medos em relação ao tema.

Discutimos sobre a importância de responder o que se sabe e ser verdadeiro nas respostas. Ainda que não se possa responder tudo, abrir espaço para falar do tema denota que se trata de uma preocupação da instituição e que, portanto, o abrigado não está sozinho na busca por uma solução, sendo possível transmitir-lhe esta confiança.

Para a criança de dez anos que perguntou o que iria acontecer quando fizesse dezoito anos e foi respondido que era muito cedo para ela pensar no assunto, pensamos que seria importante voltar a falar com ela e explicar o que se espera que possa acontecer e que para algumas perguntas elas ainda não tinham resposta, mas que estavam empenhadas em buscá-las.

Ana conta o caso de um adulto que foi criado na instituição e, muitos anos depois, ainda volta para visitá-la e lhe pedir conselhos. Diz que sente satisfação de ser referência para este adulto e manter esta relação por mais de 20 anos.

Este caso está servindo de base para ela pensar em formas de a instituição continuar sendo referência após o desabrigamento aos dezoito anos e também para todas as crianças e adolescentes que estiveram abrigados alguma vez a instituição.

Montamos, então, um projeto de preparação para o desabrigamento aos dezoito anos, cuja idéia central era o preparo dos adolescentes enquanto estão abrigados.

Os objetivos específicos e a descrição das primeiras atividades deste projeto são apresentados abaixo:

Projeto para o desabrigamento aos dezoito anos:

- *Objetivo: pensar na instituição como um lugar de referência para os que estiveram abrigados algum dia. Estruturar a mesma para receber os ex-abrigados, ter uma pessoa ou núcleo responsável por receber ex-abrigados quando retornam para visitar, para conversar, para serem orientados quanto à procura de emprego, entre outros; manutenção dos registros e histórico dos ex-abrigados. Filosofia da instituição: “vocês sempre poderão voltar para cá”.*
- *Buscar soluções para a moradia: Comprar casa? Alugar? Modelo de república ou pensão? Por quem e como será mantida?*
- *Reuniões com diretoria da instituição para discutir a viabilidade das soluções práticas, principalmente referente à moradia e sustento financeiro.*
- *Realização de visitas a outras instituições que possuem programas para a saída de adolescentes.*
- *Conversas com ex-mães sociais e ex-abrigados para levantar necessidades e sugestões.*
- *Promoção de palestras de assuntos relacionados à saída do abrigo e manutenção de uma vida independente, por exemplo: economia doméstica; cuidados com a saúde; mercado de trabalho; relatos de ex-abrigados.*
- *Formação de um grupo de reflexão para debater questões ligadas ao desabrigamento aos dezoito anos, com adolescentes a partir dos dezesseis anos de idade.*

- *Este grupo também tinha o objetivo de funcionar como uma rede de apoio entre a instituição e os adolescentes e entre eles mesmos.*
- *Encontros quinzenais, coordenados pela técnica responsável pelo projeto, com quem os adolescentes tinham um bom vínculo e confiança.*
- *Realização de uma atividade preparatória para o grupo de reflexão com os adolescentes. Um questionário foi montado pelas cuidadoras com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre o que pensavam e sentiam a respeito de suas experiências de vida, bem como suas expectativas quanto ao futuro. Este questionário tinha a forma de um livro, no qual cada um contaria um pouco a respeito de si. Além disso, o questionário foi utilizado para promover o entrosamento entre os adolescentes e o compartilhamento de experiências entre eles, servindo para o aquecimento do grupo.*
- *Seis adolescentes responderam o questionário e posteriormente participaram do grupo. Este era o número de adolescentes que tinha a idade atingida pelo grupo.*
- *Os dados obtidos nesta atividade foram avaliados como sendo importantes para entendermos questões ligadas à formação e rompimento de vínculos, que possuem papel de destaque na vida deles, como observaremos a seguir. A atividade também foi avaliada como importante ao reforçar a identidade comum existente entre eles.*

Destacamos as perguntas e respostas que se referem ao tema aqui estudado:

- uma recordação da infância: recordações da minha mãe; minha mãe feliz, alegre e viva.

- um sonho: conhecer meu pai.

- um medo: perder as pessoas que gosto; sair da instituição; perder tudo; morrer; perder o resto da minha família.

- eu queria que... encontrar minha mãe; que minha mãe estivesse viva; ajudar a minha mãe.

- eu não queria que ... minha mãe tivesse morrido e ter me separado de meus irmãos; precisar sair da associação (2 responderam); tivesse guerra; tivesse violência; o mundo acabasse.

- no futuro eu: todos querem ter coisas materiais, casa, família.

- o que me deixa triste: lembrar que não tenho família; morte da minha mãe; saber que alguém que eu conheço morreu ou adoeceu; morte.

- um sentimento: sentir que minha mãe estivesse viva; encontrar meu pai

• A discussão a cada encontro focava temas relacionados à vida fora da instituição, trazidos tanto por eles, como pela cuidadora: medos, dúvidas, quem sou?, quem quero ser?, futuro profissional, vida financeira, sexualidade, violência, entre outros.

• Temas não programados também eram discutidos: em um dos encontros uma das adolescentes contou que estava grávida e compartilhou seus medos. Os adolescentes ouviram atentos, falaram sobre as providências que ela deveria tomar, que se sentiu apoiada. Outros adolescentes falaram dos medos em relação à vida sexual.

Análise e discussão:

Acreditamos que a descrição das atividades iniciais deste projeto fala por si: sua importância em relação à formação e rompimento de vínculos é evidente.

Observando a prática das educadoras, entendemos que elas estavam decididas a pensar em uma continuação para o tempo em que os abrigados permanecem na instituição, reforçando o papel que a instituição pode ter na vida dos mesmos.

Continuar como referência para crianças e adolescentes que já não estão abrigados representa acreditar na relação que foi formada e que esta continuará fazendo parte da história de ambos os lados, independente de ocorrer a separação pelo desabrigoamento.

Considerando as respostas ao questionário proposto pelas cuidadoras, fica claro que para alguns adolescentes as maiores marcas em suas experiências de vida são aquelas ligadas a rompimentos de figuras importantes. Parece que suas expectativas de futuro estão ligadas à possibilidade de elaborar estas rupturas e ao desejo de que não ocorram outras como, por exemplo, quando os seis adolescentes completaram a questão “eu não queria que...” com desejos de que os vínculos nunca fossem ou tivessem sido rompidos.

Outro ponto importante nesta discussão é a segurança promovida pelas cuidadoras ao se disponibilizarem para encontrar uma forma de resolver as questões relacionadas ao desabrigoamento, resultando em que os adolescentes não se sintam sozinhos nesta empreitada, mesmo que num primeiro momento

ainda não existam todas as respostas para as incertezas. Entendemos, portanto, que Lia pode assumir o que faz uma figura de apego: promover segurança ainda que o entorno não esteja completamente seguro.

O planejamento e a execução do projeto descrito parecem inovadores, pelo que pudemos observar até agora, em relação ao caráter preventivo que ele apresenta. Quando se institui um projeto como este, um novo caminho passa a ser conhecido, novas ferramentas são inseridas no contexto dos abrigados, facilitando o enfrentamento do processo de desabrigamento e constituindo-se, portanto, num importante fator de proteção para esta experiência.

Finalizando, notamos que tanto na instituição de Julia, quanto na de Ana e Lia, o término do cuidado temporário é igualmente angustiante e desconhecido, não havendo diferença nos dois modelos de cuidado em relação a: problema de permanência na instituição por longos períodos atingindo-se o limite dos dezoito anos e necessidade de planificar o desabrigamento. Acreditamos que o projeto de preparação para o desabrigamento instituído por Ana e Lia é igualmente adequado e viável para uma instituição como a de Julia, tendo, inclusive, servido de referência a ela.

f) Sobre o desabrigamento: adoção

Ana:

Uma criança foi adotada e agora as outras ficam perguntando quando serão adotadas também. O que responder? A criança foi embora e não foi

trabalhada a sua saída. Como abordar o assunto com as crianças que ficam? Como preparar a criança que será adotada?

Traz o caso de uma mãe social que achou que não precisava se despedir de uma criança que seria adotada porque achava que já tinha cumprido seu dever e que a partir do momento em que a criança iria sair da instituição ela não deveria ficar muito próxima.

Caso de uma mãe social que escreveu uma carta de despedida para a criança. Será que é bom pra criança? Outro profissional que intermediou a relação com a família adotiva acha melhor a criança não receber este tipo de cartas.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre a importância de manter os vínculos e de poder despedir-se. Se as crianças e cuidadores podem mostrar suas emoções no momento da separação, fica explícita a importância daquela relação, além de facilitar o manejo da transição.

Ações que facilitem a despedida e o preparo para a saída da criança da casa foram pensadas. Escrevemos um projeto de como poder colaborar com o processo de adoção da criança, levando-se em conta a preservação da sua história. Este projeto incluía a coleta de material como fotos, cartas e lembranças do período em que a criança esteve abrigada, assim como o telefone e endereço das pessoas com quem ela queria manter contato, que seria organizado como um livro que ela pudesse levar consigo.

Análise e discussão:

Do ponto de vista da formação e rompimento dos vínculos, é importante que a instituição participe ativamente das transições envolvidas no desabrigo de uma criança. Neste momento, podem surgir diferentes emoções na criança que sai, nas que ficam e nos adultos que lá trabalham e que se vincularam à criança. Ainda que normalmente todos fiquem felizes quando a criança sai da instituição diante de uma perspectiva positiva, como é o caso de uma adoção, não deixamos de considerar que se trata de uma separação e, portanto, é natural que se reaja a ela, como acabamos de ver.

Nos casos trazidos por Ana, parece que a dificuldade mais uma vez é dos adultos em lidar com uma gama grande de emoções (próprias e das crianças), que de fato uma dificuldade das crianças em despedir-se e demonstrar seus sentimentos.

Entendemos que parece ser mais difícil lidar com a situação de separação quando há reações como choro, resistência à separação e outros e, por isso, muitos preferem não se despedir, não estimular que se fale sobre o assunto e agilizar as mudanças, dificultando a preparação para as transições. Tanto os profissionais podem querer proteger as crianças de tais sentimentos, quanto proteger a si mesmos de lidar com situações que causem dor e impotência, negando-se a importância do rompimento que se apresenta.

Porém, é sabido que os benefícios para a criança - e também para o adulto - de ter a oportunidade de falar da situação, de se preparar para o que vai acontecer e de saber o quanto a relação era importante são grandes e desejáveis, como aclararam vários autores (Bowlby, 1973/1993b; Webb, 1993;

James, 1994; Jewett, 1994; Worden, 1998; Bromberg, 1998; Mazorra, 2005a; b). Quando é dada esta oportunidade aos envolvidos, a adaptação às mudanças e a confiança de que é possível enfrentá-las é aumentada, concordando com Rutter (1993) e Bowlby (1969/1993).

Encontramos na atitude do profissional que pensava que a criança não deveria manter o vínculo com a instituição, não devendo receber cartas de seus antigos cuidadores, uma visão bastante comum que pode de fato impedir o contato. Entendemos que o motivo desta atitude é a perspectiva de que a criança deva abandonar completamente sua história passada para iniciar uma nova, conforme apontou Bowlby (1973/1993b), James (1994) e Edelstein e outros (2001).

O passado da criança, marcado por sofrimento, é incômodo e há uma tentativa de negá-lo. Nos casos de adoção, parece que o desejo dos profissionais é de poder reiniciar a história da criança, como se fosse possível apagar o que aconteceu de ruim até o momento e que, só assim, a criança estaria “livre” para começar uma nova vida. O medo de que o passado ruim contamine o futuro é uma preocupação que visa proteger a criança, mas pode gerar fantasmas que persistam até o momento que aquilo que não foi dito possa ser expresso e/ou vivenciado. Se, ao contrário, a criança e seus cuidadores (temporários e não temporários) puderem lidar com a história da criança sem excluir dela seu passado, poderá estar mais preparada para enfrentar o futuro, as novas relações e também as adversidades que se apresentarem.

A saída encontrada pela mãe social que escreveu a carta de despedida nos parece, portanto, uma atitude natural e adequada, que resulta do importante vínculo formado com a criança e do qual a criança poderia continuar usufruindo ou apenas guardá-lo na memória. Como não se trata de uma perda por morte¹³, os vínculos ainda podem ser mantidos de alguma forma, se houver interesse de ambas as partes. Cartas, visitas, telefonemas, e-mails, qualquer forma de receber notícias e manter contato com quem se teve uma relação próxima e afetiva é desejável e positiva, enquanto esta relação for importante.

Além da importância para a criança, a manutenção do vínculo beneficia também o cuidador que trabalha no abrigo. Quando a criança é desabrigada ele também perde esta relação e pode enlutar-se por isso. Como o reconhecimento deste luto não é freqüente, existe o perigo de a própria instituição não estimular ou permitir ações que mantenham o vínculo e o suporte a estes profissionais. O resultado deste não-reconhecimento sucessivas vezes, dado que muitas crianças saem da instituição, pode trazer grandes prejuízos para a saúde do cuidador e para sua atuação, como vimos em Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao luto dos cuidadores de crianças institucionalizadas.

Parece interessante comentar aqui a freqüente busca de informações sobre o passado feita por pessoas que foram adotadas sem que elas, os pais adotivos ou os órgãos responsáveis pelo processo tivessem pleno

¹³ No caso de morte o vínculo não pode permanecer em vida, porque a pessoa não está mais presente. Mas não quer dizer que este vínculo seja extinto quando o luto é elaborado. As memórias e as emoções podem continuar fazendo parte da vida do indivíduo e, de alguma forma, o vínculo pode ser mantido de modo saudável, conforme nossa discussão sobre a conclusão do luto em Reconhecendo e compreendendo os rompimentos presentes na institucionalização.

conhecimento de sua história de vida prévia à adoção. Em meios de comunicação de diferentes partes do mundo, como jornais de circulação diária e revistas semanais ou mensais, encontramos histórias de pessoas adotadas em países estrangeiros que retornam ao seu país de origem em busca de conhecer quem era sua família biológica e saber os motivos de terem sido entregues para adoção. Segundo estas pessoas, a falta de informações deixa um vazio incômodo com o qual não se pode compreender, aceitar e significar por completo sua história de vida.

Fica claro, para nós, que se a elaboração das separações não acontece quando a criança passa por ela, a necessidade de elaboração permanece, acompanhando o indivíduo na sua vida adulta.

Lia:

Traz o caso de uma mãe social que acha que uma criança não quer ser adotada por uma família. A mãe social diz que a criança está triste e que teria dito que sentiria saudades da instituição. A mãe social acha melhor a criança ficar com ela e não ser adotada. A criança provavelmente iria sair da instituição nos próximos dias e o processo de adoção estava acontecendo normalmente, parecendo que a criança e a família estavam contentes com ele, segundo Lia.

Produto da supervisão:

Discutimos que o sentimento de tristeza observado pela mãe social poderia de fato estar presente na criança e que a mudança que estava prestes a acontecer realmente poderia estar sendo difícil.

Discutimos também sobre como estava sendo feito o processo de adoção, que Lia voltou a confirmar que estava correndo bem.

Observamos a dificuldade da mãe social em lidar com a dor da separação e a importância de ajudar no processo de despedida e de preparar a todos para este momento. Averiguamos a possibilidade de poder manter o vínculo de alguma forma: os pais adotivos, a mãe social, a instituição e a criança estariam interessados?

Após a discussão foi lembrado um caso de outra mãe social: uma criança de quem ela cuidava foi embora da casa após ser adotada. Lembraram as falas da mãe social: “olha lá ele indo com a nova mãe: que menino bonito eu criei”. “A gente fica triste, mas faz parte da vida.” “Espero que ele me ligue e venha me visitar quando tiver saudades.” “Quem será a próxima criança que vou cuidar?” - perguntou à técnica.

Discutimos que seria muito interessante se as mães sociais pudessem compartilhar estas histórias. Incluir este tema nos encontros de mães poderia ser uma forma de oferecer-lhes apoio.

Análise e discussão:

O relato de Lia demonstra como pode ser difícil para um cuidador separar-se de uma criança que ficou sob seu cuidado. Os sentimentos presentes indicam que a separação estava sendo sentida tanto pela criança quanto pela mãe social, o que não está relacionado, necessariamente, a algum problema com a adoção.

Se um vínculo positivo foi formado entre a criança e seu(s) cuidador(es) temporários é natural esperar reações de luto diante do rompimento, o que

pode ser mais trabalhoso, de um lado, pois exigirá maior atenção e suporte para todos os envolvidos. Por outro lado, concordamos com Edelstein e outros (2001), Hughes (2004) e Dozier (2005), em relação aos benefícios de se ter vivido uma relação segura e positiva durante o cuidado temporário, como dissemos, ainda que seja necessário experienciar e lidar com as manifestações de luto.

Percebemos que há uma expectativa de que a criança que será adotada deva se sentir exclusivamente contente e animada com a nova perspectiva de vida. Podemos encontrar casos assim, mas é comum que outros sentimentos, aparentemente não tão positivos, também permeiem este processo, concomitantemente aos positivos. Medo, ansiedade e descrença de que poderá dar certo, podem ser alguns dos sentimentos presentes em relação ao novo vínculo. Tristeza, saudades, dificuldade de adaptar ao novo e outras reações de separação podem se manifestar desde antes de sair do lar temporário e continuar depois que a adoção tiver sido consumada.

Certamente é esperado que a criança se adapte ao novo lar, consiga se vincular com os novos pais e desfrute desta nova etapa. Porém, o tempo necessário para que isto ocorra é variável, principalmente em relação aos fatores de risco e proteção presentes na vida da criança, antes, durante e após o abrigo.

Apesar de Lia ter se referido ao comportamento da mãe social, será que ao trazer este caso também estava demonstrando o quanto ela mesma sentia pelo fato da criança sair da instituição? Será que ela estava realmente segura quanto ao processo de adoção como dizia? Pensamos que se os cuidadores

técnicos também podem reconhecer seus sentimentos diante dos rompimentos, além de poderem elaborá-los, poderão compreender e oferecer suporte mais facilmente aos cuidadores diretos e às crianças.

Além disso, se os cuidadores possuírem uma rede de apoio que os ajude a lidar com a ambigüidade presente no papel temporário que desempenham na vida das crianças e com o próprio luto diante da separação, acreditamos que poderão contribuir para o sucesso dos processos de reintegração da criança à família de origem e de adoção.

É neste momento, portanto, que entendemos o caráter profilático de trabalharmos a Educação para a Formação e Rompimento de Vínculos dentro das instituições.

Como a instituição pode ajudar a mãe social a manejar esta situação? A instituição inclui a mãe social no processo de transição da criança? Valoriza este vínculo? Entendemos que a mãe social pode ter um importante papel no processo de preparação para a adoção, ajudando na saída do abrigo e na vinculação com a família adotiva, sendo importante, para isso, refletir sobre as questões acima.

Como qualquer mãe que consegue ajudar a um filho a desprender-se dela para que ele possa sentir-se seguro ao entrar pela primeira vez ao colégio ou a sair de casa para casar-se, por exemplo, a mãe social que transmite a confiança de que a adoção será um processo que a criança conseguirá enfrentar, que torcerá por ela e estará acessível caso queira entrar em contato, deixará a criança mais livre e inteira para experimentar o novo, integrando o

passado e o presente com o futuro. Esta seria uma forma saudável de atender ao desejo dos cuidadores de que a criança possa começar uma nova vida.

g) Sobre a transferência para outra instituição

Lia:

Um adolescente é suspeito de ter abusado de duas crianças do lar social em que vive. Ele não negou, nem admitiu, mas uma das crianças contou como foi tocada por ele. A primeira vez que surgiu esta suspeita nada foi confirmado e nenhuma atitude foi tomada. Nesta segunda vez, com a confirmação da criança, estão pensando em transferi-lo para outra instituição.

Existe também a suspeita de que este adolescente tenha sido abusado antes de ser abrigado e no próprio abrigo, quando era uma criança pequena.

Produto da supervisão:

O adolescente estava abrigado desde pequeno na instituição e possuía boa relação com os cuidadores em geral, embora apresentasse condutas anti-sociais, principalmente com outros adolescentes. Estava em psicoterapia há algum tempo e consideramos ser importante trabalhar em conjunto e conversar com a psicoterapeuta sobre este assunto.

Discutimos sobre a transferência dele para outra instituição. Buscamos qual seria o sentido da transferência. Punição? Proteção das outras crianças? Outra instituição poderia lidar melhor com esta situação que a atual? Quem se beneficiaria desta transferência?

Ficou claro que se trata de uma situação bastante delicada e que a primeira solução imaginada havia sido tirar “o problema” de dentro da instituição. Porém, avaliando as conseqüências para o adolescente, pudemos compreender que ele precisava de ajuda e ter que se adaptar a um novo abrigo não seria uma.

Por outro lado, a instituição necessitava tomar uma atitude imediata em relação à proteção das outras crianças, devendo reunir todos os esforços para impedir que alguma criança fosse abusada.

Pensamos que uma opção seria transferi-lo de lar social, mas não de abrigo. A casa escolhida foi a gerida por uma mãe social com quem o adolescente tinha uma boa relação e que era considerada “pulso firme” e, ao mesmo tempo, afetiva.

Discutimos sobre como fazer esta transferência de casa. Este adolescente deveria ser olhado não como algoz, mas como alguém que precisa de ajuda. Neste contexto, a mensagem transmitida a ele poderia ser: “Achamos que está difícil para você se cuidar sozinho, então nós vamos estar juntos e te ajudar para que você possa se cuidar e cuidar de não prejudicar ninguém”.

A partir desta discussão surgiram outras questões sobre como ensinar as crianças a perceberem quando correm riscos e se defenderem de uma situação de abuso, cuidados que são de responsabilidade da instituição.

Discutiu-se também intervenções a serem realizadas com as crianças que se suspeita que haviam sido abusadas.

Análise e discussão:

Questões relacionadas a abuso sexual são bastante complexas e, infelizmente, não é incomum que apareçam nas histórias dos abrigados. Há muito o que discutir em relação à confirmação ou não das suspeitas, às conseqüências geradas na criança abusada e em relação às histórias que se repetem, como parece ser o caso trazido por Lia.

Em relação ao tema de nosso estudo, pensamos que o modo como a instituição se posiciona diante desta questão é crucial para a possibilidade de interromper o ciclo de violência que muitas vezes envolve os abrigados que abusam e que são abusados. Está claro que este menino não poderia continuar na mesma casa que as crianças que ele supostamente abusou, tanto para proteger os outros, como a ele mesmo, pois o fato dele “conseguir” fazer algo é prejudicial e traumático para ambos os lados.

A necessidade de conte-lo e vigiá-lo surge diante dele não ser capaz de se controlar sozinho. Não é possível permitir que qualquer situação de violência aconteça dentro do abrigo e, sendo necessário tomar alguma providência, esta tão pouco pode ser violenta, como seria caso ele fosse transferido da instituição. A perda de todos os vínculos seria, a nosso ver, uma atitude violenta e representaria algo que pode ser o que ele busca: uma confirmação de que ele é mau e que não consegue se relacionar saudavelmente. Se ele confirma esta idéia, a história se repete, vínculos continuarão sendo quebrados, assim como provavelmente aconteceu com ele.

Entendemos que tanto a consumação do abuso, quanto a transferência de abrigo seriam, para este adolescente, fatores de risco que se somariam a

outras adversidades, como os possíveis abusos que sofreu e o abandono. Tal como apontou Rutter (1985) e Katz (1997) a soma destes complicadores e a ausência de experiências positivas têm o poder de transformar uma situação de risco em um risco real para a saúde mental e o desenvolvimento.

Não queremos dizer que a transferência de instituição não se justifica em nenhuma situação, mas no caso apresentado pelas cuidadoras, havia a opção de mudá-lo de casa, mas não de instituição e assim ele não perderia totalmente o vínculo com os cuidadores. Pensamos que esta solução era mais adequada, até por não acreditarmos que estar em outro lugar mudaria as questões relacionadas ao abuso, ao contrário, só aumentaria o número de rompimentos, estigmas e não aceitação em sua história, que poderiam complicar ainda mais suas dificuldades.

Se a instituição puder proteger o vínculo com os cuidadores, criando uma relação de apego seguro que não se desfaça apesar dele ter supostamente cometido algo muito errado, esta passa a ser um instrumento para ajudá-lo a compreender aquilo que fez e buscar uma saída para que não tenha mais que ter tal comportamento. Se nenhum adulto acreditar que ele é capaz de fazer isso, possivelmente ele também não acreditará, perdendo-se uma importante chance de mudar esta história.

A discussão acima nos coloca diante da necessidade de pensarmos um pouco mais sobre o tema da transferência de crianças de um abrigo a outro, tão freqüente segundo os dados apresentados no início deste trabalho em A institucionalização no Brasil, embora esta não tenha sido uma questão

observada junto às participantes deste estudo. Por isso, fazemos aqui este aparte.

A freqüente mudança de crianças para outras instituições, refletida na realidade captada por pesquisas já citadas (IPEA, 2003; SAS, 2004), também pode gerar a sensação de perda e abandono tanto na criança que permanece quanto na que é transferida. Segundo Katz (1997), os efeitos psicológicos de mudanças sucessivas de instituição podem ser mais danosos que a situação de risco vivida em casa. Muitas vezes – não todas – a transferência é feita tendo-se em conta uma perspectiva de cuidado mais adequando, mas independente do motivo que leva a uma criança a mudar de instituição, se houver um preparo para tal mudança, possíveis efeitos negativos podem ser minimizados.

Quando muda de instituição a criança transferida perde outra vez o lugar conhecido e pessoas conhecidas, incluindo o contato não só com os adultos cuidadores, mas com as outras crianças da instituição. O reconhecimento e aceitação das reações que surgirem nesta situação podem funcionar como um fator de proteção, ajudando na adaptação ao novo lugar, contrabalanceando os prejuízos dos fatores de risco gerados pelas perdas sucessivas.

Durante nosso contato com instituições, foi possível observar que as mudanças de instituição muitas vezes acontecem de forma tão repentina, que crianças e adultos não estão organizados para tanto. A forma como são executadas, por exemplo, se a criança e todos os envolvidos são informados e preparados antecipadamente para a mudança de instituição, ou se esta é feita

de forma abrupta, influenciará no grau de desorganização e no modo de enfrentamento desta situação.

Para exemplificar esta situação trazemos um caso que observamos de uma criança que era vista como muito agressiva pelos profissionais de uma instituição. Após uma seqüência de comportamentos agressivos a criança se envolveu em uma briga com outra criança, machucando-a seriamente. O responsável pela instituição determinou que ela fosse transferida imediatamente para outra casa abrigo. No fim do mesmo dia esta criança foi transferida, deixando para trás seus pertences e seus irmãos. Anos depois, ainda encontrava restrições para encontrar-se com os irmãos, falar com eles ao telefone e não tinha reavido alguns de seus objetos pessoais.

Sabemos, como apontou Hughes (2004), que a criança que sofre muitas perdas traumáticas não consegue acreditar que poderá se vincular de forma segura e fará tudo o que puder para confirmar esta interpretação da realidade. A criança nesta situação demonstra dificuldade em cuidar e manter relações, parecendo não se importar de perdê-las. Por outro lado, o adulto que não sabe como se relacionar com quem pensa e se comporta desta maneira, acabará por confirmar a crença da criança: muitas vezes ela provoca um sentimento de raiva tão intenso, que acaba sendo impossível levar a relação adiante e esta é rompida.

Não se pretende aqui julgar a atuação dos profissionais envolvidos em situações como estas, ou os motivos pelos quais estas mudanças ocorreram, mas destacar o caráter violento - aos nossos olhos - de sua condução. Será que os problemas de comportamento que esta criança possuía não serão

agravados ainda mais com uma mudança como esta? Será que a nova instituição conseguirá lidar com a criança? Não poder despedir-se, não poder levar consigo objetos que lhe passem segurança, ou que lhe sejam referência de algo conhecido, não poder organizar-se para continuar em contato com as pessoas conhecidas, não conhecer para onde vai ser transferida e não encontrar o local preparado para recebê-la são fatores de risco para a elaboração desta perda.

Numa mudança como esta, o modo como é manejada pode levar ainda a um outro dificultador: a nova instituição passa a ser sentida como fonte de desconfiança e insegurança, acentuando a sensação de falta de controle já existente. Quando se dificulta a reconquista da confiança e estabilidade, abalados quando se deu a institucionalização, a crença da criança de que ela é má, que não é desejada e/ou que não pode confiar no outro é aumentada. Fica claro, portanto, que a situação que já era complicada se torna uma vivência ainda mais traumática para a criança, incrementando suas dificuldades relacionais.

Vale ressaltar, que realizar uma preparação para uma mudança, não significa dizer que a criança vá deixar de reagir ou sofrer com a mesma, mas sim dar a ela a possibilidade de melhor enfrentar esta situação. Se a criança puder ser incluída e participar ativamente das decisões que lhes dizem respeito, tiver ajuda para compreender o que vai acontecer e o porquê, tiver oportunidade de conversar sobre seu futuro - práticas realizadas em algumas instituições -, prejuízos não serão acrescidos à experiência de rompimento, o

que favorece o enfrentamento das mudanças vividas (Katz, 1997; James, 1994; Jewett, 1994; Rutter, 1985; Bowlby, [1951]1976/1995).

As crianças que permanecem na instituição da qual uma outra foi transferida também podem sofrer conseqüências diante desta perda. O medo de que o mesmo possa passar com elas, não poder se despedir, a perda do contato com a criança e a falta de compreensão por parte dos adultos de que esta situação exige uma adaptação, são algumas implicações possíveis para as crianças que ficam no abrigo.

Além disso, quando o desabrigamento, independente do motivo, não é trabalhado com as crianças que ficam na instituição, há um reforço da idéia de que o período de abrigo não deve deixar marcas e que as relações ali formadas não são importantes. Com isso, as crianças podem evitar se vincular com outras crianças e adultos já que entendem que a qualquer momento este vínculo pode ser rompido sem a chance de se lidar com isso de modo saudável. Os adultos também podem evitar se vincular com as crianças diante da perspectiva de um possível rompimento da relação, comprometendo a formação de relações seguras com as quais a criança poderia contar.

h) Sobre como lidar com situações de luto por morte ou doença na instituição

Lia e Clara:

Contam que naquela manhã morreu um parente bastante próximo de duas crianças irmãs e alguém da família ligou para avisar.

Devemos contar para as crianças? Como proceder?

Produto da supervisão:

Discutimos sobre quem deveria contar para as crianças sobre a morte e ficou claro que como o parente que telefonou não poderia ser acessado facilmente, alguém da instituição teria que fazê-lo. Lia era a mais próxima das crianças e ela iria contar.

Foi sugerido o uso de algum material de apoio, caso ela achasse necessário.

Lia contou sobre a morte e explicou sobre o que iria acontecer (enterro). As crianças manifestaram interesse querendo saber o que aconteceu e conversaram sobre o tema com a técnica. Foi explicado que não poderiam ir ao enterro por ser em uma cidade distante, mas lhes foi contado como este seria. Também conversaram sobre o que estavam sentindo com a notícia e sobre outros sentimentos que poderiam ter. Diante do pedido das crianças o parente que havia ligado foi contatado mais tarde e elas puderam conversar com ele ao telefone.

Passados alguns dias, como o tema da morte continuava circulando entre as crianças da casa, pensamos que seria interessante voltar a falar no

assunto. O livro “O dia em que o passarinho não cantou” (Mazorra e Tinoco, 2001b) foi utilizado como material de apoio, intermediando a conversa com as crianças. Esta conversa foi assistida por outras crianças da casa, o que possibilitou a interação entre estas e as crianças enlutadas. As outras crianças, impulsionadas pela expressão de sentimentos das enlutadas e estimuladas pela cuidadora, compartilharam suas histórias de perda. Além de compartilharem outras histórias, também ofereceram apoio às crianças que haviam sofrido a perda naquele momento, o que foi considerado muito importante pelos cuidadores e dirigentes da instituição.

Análise e discussão:

Entendemos que ter trabalhado com a morte de um parente das crianças no contexto do abrigo consistiu em uma intervenção tanto profilática quanto terapêutica. Ao abordar o assunto de forma cuidadosa e clara, ao possibilitar que uma pessoa da família das crianças conversasse com elas, ao ter disponibilizado uma cuidadora com quem havia uma relação de confiança para conversar e acompanhar as crianças e ter voltado a falar no tema alguns dias depois junto às outras crianças com quem viviam, formou-se um conjunto de atividades que visam à elaboração saudável do luto. Estas atividades possibilitaram que as crianças tivessem acesso ao que aconteceu, pudessem manifestar seus sentimentos e dúvidas, fossem compreendidas e compartilhassem com os demais esta experiência, sendo, portanto, fatores de proteção para a elaboração deste rompimento.

Quando as outras crianças se identificaram com a situação presente e puderam expressar-se, consideramos que as atividades promovidas pela

cuidadora tiveram um papel terapêutico em relação às perdas vividas anteriormente. Além disso, pensamos que a prática como a conduzida por Lia favorece a relação de apego seguro tanto entre cuidador e criança, quanto entre as próprias crianças, estando de acordo com o encontrado por Alexandre e Vieira (2004).

Como apontaram Sanches, Parente e Moraes (2005) e Webb (1993), ao compartilharem vivências similares as crianças que passaram por situações adversas se apóiam mutuamente, o que diminui a sensação de solidão e de estranheza e possibilita a identificação com os outros, essencial para a reorganização da identidade das crianças abrigadas.

Em síntese, a facilitação e mediação da relação que se estabeleceu entre as crianças pelos cuidadores também podem ser consideradas fatores de proteção.

Julia:

Na instituição em que trabalha, também trabalham outras pessoas da sua família, sendo que a instituição faz totalmente parte da vida da família e vice-versa. Ocupam cargos diversos, de presidência a cuidador direto, sendo que todos se encaixam no que estamos chamando de cuidadores. Algumas crianças têm um vínculo muito forte com algumas figuras da família, especialmente com uma que estava muito doente. Julia traz a dificuldade em gerenciar este fato tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional.

Paralelamente, sem apontar uma relação entre as duas coisas, Julia se queixa da sensação de que tudo estava fora do controle na instituição. Os abrigados começaram a apresentar comportamentos difíceis, agressivos e a

falar em abandono, em terem que sair da instituição e em querer ir embora de lá. Sua sensação era de que havia muitos problemas ao mesmo tempo.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre como ela estava se sentindo pessoalmente diante da doença desta pessoa e Julia falou sobre o quanto estava mobilizada e com medo de que ela morresse. Buscamos entender os sentimentos dela em relação ao que estava acontecendo e também os sentimentos das crianças e adolescentes abrigados. Eles possivelmente também estariam preocupados e com medo de que esta pessoa morresse.

A sensação de ter tudo fora de controle parecia estar mais ligada à questão da doença e possibilidade de perda, que de fato ao que acontecia no abrigo. Fez sentido para Julia pensar que, como a pessoa que estava doente era uma figura centralizadora, havia o medo de que o abrigo enquanto tal também “se perdesse”.

Este tema ainda não tinha sido tratado com os abrigados, mas eles sabiam que algo estava acontecendo pelo que viam e ouviam. A agressividade e os temas em torno da saída do abrigo poderiam estar relacionados ao medo dos abrigados de perder este vínculo e com isso perder a fonte de segurança e ficar sem saber o que iria acontecer com eles.

Ficou claro, durante a supervisão, que estava muito difícil manejar a situação, pois os cuidadores estavam envolvidos tanto profissional quanto pessoalmente. As questões das crianças estavam afetando as suas e vice-versa. Após esta esclarecimento ficou mais fácil coordenar a situação e Julia

percebeu que teria que cuidar da dor pessoal que ela não estava entrando em contato.

Pensou-se em abrir um espaço no abrigo para falar sobre o que estava acontecendo, explicar a condição real de saúde desta pessoa, poder falar dos medos (que atingia a todos), permitir que abrigados expressassem seus desejos em relação à pessoa como, por exemplo, ir visitá-la, estar perto. A pessoa a falar com os abrigados deveria se sentir apta para tal. Se Julia não estivesse preparada, não havia porque assumir este papel, que normalmente ela assumiria.

Análise e discussão:

Em relação à doença de um dos cuidadores e familiares de Julia, observamos outra situação na qual a questão do luto estava envolvida dentro do abrigo. Percebemos que a doença de uma pessoa com a qual os abrigados eram fortemente vinculados foi muito mobilizadora, gerando reações que precisam ser olhadas por esta perspectiva. O medo que todos estavam sentindo de perder a figura querida representava o quão importante era este vínculo para todos da instituição.

Novamente aparece a idéia de que falar sobre a fragilidade da situação poderia torná-la ainda mais frágil, enquanto o que estava deixando a situação mais delicada era não reconhecer a sua importância.

Além disso, Julia não havia assumido prontamente o controle da situação como de costume, pois ela, e possivelmente outros cuidadores, estava vivenciando um momento pessoal delicado, necessitando, de ajuda do ponto de vista pessoal e profissional.

Os comportamentos de agressividade e os temas em torno do abandono e separação, demonstrado pelos abrigados, poderiam estar relacionados ao medo de perder este vínculo e com ele perder a segurança, comportamentos normais diante de uma perda ou ameaça de perda. Concordando com o que apontou Hunter (2001) e Hughes (2004), diante de uma nova ameaça de abandono, é possível que crianças que foram abrigadas provoquem o abandono antes dele poder acontecer. O reconhecimento destas reações como atreladas a alguma experiência de perda ou da ameaça de uma, pode evitar que aconteça um novo rompimento como, no caso analisado, se um abrigado decidisse fugir da instituição por não agüentar a possibilidade de perder a figura cuidadora.

Nesta instituição ficou claro que não é possível negar a existência de uma relação afetiva importante entre a cuidadora e os abrigados e, portanto, não poderíamos esperar que não houvesse reações diante da possibilidade de um rompimento desta relação.

Quando se trata da morte de uma criança abrigada também podemos encontrar um nível de desorganização como o relatado, afetando todos os envolvidos - abrigados e cuidadores.

i) Sobre outros rompimentos dentro da instituição

Clara e Ana:

Trazem o caso de algumas crianças de uma mesma casa que passaram a apresentar problemas de comportamento: não querem ir para a escola e estão mais “ariscas”.

Produto da supervisão:

Aconteceu algo em especial nesta casa?

O pai social estava se separando da mãe e iria sair de casa.

Embora deversem perceber que estava acontecendo alguma coisa, ninguém havia tido uma conversa com as crianças para explicar-lhes esta situação.

Foi lembrado de outros casos de cuidadores, diretos e técnicos, que saíram da instituição (demissão, afastamento, problemas de saúde) que podem estar associados à dificuldade de comportamento de crianças.

Discutimos sobre a importância dos vínculos, sobre as reações diante do rompimento e sobre como manejá-las.

Foi trazido um caso de casais sociais considerados gravemente inadequados e que seriam demitidos por justa causa: vão embora no mesmo dia e não haverá tempo para fazer alguma intervenção preparatória.

Outros casais sociais já foram embora da instituição e não foi realizado um trabalho diante desta separação. O que fazer? Como falar para as crianças?

Foi discutida uma série de intervenções possíveis, como:

- Possibilitar que o próprio cuidador conte o que vai acontecer e se despeça da criança. Como o cuidador pode encontrar-se emocionalmente abalado por sua saída, pensamos que seria mais adequado ele estar acompanhado pelo cuidador técnico que possua uma boa relação de proximidade com as crianças.
- Na situação de cuidadores demitidos por uma inadequação grave (por exemplo, cuidadores que batem na criança ou suspeita de abuso), por medida de proteção à criança a instituição não permite que eles tenham mais nenhum contato com as crianças a partir do momento em que a situação for apurada e definida. Nestes casos, um dos técnicos, preferivelmente o que possuir relação mais próxima com estas crianças, deve ser o responsável por conversar com elas.
- Discutimos algumas formas de falar com a criança, por exemplo: “Precisamos conversar sobre algo que vai acontecer e que atinge a todos. O fulano teve um problema e não vai mais morar nesta casa. É ruim que ele tenha que ir embora assim, mas foi preciso. Ciclano virá para cuidar de vocês.”
- Foi decidido que no caso onde o casal social seria demitido, enquanto outro casal não era contratado, ao invés de contratar temporariamente uma pessoa nova como haviam pensado, uma ex-mãe social com quem a instituição tinha um bom contato e que já era conhecida de algumas crianças seria contatada para saber da possibilidade de assumir este cuidado e fazer a transição. O que acabou acontecendo.
- Foi sugerido abrir espaço para conversar com as crianças sempre que alguma mudança que as afete fosse ocorrer.

Análise e discussão:

As crianças vivenciam relações íntimas com seus cuidadores, que muitas vezes se tornam importantes figuras de apego e, diante de uma separação, podem apresentar diferentes tipos de reações. Estas reações podem se manifestar antes, durante ou após estas mudanças e nem sempre é fácil identificá-las ou associá-las ao fator que as gerou. Isto ocorre pois, muitas vezes, os vínculos formados dentro da instituição não são valorizados ou reconhecidos como tal (pela instituição, pelos cuidadores e até pelas próprias crianças) e, conseqüentemente, nem o rompimento destes vínculos. É freqüente encontrarmos as situações trazidas por Ana, nas quais as crianças não são avisadas explicitamente sobre as mudanças, não têm a oportunidade de se despedir dos cuidadores, a continuidade do vínculo não é estimulada (por exemplo, telefonar, escrever cartas, visitas) e não têm suas reações compreendidas.

A não valorização desta relação e a negação de que é necessário realizar algum tipo de elaboração desta perda pode transformar-se numa sobrecarga emocional para a criança em função do que ela já vivenciou, atuando negativamente para o processo de elaboração dos rompimentos, de adaptação à instituição e de formação de novos vínculos.

Além disso, podem dificultar as outras relações dentro da instituição, pois a criança pode entender que estas são frágeis e não duradouras. Pensamos que o contrário também é verdadeiro: se for possível trabalhar a saída de um casal social ou outro cuidador, por exemplo, as crianças estarão

mais disponíveis para se relacionarem com a nova pessoa que assumirá seu cuidado e formar novos vínculos.

Assim, entendemos ser importante que as reações às mudanças que ocorrem dentro da instituição sejam reconhecidas e que as crianças sejam incluídas no processo das mesmas, o quanto possível. Devem ser comunicadas sobre o que aconteceu e o que vai acontecer e poder ter suas perguntas respondidas, sempre por uma pessoa em quem elas confiem. Se for possível a continuidade deste vínculo, por exemplo, se um cuidador muda de emprego, mas continua visitando as crianças ou trocam correspondências, a separação será menos desestruturadora para a criança - e também para o adulto.

Quando o significado e as conseqüências das mudanças que ocorrem na instituição são levados em conta e é feito um trabalho que vise a adaptação e a participação da criança neste processo há uma maior chance dela – e de toda a instituição - não ser negativamente afetada, podendo, inclusive, ser uma oportunidade para aprender com esta experiência, melhorando seus recursos de enfrentamento.

Durante os grupos de reflexão, as cuidadoras eram constantemente interpeladas pela supervisora para que explicassem a continuidade do cuidado oferecido a algumas crianças. Se em uma supervisão a criança estava sendo acompanhada por tal médico, quinze dias depois estava sendo tratada por outro e com outra conduta médica, pois o primeiro deixou o emprego, por exemplo. A nosso ver, a dificuldade de compreender estas mudanças era mais nossa, que não estávamos no dia-a-dia com estas crianças, que das

cuidadoras, que pareciam estar acostumadas. Porém, como foi possível perceber ao longo das supervisões, estar acostumado não era necessariamente positivo e passamos a avaliar quando e como as mudanças poderiam ser mais bem executadas. A questão não estava, portanto, em criticar as mudanças nem interferir no andamento de decisões que não estavam ao nosso alcance, mas, diante de uma mudança necessária ou imprevista, quais cuidados e ações eram possíveis de serem realizados.

O que acabamos de dizer pode ser ilustrado por uma importante mudança implantada pelas cuidadoras Ana, Clara e Lia, que visava o controle de certos rompimentos, refletindo uma preocupação com os vínculos formados lá dentro. Pensaram que era necessário ter um maior rigor quanto ao serviço voluntário dentro da instituição, pois este muitas vezes era aceito a partir do momento em que era oferecido, mas nem sempre era adequado à necessidade da instituição e da criança. Aconteceram vários casos de voluntários que iniciaram algum trabalho com a criança e que depois o interromperam repentinamente, até que foi proposto pelas cuidadoras que fosse feita uma avaliação e um acompanhamento de cada voluntário, buscando-se identificar a motivação do mesmo para este trabalho, bem como orientá-lo quanto ao compromisso e importância de sua relação com a criança.

j) Sobre o preparo da equipe do abrigo para o cuidado das crianças**Maria:**

Quer ter maiores instrumentos para poder encaminhar os casos mais graves e também poder lidar melhor com as informações dos médicos, por exemplo. Como é responsável por acompanhar as crianças nas consultas, quer saber melhor o que significa os problemas das crianças e para que servem os remédios. Quer poder acompanhar melhor o tratamento, ter parâmetros para saber se está sendo efetivo, ter instrumentos para buscar algum encaminhamento diverso.

Produto da supervisão:

Discutimos a importância do papel das técnicas enquanto responsáveis pelo cuidado da criança. Os tratamentos de saúde, o rendimento escolar, os relacionamentos sociais, ou seja, todas as atividades das crianças são acompanhadas de alguma forma por um adulto e o sucesso das mesmas pode ser influenciado pela colaboração dos cuidadores.

Buscamos em literatura especializada informações sobre alguns medicamentos que algumas crianças estavam usando, bem como sobre seus problemas de saúde. Nas próximas consultas Maria levaria por escrito suas dúvidas para poder esclarecer com o médico.

Julia:

Está preocupada com o amadurecimento da sexualidade dos abrigados. Como abordar o assunto?

Preocupa-se também com a troca de afeto entre cuidadores e as crianças e adolescentes. Como se relacionar sem que o afeto seja sexualizado?

Ana:

Traz a dificuldade em lidar com a sexualidade de algumas crianças. Relata que as mães sociais às vezes atuam de forma inadequada diante deste tema.

Ana e Clara:

Na mesma supervisão trazem outras dificuldades com as mães sociais: algumas não educam como elas esperam; não colocam limites; são pouco afetivas; há casos de cuidadoras que batem na criança; crises com marido e filhos biológicos interferem na rotina da casa.

Clara complementa que há problemas de comunicação entre a equipe técnica e entre esta e os cuidadores diretos.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre a necessidade de a equipe técnica poder lidar com a diversidade de opiniões, principalmente, pela variedade de condutas possíveis nas diferentes situações que se apresentam. Porém também é necessário se chegar a um consenso quando há que assumir uma postura diante da criança e dos cuidadores diretos. Informações dúbias foram passadas para cuidadoras diretas, o que comprometeu a atuação de uma delas.

Discussão de como preparar melhor os cuidadores diretos para o cuidado à criança e adolescente, pois muitas vezes eles não conhecem sobre o

desenvolvimento, não sabem como enfrentar questões que são próprias de cada idade.

Pensamos também em quem são as mães sociais e que modelo de cuidado elas possuem para prover uma boa educação. Muitas destas cuidadoras passaram por dificuldades durante a própria infância e possuem histórias marcadas por problemas familiares, pouca afetividade e educação deficiente.

Como as mães sociais se encontram com as técnicas regularmente para tratar de diversos assuntos, pensamos em aproveitar estes mesmos encontros e montar um conjunto de atividades que visem a capacitação em relação ao cuidado da criança. O primeiro passo seria partir dos assuntos que elas querem saber sobre o cuidado da criança. Depois encaixar alguns temas considerados pertinentes:

- O que é cuidar?*
- Quais as necessidades da criança de acordo com cada fase de desenvolvimento?*
- Quais as necessidades destas crianças especificamente?*
- Técnicas de cuidado com a criança.*
- O afeto no cuidado com a criança.*

Análise e discussão:

Ao assumir o cuidado das crianças, técnicos e cuidadores diretos se deparam com a necessidade de estarem preparados para enfrentar diferentes situações do desenvolvimento de seu ciclo vital. Tanto as situações normativas quanto as não-normativas requerem a atenção do adulto, que interfere

diretamente no desenvolvimento da criança, como acontece com qualquer outra criança que não esteja abrigada.

A realidade de um abrigo, no entanto, se difere pela quantidade e qualidade de situações às quais os cuidadores têm que estar dispostos a lidar. Além do grande número de crianças sob responsabilidade da instituição, aqueles que estão em cuidado substituto têm maior probabilidade de ter experienciado situações adversas, conforme apontou Rutter (1979; 1985), Hunter (2001) e Hughes (2004), frequentemente necessitando de um cuidado particularizado.

É sabido que os cuidadores diretos de crianças abrigadas normalmente possuem uma formação insuficientemente especializada para o trabalho que realizam e há pouco acesso à capacitação para este fim. Em nossa cultura há pouca exigência em relação ao preparo profissional daqueles que cuidam de crianças pequenas, como babás, professores de creches e cuidadores diretos de abrigos, como se o cuidado de qualquer criança, principalmente para uma mulher, fosse algo natural e, portanto, não seria necessário preparar-se para isso.

Além disso, como observamos nas discussões que surgiram na supervisão, as cuidadoras diretas muitas vezes possuem um passado difícil relacionado a dificuldades familiares, sociais e educacionais, que influencia diretamente na capacidade de cuidar.

Por estes motivos, entendemos que a profissionalização dos cuidadores diretos é uma ação importante que vem sendo realizada por muitas instituições de abrigamento e organizações parceiras. Grupos de discussão, eventos

científicos, cursos e palestras de formação, supervisão, psicoterapia, são algumas práticas que têm sido oferecidas a estes cuidadores, que além de prepará-los para o trabalho, contribuem para a auto-estima e valorização destes profissionais.

Hughes (2004) diz que para promover o apego seguro a uma criança que foi separada de seus pais e tem problemas de apego, há que cuidar dela como se fosse mais nova do que é: fazer brincadeiras de bebês, nutrir, permitir regressões como, por exemplo, voltar a tomar mamadeira, ter uma rotina estruturada, proximidade física, prover conforto e experiências afetivas. Para poder desempenhar este papel, entendemos que é necessário ter um preparo e acompanhamento técnico especializado por pelo menos duas razões. Primeiro porque nem sempre é fácil compreender a necessidade da criança em ter comportamentos regressivos, por exemplo, ou como manejá-los e até quando permiti-los. Segundo, para ajudar a organizar e viabilizar este tipo de cuidado no cotidiano de um abrigo dentro do possível, já que é grande o número de crianças que está sob responsabilidade de uma cuidadora e são diversas as necessidades de cada uma.

Habilitar as mães sociais da instituição de Clara e Ana para que possam compreender as reações das crianças como agressividade, reações às separações, problemas de comportamento e escolar, sendo estas as queixas mais frequentes das próprias mães, significa possibilitar o cuidado adequado e a promoção de saúde das crianças sob sua responsabilidade.

Maria e Clara:

Trazem o caso de quatro irmãos que foram recebidos pela instituição. Os mais velhos viram o pai ser assassinado. Como acolhê-los? O que falar para eles?

Relatam que este caso gerou uma paralisia na equipe.

Produto da supervisão:

Discutimos sobre o que paralisa nesta história: identificação com as crianças, querer livrá-las da dor, raiva da situação. Além disso, as crianças eram muito pequenas, o que pode ter reforçado estes sentimentos. É necessário acolher a paralisia da equipe: há casos realmente mais difíceis de serem enfrentados.

Este caso fez com que sentissem a necessidade de buscar capacitação para os técnicos e os cuidadores diretos para lidar com as crianças e suas difíceis histórias.

Quando a instituição dá conta de trabalhar questões emocionais da criança e quando é necessário encaminhar? Técnicos devem estar preparados para avaliar cada caso e tomar a decisão; casos mais graves serão encaminhados; é necessário confiar na própria avaliação.

Decidiu-se encaminhar este caso para psicoterapia, para ajudá-los no processo de elaboração das perdas.

Análise e discussão:

Além de ilustrar o que foi dito a pouco sobre a quantidade e qualidade de situações adversas que podem estar presentes no abrigo, a questão apresentada por Maria e Clara retrata o quão mobilizador é para os cuidadores

lidar com algumas destas situações, requerendo-se um preparo para manejar situações de perdas e luto e avaliar a necessidade de um encaminhamento a um profissional especializado.

A idade e o motivo pelo qual os quatro irmãos foram abrigados parece ter favorecido a identificação com as crianças, indicando que quando a instituição também é impactada por situações traumáticas e violentas vividas pelas crianças é necessário cuidar e orientar os profissionais envolvidos.

Caso contrário, o impacto pode ser tão intenso que paralisa e/ou prejudica a capacidade de avaliação e intervenção dos profissionais.

Maria:

Abrigados ganham presentes de seus padrinhos e de voluntários que às vezes não fazem parte do cotidiano e realidade deles como, por exemplo, um telefone celular. Os profissionais da instituição estão em dúvida em relação a tirar ou não o celular.

Produto da supervisão:

O que faz parte e o que não faz parte da realidade deles? Os colegas de escola têm celular? Os meios de comunicação mostram o tempo todo esta realidade.

Pensamos em desenvolver um trabalho com a criança explicitando estas questões: “você ganhou um presente caro, que custa para mantê-lo, o que você gostaria de fazer?”

Análise e discussão:

A carência material é presença comum na vida das crianças abrigadas, freqüentemente desde quando viviam com a família, já que grande parte dos abrigados é proveniente de famílias com dificuldades financeiras. A realidade dos abrigos também impõe uma restrição financeira, ainda que possibilite o acesso a muitos serviços e oportunidades que a criança não teria estando em sua família de origem, como vimos em Fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao suporte recebido.

Entendemos que a questão trazida por Maria aponta para o modo como a criança que vive numa instituição é reconhecida pela sociedade - a criança carente - e tirá-la desta caracterização parece trazer alguns conflitos. Qual seria o significado de não deixar que os abrigados tenham coisas que não poderiam comprar? É conflitante para eles terem acesso a realidades diferentes da que estão acostumados?

Pensamos que ações como as ilustradas por Maria acabam por reforçar e manter esta população na carência, contribuindo para o existente processo de exclusão social. Além disso, o contato direto com outras realidades sociais proporcionado pela mídia e pela relação dos abrigados com outras crianças e adolescentes na escola, por exemplo, faz com que seja difícil assumir o que faz e o que não faz parte da realidade deles, sendo mais interessante possibilitar ao abrigado instrumentos para que possam, eles mesmos, decidir e julgar o que é mais adequado para si, confrontando estas realidades.

9.3.1 Síntese

Os retratos das supervisões apresentados neste trabalho deixaram entrever algumas questões que se observam na rotina de um abrigo. Por meio deles pudemos compreender algumas dificuldades e conquistas presentes no trabalho destas cuidadoras.

A participação de profissionais de dois modelos diferentes de instituição neste trabalho - a grande, considerada fora do ideal segundo determinação do ECA, e a pequena, tida como mais adequada pelo número de abrigados em cada casa e pelo cuidado realizado por um casal - foi interessante pois possibilitou que conhecêssemos recortes de ambas realidades. No entanto, o que chamou nossa atenção foi não termos encontrado grandes diferenças em relação às questões relativas ao cuidado com a criança abrigada. Ao contrário disso, ao analisarmos vários aspectos que fazem parte da prática das cuidadoras de ambas as instituições a partir do ponto de vista da formação e do rompimento dos vínculos, as semelhanças dos fatores complicadores e facilitadores foram mais evidentes.

Do mesmo modo, a motivação para a compreensão de tais fatores assim como a busca por uma postura e ação mais adequadas em seu contexto de trabalho foi observada nas cuidadoras das duas instituições. Este fato, ressaltado agora pelas análises, foi o que possibilitou uma grande troca entre as participantes durante as supervisões.

Pudemos confirmar que as mudanças e rompimentos vividos na instituição de abrigo (saída de cuidadores, desabrigamentos, outras perdas)

são inevitáveis e fazem parte de sua realidade. Todos os envolvidos têm que lidar com estas experiências, mas nem sempre isto é reconhecido, o que interfere no modo como são conduzidas. A prática na instituição é influenciada pela idéia de que a aproximação do sofrimento relacionado aos rompimentos pode trazer mais dor, e não possibilidade de enfrentamento.

Normalmente a dificuldade de reconhecimento está associada à falta de preparo e apoio para lidar com o tema, seja do ponto de vista pessoal quanto profissional. Situações de difícil solução e a identificação com a dor das crianças também aparecem como fatores que interferem no não reconhecimento das reações, podendo gerar certa paralisia nas cuidadoras.

No entanto, quando elas se sentem apoiadas e respaldadas por recursos teóricos e técnicos adequados, são capazes de manejar estas situações, atuando de forma mais consciente diante das questões que envolvam rompimentos. O reconhecimento das reações de luto das crianças abrigadas faz com que tenham atitudes que facilitam a adaptação da criança à situação enfrentada.

Quando as transições são planejadas e executadas junto com os abrigados, parece que estes se sentem mais seguros e capazes de adaptar-se a elas. A instituição por sua vez, consegue trabalhar mais efetivamente seus propósitos e minimizar os problemas de comportamento dos abrigados, saindo de uma sensação de paralisia e se identificando com a possibilidade de atuar eficientemente dentro deste contexto.

Observamos também que quando as cuidadoras atuam de modo a proporcionar fatores de proteção nos momentos de separação, os resultados

são positivos, segundo as mesmas, para aqueles que estão institucionalizados, para os cuidadores e também para os que passaram pela experiência de abrigo e hoje estão fora da instituição. A possibilidade de manter a instituição em sua história, de esta ser uma base segura, assim como os vínculos formados dentro da instituição nos parece um dos pontos-chave que funcionam como fator de proteção para esta população.

Em relação à prática das cuidadoras participantes deste estudo e o aproveitamento da supervisão, pudemos analisar que:

- O espaço propiciado pela supervisão foi aproveitado para o aprimoramento da prática das cuidadoras.
- A experiência de supervisão sinalizou a possibilidade de mudança em relação às práticas das cuidadoras e da instituição frente às questões de formação e rompimento de vínculos, mostrando que é possível aprender a lidar com a dor e o sofrimento, não sendo necessário negá-los e tão pouco sucumbir a estes sentimentos. Espaços como este, possibilitam a formação destes profissionais, o diálogo entre a teoria e a prática e traz novos elementos para reflexão, estimulando os cuidadores e sua ação perante a institucionalização.
- Por supervisionarmos cuidadoras de uma mesma instituição pudemos perceber que existe a preferência por trabalharem em duplas ou com o apoio de uma das colegas, o que consideramos bastante positivo, já que se trata de situações que podem produzir grande impacto emocional nas cuidadoras e que pela diversidade de variáveis envolvidas é necessário discutir a melhor compreensão e intervenção. Julia, que não tinha outras técnicas parceiras na

instituição em que trabalhava, por vezes comentava da dificuldade de não ter com quem compartilhar e discutir questões no abrigo, sendo que o espaço de supervisão compensava um pouco esta falta.

A partir da análise e discussão apresentada, pudemos observar a necessidade do cuidador que trabalha numa instituição estar preparado para lidar com situações presentes na realidade do abrigo, independente do modelo de cuidado oferecido. As visitas das famílias biológicas, o manejo da história da criança, a importância do vínculo formado entre o cuidador e as crianças abrigadas, a especificidade do cuidado à criança abrigada, o manejo do luto por morte, doença ou por outros rompimentos dentro da instituição, a atuação frente ao desabrigamento nos casos de retorno à família, adoção e saída aos dezoito anos e frente à transferência para outra instituição, e o preparo da equipe do abrigo para o cuidado das crianças foram aspectos presentes na realidade destas instituições de abrigo (e provavelmente comuns a todas ou quase todas instituições com o mesmo fim) a partir dos quais pudemos compreender melhor o importante papel das cuidadoras frente a cada uma destas situações.

Para sintetizar, retomamos os fatores de risco e de proteção relacionados à prática das cuidadoras que participaram desta pesquisa e que foram discutidos ao longo deste capítulo, com o objetivo de melhor visualizá-los e fixar nossa atenção para o desafio que têm os cuidadores temporários em minimizar os riscos e aumentar os fatores de proteção por meio de suas ações na instituição.

Fatores de risco:

- Não reconhecimento das reações das crianças diante dos rompimentos.
- Falta de suporte adequado diante do não reconhecimento das manifestações aos rompimentos.
- Ausência de preparo para mudanças e separações como o desabrigamento, adoção, transferência para outra instituição, retorno à família, saída da instituição aos dezoito anos, saída dos cuidadores e das crianças da instituição.
- Dificuldade do cuidador em lidar com as emoções das crianças.
- Não reconhecimento pelos cuidadores dos próprios sentimentos em relação aos rompimentos que ocorrem na instituição e conseqüente falta de rede de apoio para os mesmos.
- Violência dentro da instituição, por exemplo, abuso sexual.
- Não valorização das relações formadas dentro da instituição.
- Abrigamentos e desabrigamentos sucessivos.
- Carência de formação especializada para trabalhar com a população de abrigo.

Fatores de proteção:

- Relação de apego segura com cuidadores da instituição, incluindo afeto, confiança e preservação da relação.
- Interesse e empatia de adultos cuidadores com a criança.
- Inclusão da criança em assuntos que lhe dizem respeito, sendo claro e verdadeiro.

- Preparo dos cuidadores para lidar com as demandas específicas da criança abrigada. Por exemplo: se preparar para lidar com a história das crianças.
- Ações coordenadas entre a rede de cuidado da criança, de dentro e fora do abrigo.
- Possibilidade de manter vínculos com cuidadores após o desabrigamento ou após cuidadores não estarem mais na instituição.
- Poder se despedir e se preparar para a saída da instituição.
- Facilitação da elaboração do luto por morte: possibilitar a expressão dos sentimentos, reconhecimento das manifestações de luto, ter suas dúvidas respondidas, acompanhamento de um cuidador de confiança das crianças.
- Facilitação e estímulo da relação entre as crianças.
- Existência de projetos e programas preventivos e preparatórios para o enfrentamento de diferentes situações no abrigo. Por exemplo: projeto de desabrigamento aos dezoito anos.
- Promoção de capacitação de cuidadores diretos para o cuidado especializado da criança abrigada.

Antes de finalizar esta discussão, achamos relevante discutir sobre o modelo familiar no cuidado substituto. Este tema não surgiu durante as supervisões, mas foi uma questão suscitada em nós durante a execução deste trabalho.

Sobre o modelo familiar em cuidado substituto

Para ilustrar esta discussão, trazemos novamente a descrição feita pela cuidadora Maria, quando nos contou sobre o modo de funcionamento da instituição na qual trabalhava, respondendo ao questionário de caracterização das participantes da pesquisa enviado por e-mail.

Segundo Maria, com grifos nossos, "as crianças abrigadas na instituição têm *vida normal* e permanecem convivendo com um *modelo de família*, pois a contratação destes casais [sociais] proporciona o modelo familiar. Quando abrigados na instituição, as crianças permanecem em um lar, onde dormem em suas camas, brincam, fazem esporte, computação, vão à escola, cursos, à terapia psicológica, fonoaudiológica e psiquiátrica, quando necessário. Alguns deles quando autorizados pelos juizes, recebem visitas de parentes e amigos na instituição duas vezes por mês. Outros, também possuem o direito (autorizado por juízes) a passarem os finais de semana, feriados e férias escolares com seus responsáveis".

Entendemos que o significado dado por Maria para "normal" está relacionado à rotina diária que a criança tem nesta instituição, como explicado por ela com a descrição das atividades que as crianças executam, rotina esta que parece comum a muitas crianças em nossa sociedade.

No entanto, a palavra "normal" nos traz um certo incômodo, pois imediatamente nos remete a um padrão esperado de cuidado que dificilmente poderá ser encaixado em um único modelo. Além disso, a expectativa desta normalidade faz com que aquilo que não corresponda a este padrão seja visto,

então, como anormal. Se nos parece muito difícil determinar o que seria uma família normal, poderíamos dizer que seria improvável estabelecer um cuidado substituto baseado numa família normal. O que seria ter uma vida normal? Normal do ponto de vista das crianças, de uma criança específica, de uma sociedade, de uma classe social? É normal ter juízes decidindo sua vida e autorizações para receber visitas? Mas isto seria anormal?

O fato de as crianças nesta e em outras instituições de funcionamento semelhante serem cuidadas por um casal social está justificado por este modelo ser o mais parecido com uma família, proporcionando uma atenção mais individualizada. Entendemos que o cuidado mais individualizado possível é desejado e está sim relacionado ao número de crianças por adultos responsáveis, porém, não necessariamente num modelo que queira reproduzir a família.

Então, também poderíamos perguntar por que chamar de pai e mãe social o casal que cuida da criança se não são pai e mãe? Por que é melhor pensar que estão sendo cuidadas por pais sociais e não por cuidadores ou outro nome que não remeta a algo que não é?

Para melhor aproveitarmos esta discussão não seria adequado deixar de lado a comparação entre ter ou não uma *vida familiar normal* dentro do abrigo e pensar no que é uma vida em uma instituição? Por que não pensarmos num *modelo de cuidado que seja exclusivo de abrigos*?

Nós nos fazemos todas estas perguntas, pois parece que enquanto se busca um modelo institucional baseado no modelo familiar, a instituição ficará sempre no lugar daquilo que não é, já que nunca poderá realmente ser uma

família. Ter como modelo algo que não pode ser reproduzido em sua totalidade é abrir espaço para que os envolvidos sintam-se constantemente aquém do ideal, nunca satisfeito com o que se é, mas querendo ser algo mais.

Guirado (2004) sugere uma compreensão interessante em relação ao que acabamos de falar: a instituição precisa ser vista não como um substituto da família, mas como um outro cuidado. Entre os perigos existentes em querer que o cuidado substituto seja como o de uma família está forçar relações que não existem. Se é *outro* cuidado, não é necessário, portanto, seguir um modelo e não há que chamar de pai e mãe aqueles que não são, por exemplo. Se é *outro* cuidado, há que desenvolver princípios e ações que sejam baseadas na sua própria realidade, buscando contemplar a necessidade da criança.

Como não se trata de uma criança qualquer, mas uma criança que passou por experiências específicas que implicaram no abrigamento, além de um cuidado que seja fonte de afeto e segurança e que garanta que ela se desenvolva adequadamente do ponto de vista cognitivo, físico, emocional e social, a instituição deve poder prover um cuidado específico para tais experiências, que foi o que abordamos durante todo este trabalho. A partir deste ponto de vista, um cuidado temporário apenas baseado no modelo familiar talvez nem fosse suficientemente adequado, já que lidar com crianças que passaram por muitos rompimentos, situações de violência, privação e/ou possuem dificuldades de apego, não é uma tarefa simples e que possa ser realizada sem um olhar especializado.

Neste sentido o que é proposto por estudiosos de diferentes culturas referente ao cuidado por uma família substituta (família guardiã, família

acolhedora, *foster care*), também deve ser observado com cuidado, para igualmente não gerar uma sensação de querer ser aquilo que não pode ser.

Esta sensação pode ser prejudicial tanto à criança quanto ao próprio cuidador substituto, pois se ele se espelhar no cuidado materno ou paterno buscando ser *como* mãe ou pai, poderá se sentir frustrado em relação à sua capacidade de cuidar. Temos claro que o cuidado proporcionado pelo cuidador substituto deve ser baseado nos princípios que acabamos de dizer, permitindo o bom desenvolvimento da criança, assim como se espera que aconteça em uma família. A frustração está relacionada, portanto, não necessariamente ao cuidado em si, mas ao possível desejo de se sentir como pai e mãe e não outro tipo de cuidador. Neste sentido, seria importante verificar em estudos futuros qual o sentido do cuidar para o cuidador substituto.

A nossa percepção a respeito do sentido do cuidar desta população, baseada na Teoria do Apego, inclui lidar com a experiência subjetiva de perda e luto, sem o que seria difícil para a criança se adaptar à instituição (ou a qualquer outro cuidado substituto), se restabelecer das mudanças e se preparar para formar novos vínculos dentro ou fora da instituição. Esta percepção se soma ao que já dissemos sobre as responsabilidades de um cuidado substituto: ser fonte de afeto e segurança que garanta o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social.

Entendemos que um dos desafios para os cuidadores temporários que este estudo deixou entrever é o de ter que desenvolver um modelo próprio de atuação que atenda às necessidades globais de cuidado de uma criança, incluindo a história específica de cada uma delas, sua família e a sociedade da

qual faz parte. Este modelo próprio tem que se adequar à instituição que a recebe, sendo ela pequena ou grande, gerida por cuidadores ou casais sociais.

Nossa posição é, portanto, que o mais importante não é se a criança que está em medida de abrigo é criada por um casal, uma família guardiã ou pelos cuidadores da instituição, mas que os responsáveis por ela (todos os profissionais envolvidos, de dentro e fora da instituição) tenham um sentido de cuidar baseado numa atitude coerente e consciente que promova confiança, estabilidade, vínculo seguro e afeto.

10. Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscamos trazer para a experiência da institucionalização das crianças em abrigos a importância de lidarmos com a formação e rompimento de vínculos a partir da Teoria do Apego. As questões relacionadas à criança que é institucionalizada e os lutos envolvidos nesta experiência que há muito tempo nos mobilizava, necessitava ser olhada através de lentes teóricas e análise de experiências.

A relevância atribuída a estes temas se dá por entendermos que os indivíduos são regidos pelas relações de apego formadas durante a infância e ao longo da vida, e que tanto a formação quanto o rompimento dos vínculos estão intimamente ligados e são base para a vida em sociedade.

Quando escolhemos este tema para ser estudado, tínhamos a clareza de que o processo de adaptação aos rompimentos era apenas um dos inúmeros aspectos envolvidos na experiência de ida para um lar substituto. Ao destacarmos este aspecto, pretendíamos incrementar os estudos existentes e aumentar a possibilidade de ajudar a significar o momento de perda vivido pelas crianças e facilitar o relacionamento entre os vários personagens envolvidos – crianças, profissionais, família de origem e família adotiva. Como entendemos que os fatores de risco e proteção para a elaboração dos rompimentos presentes no processo de institucionalização são fatores de risco e proteção para a elaboração da institucionalização propriamente dita, foi sobre estes fatores que nos dedicamos especialmente.

Por sabermos que a instituição e seus cuidadores têm um importante papel no cuidado à criança abrigada e por acreditarmos que este cuidado pode sim ser uma opção adequada diante da impossibilidade de estarem com suas famílias, nossa preocupação em construir um conhecimento teórico e instrumentos práticos que os auxiliassem no cuidado às crianças foi destaque neste trabalho. Esta construção faz parte do que chamamos desde o início deste trabalho de Educação para a Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos de Crianças Institucionalizadas, cuja proposta é poder educar os diversos profissionais que lidam com a criança abrigada e a sociedade em geral a respeito do modo de cuidar dos vínculos afetivos das crianças e de todos os envolvidos na experiência de abrigamento. Como se trata de educação, entendemos que esta postura possa ser exercida, divulgada e ensinada.

No fechamento deste trabalho temos ainda mais nítido que não estamos sequer próximos de esgotar os estudos sobre o aprimoramento do cuidado a esta população. Foi possível concluir que estamos diante de um enorme complexo de relações permeadas por rompimentos, que necessita de reflexões e ações em diferentes instâncias e para diferentes sujeitos. Se a formação de vínculos afetivos é entendida por nós como fator crucial para levar adiante uma vida com relações seguras que permita o crescimento e a saúde emocional do indivíduo, o trabalho com o rompimento e a formação de vínculos destas crianças é imprescindível, já que fazem parte do cotidiano da instituição como vimos nos temas trazidos para supervisão pelas cuidadoras.

Para que a instituição seja uma alternativa positiva diante de uma família que não tem condições de cuidar de sua criança é preciso que seja um lugar que não incremente sua história de perdas e, além disso, que seja um bom lugar de se morar, que possa fazer parte de sua história, não constituindo apenas uma função de passagem, mas uma experiência de segurança e crescimento, independente do tempo de permanência nela.

Por meio do material trazido pelas cuidadoras à supervisão pudemos observar e analisar alguns comportamentos e manifestações de luto da criança abrigada e o modo como as cuidadoras compreendiam e lidavam com os mesmos. Observamos que quando podem assumir uma postura na qual é permitido falar de assuntos difíceis e dolorosos, reconhecer e validar as reações e comportamentos, os adultos envolvidos no processo de abrigamento e desabrigamento da criança podem desempenhar ações profiláticas relacionadas à formação e rompimento de vínculos visando o desenvolvimento saudável das mesmas e evitando a somatória de novos riscos. Percebemos que quando se sentem apoiadas, as cuidadoras são capazes de lidar com estes temas difíceis, sendo o espaço da supervisão adequado para isso.

Nesta perspectiva, os rompimentos, assim como os vínculos, podem fazer parte da história destas crianças - e também dos adultos - como algo com o qual podem lidar e não como algo desconhecido e temeroso.

Este estudo foi importante para entendermos, a partir da ótica das cuidadoras, como as crianças abrigadas reagem aos rompimentos que acontecem dentro da instituição e como as relações formadas lá dentro são importantes. Abre-se um caminho, portanto, para a valorização das relações

estabelecidas no abrigo e para o desafio de facilitarmos a formação de relações seguras, preparando os cuidadores para atuar nesta perspectiva.

É importante ressaltar que a dificuldade encontrada na prática das cuidadoras para tratar de alguns assuntos tem grande contribuição da cultura e sociedade na qual estamos inseridos. No nosso modo de vida atual espera-se que o sofrimento não seja expresso, que o indivíduo se restabeleça o mais prontamente possível das adversidades enfrentadas e que as dificuldades sejam resolvidas na mesma velocidade. Estas expectativas sociais têm o poder de inibir ou dificultar a re-significação das experiências, já que o processo de adaptação que segue um rompimento é longo e as práticas no sentido de se poder olhar, reconhecer e expressar os sentimentos inclui entrar em contato justamente com o que é temido e se quer evitar: a dor.

Neste sentido, quando pensamos nos vários desafios que cabem ao cuidador que trabalha numa instituição de abrigo, eles recaem também sobre a sociedade de um modo geral.

A possibilidade de auxiliarmos o cuidador a lidar com seus próprios sentimentos em relação aos rompimentos foi outro destaque importante apreendido por este estudo. O abandono é uma angústia presente, em maior ou menor grau, em todo o ser humano e o trabalho com estas crianças nos coloca diante de vivências concretas de abandono, saindo da angústia interna para virar uma angústia real, gerando, muitas vezes, a sensação de impotência. Assim, ao ter que se deparar com os próprios sentimentos de abandono, o cuidador pode evitar o contato mais íntimo com a história da criança, podendo paralisar-se diante dela como proteção ao temor de fusionar-

se a esta história. Quando podem perceber o quê nas histórias das crianças lhes mobiliza, podem sair da paralisia e cuidar melhor tanto de si quanto do outro.

Este aspecto aponta para a necessidade da instituição incentivar e propiciar cuidados pessoais a estes profissionais, sendo a supervisão, psicoterapia e grupos de apoio dentro e fora da instituição algumas opções para tal.

Em termos de pesquisas futuras, consideramos que seria importante observar mais profundamente a influência das experiências pessoais de perda e luto na atuação junto à criança abrigada, que pouco foi apreendido por este estudo. Levantamos a hipótese de que nos momentos em que há uma negação de que esteja acontecendo um rompimento, como, por exemplo, quando a criança sai do abrigo para ser adotada, há uma tentativa, consciente ou inconsciente, de evitar o sofrimento dos profissionais envolvidos, o que precisaria ser melhor averiguado.

As conseqüências para as crianças da dificuldade dos cuidadores em abordar os assuntos que preferem ou precisam evitar já foram apontadas, mas vale lembrar que quando guardam silêncio sobre questões que envolvem a criança e seu sofrimento ou atuam fugazmente diante das mesmas, os cuidadores acabam mantendo as crianças no desconhecido e no abandono.

Por nossa experiência com luto sabemos que lidar com a dor, a tristeza e o abandono necessariamente faz com que entremos em contato com nossas próprias experiências e sentimentos dolorosos. Acho que nunca esquecerei da primeira vez que entrei na unidade de abrigados da FEBEM, Sampaio Viana,

no início de 1997, e que peguei no colo um bebê de poucos meses que havia sido abandonado e levado para lá. Ele não parava, um segundo se quer, de chorar. Embalando-o me afastei alguns metros das outras colegas estagiárias de psicologia e fui chorar com ele. Meu choro era de algo tão profundo, que eu nem sabia que estava ali. O bebê, sem saber, me fez entrar em contato com uma enorme sensação de fragilidade, impotência e medo, que só com muita análise, supervisão e estudo pude compreender o significado e aprender a enfrentar.

E esta foi só a primeira, porque ao longo destes anos nos deparamos com outras situações também mobilizadoras, nas quais sempre aproveitamos para compreender um pouco mais de nós e daqueles que cuidamos.

Pensamos que seria importante em um outro estudo conhecer mais de perto a prática dos cuidadores diretos (não técnicos) que trabalham nos abrigos, já que são os que possuem contato mais próximo com as crianças. Por considerarmos importante que a Educação para a Formação e Rompimento de Vínculos seja direcionada também a estes profissionais, nos detemos um pouco para expor porque entendemos que estes profissionais não usufruíram das atividades de supervisão.

Apesar das supervisões terem sido divulgadas para os cuidadores técnicos e cuidadores diretos que participaram do Curso para Educadores do Projeto Semear, poucos cuidadores diretos nos procuraram e nenhum iniciou de fato a supervisão. Como relatamos anteriormente, o número de participantes do curso foi maior de técnicos que de cuidadores diretos, ainda que o público-alvo fossem todos os cuidadores, destacadamente os diretos,

para os quais a divulgação foi dirigida. Alguns deles chegaram a se inscrever no curso, mas não compareceram e outros freqüentaram apenas a primeira ou a segunda aula. As justificativas apresentadas para não participarem do curso e da supervisão sempre estavam relacionadas à dificuldade de deixar o trabalho no abrigo para se dedicar a tal atividade: não havia outro funcionário para cobrir sua ausência, os horários de trabalho se alteravam frequentemente e não podiam se comprometer com um horário, entre outras. Fizemos tentativas de adaptar o curso e a supervisão a estas justificativas, como oferecer diferentes horários para os cursos e carga horária reduzida e horários flexíveis para as supervisões, mas ainda assim não conseguimos atingir estes profissionais como gostaríamos.

Acreditamos que os cuidadores diretos acabam investindo pouco em sua formação por falta de costume e falta de incentivo para tanto. Há poucos cursos destinados a eles; os abrigos não possibilitam uma estrutura que permita incluir a formação em seu horário laboral; como possuem uma jornada longa, após o trabalho são poucos os que estão disponíveis para continuar a fazer algo relacionado ao mesmo, já que normalmente precisam voltar para casa para cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, pois não têm que os ajude por questões sócio-econômicas; não estão acostumados a investir em si mesmos e acabam não aproveitando as oportunidades que surgem; enfim, uma série de questões que acabam inviabilizando a formação e o aprimoramento em sua área de trabalho, contribuindo para que não se sintam valorizados e não se valorizem.

É possível que não tenhamos conseguido encontrar uma forma apropriada de atingir a estes profissionais e/ou que as atividades tal como foram propostas não sejam as mais adequadas de acordo com suas necessidades, reforçando o que dissemos sobre a importância de dedicarmos um estudo exclusivo a eles.

Apesar de termos abordado um tema que trata de uma experiência subjetiva - o luto -, entendemos que o modo como as diferentes teorias observam o homem na contemporaneidade leva em consideração a influência dos aspectos sociais nas experiências individuais, mesmo as teorias que tradicionalmente observam mais o indivíduo, como, por exemplo, a Psicanálise. No momento atual, não são apenas os aspectos intrapessoais os que detêm o foco dos pesquisadores de diversas linhas teóricas, mas também os aspectos sociais do luto, como foi o nosso caso. Neste sentido, ao olharmos para os fatores de risco e proteção relacionados à prática da instituição, consideramos a influência do meio social à experiência subjetiva de separação, assim como o impacto desta experiência no social.

Por outro lado, para um conhecimento mais profundo desta experiência, pesquisas nas quais a subjetividade da criança abrigada seja o objeto de investigação seriam importantes e complementares a este e outros estudos. Poder analisar crianças que foram influenciadas pelos fatores de risco e/ou proteção apontados neste trabalho por meio de uma perspectiva clínica nos parece uma continuação interessante para o mesmo.

A possibilidade de realizar estudos que levem em conta os fatores bio-psico-social são, portanto, os que proporcionam uma visão mais integral das conseqüências da vivência de uma perda.

A partir destas reflexões, tornam-se necessárias muitas outras, com o intuito de desenvolver práticas e políticas de prevenção e intervenções adequadas, na tentativa de aumentar os fatores de proteção e reduzir os fatores de risco para a saúde mental da criança em situação de abrigo. Pesquisas que visem formar profissionais de saúde aptos a trabalhar com perdas neste e em outros contextos devem continuar sendo exploradas.

Finalizamos este trabalho citando uma conclusão a que John Bowlby chegou durante seus estudos, que nos estimulou e desafiou durante toda a escrita desta dissertação...

“O apego íntimo a outros seres humanos é o núcleo em torno do qual gira a vida de uma pessoa, não só enquanto bebê, criança pequena ou criança de escola, mas também durante a sua adolescência e maturidade, até a velhice. É desse apego íntimo que retiramos a força e o prazer da vida, e proporcionamos também força e prazer a outros” (1973/1993b, p.468).

... e se é na instituição que a criança vai permanecer algum tempo ou irá crescer, é lá onde ela poderá formar relações íntimas.

No decorrer deste trabalho foi possível observar que sempre que nos referimos às reações decorrentes dos rompimentos, utilizamos palavras que expressam o tempo condicional acompanhando os verbos. *Pode surgir, podem ser manifestações, possivelmente geram*, entre outras. Isto se deve primeiro ao fato de que o processo de elaboração dos rompimentos – e acreditamos que

tudo mais relacionado aos indivíduos (e porque não aos seres vivos) – é único e não tem idêntico significado duas vezes, apesar de possíveis semelhanças. Além disso, acreditamos que não foi possível, pelo menos não ainda, conhecer todas as manifestações diante do fenômeno da perda de algo importante para o indivíduo. Quando dizemos que *podem surgir* determinadas reações, não excluimos que além das expostas, muitas outras, desconhecidas desta pesquisadora, *podem existir e não serem conhecidas ou não terem sido percebidas até aqui*. Possivelmente, muitas outras descobertas, por meio de novas pesquisas, novas experiências, novos olhares, novos indivíduos e novas relações se apresentem desvendando aquilo que ainda é desconhecido e contribuindo para o conhecimento das reações às perdas.

Referências Bibliográficas

- ABREU, S. R. *Transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes criados em instituições*. 2000. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. São Paulo.
- ALEXANDRE, D. T. e VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em estudo*. vol.9, n.2, p.207-217, mai/ago, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/02/2006.
- AINSWORTH, M. D. e outros. *Patterns of attachment: assessed in the Strange Situation and at home*. Hillsdale: Lawrence Erlbaun, 1978. Citado por Bowlby, 1969/1993 e Parkes, 2001.
- AUBRY, J. *Psicanálise de crianças separadas: estudos clínicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- BASS, S., SHIELDS, M.K. e BEHRMAN, R.E. Children, Families and Foster Care: Analysis and Recommendations, *The Future of Children* vol. 14, n.1, p. 4-29, Los Altos, 2004.
- BAPTISTA, M.V. Um olhar para a história. In: BAPTISTA, M.V. (coord.) *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- BIANCHI, C. J. *El proceso del duelo*. Buenos Aires: Corregidor, 2003.

- BLOCK, J. H. e BLOCK, J. The role of ego-control and egoresiliency in the organization of behavior, *Minnesota symposium on child psychology*, vol. 13, pp 39-101, 1980. Citado por BOWLBY, J. (1969/1993).
- BOWLBY, J. Aflição e luto na infância e na primeira infância, 1960. *In: Littoral, Luto de Criança*. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 1999.
- _____. *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes, [1951]1976/1995.
- _____. *Apego*, vol.1 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1969/1993.
- _____. *Separação – Angústia e Raiva*, vol.2 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1973/1993a.
- _____. *Perda – Tristeza e Depressão*, vol.3 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 1973/1993b.
- _____. *Formação e rompimento de laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1979/1990.
- BOWLBY, R. *Fifty years of Attachment Theory: the Donald Winnicott memorial lecture*. Gran Bretanha: Karnac, 2004.
- BROMBERG, M.H.P.F. *Psicoterapia em Situações de Perda e Luto*. Campinas: Livro Pleno, 1998.
- CARREIRÃO, U. L. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária, p.303-324. *In: SILVA, E. R. A. (coord.) O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2007.

- CASELLATO, G. *Luto por Abandono: enfrentamento e correlação com a maternidade*, 2004. Tese de Doutorado. Psicologia Clínica PUC, São Paulo.
- _____. (org.) *Dor silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade*. Campinas: Livro Pleno, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/cod_etica_novo.pdf>. Acesso em 04/09/2006.
- COOK, A. S. The dynamics of ethical decision making in bereavement research. In: STROEBE M. S., et al. *Handbook of bereavement research: consequences, coping and care*. Washington: American Psychological Association, 2001, p. 119-142.
- CUNHA, S.A. *A história de uma criança abrigada: uma compreensão winnicottiana*, 2003. Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, PUC-SP.
- DOKA, K. *Disenfranchised grief: recognizing, hidden, sorrow*. New York: Lexington Books, 1989.
- DOZIER, M. Challenges of foster care. *Attachment and human development*, março, 2005, vol. 7, n.1, p. 27-30.
- EDELSTEIN, S. B., BURGE, D., WATERMAN, J. Helping foster parents cope with separation, loss and grief. *Child Welfare*. New York: jan-fev, 2001, vol 80 , n.1, p. 5-21.

- FERREIRA, M.C.R. O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *In: Cadernos de Pesquisa*, fevereiro, 1984, (48): 3-19, São Paulo.
- FRANCO, M.H.P. Uma mudança no paradigma sobre o enfoque da morte e do luto na contemporaneidade p. 15-38. *In: FRANCO, M.H.P. (org.) Estudos Avançados sobre o Luto*, Campinas: Livro Pleno, 2002.
- FREUD, S. Luto e Melancolia in *Obras Completas de Sigmund Freud*, volume XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915] (1974).
- GENSHEIMER, L. e YANG, M. Building effective working relationships across culturally and ethnically diverse communities. *Child Welfare*, mar/abr, 2003, vol. 83, n. 2, p. 157-168.
- GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. S. *Fourth generation evaluation*. Newbury Park: Sage, 1989. Citado por LAUGHLIN, M. J. 1995.
- GUIRADO, M. *A Criança e a Febem*, São Paulo: Perspectiva, 1980.
- _____. *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. Edição Revista e Ampliada, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- HUGHES, D. A. *Building the bonds of attachment: awakening love in deeply troubled children*. Lanham: Rowman e Littlefield, 2004.
- HUNTER, M. *Psychotherapy with young people in care: lost and found*. Philadelphia: Brunner-Routledge, 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA *Levantamento nacional os abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviço de*

- Ação Continuada (SAC)*, Relatório de Pesquisa n.01, Brasília, 2003 (não publicado).
- JAMES, B. *Handbook for Treatment of Attachment – Trauma: problems in children*. Nova Iorque: Free Press, 1994.
- JEWETT, C. *Helping Children Cope with Separation and Loss*. Londres: Barsford, 1994.
- KATZ, M. *On playing a poor hand well: insights from the lives of those who have overcome childhood risks and adversities*. Nova Iorque: Norton, 1997.
- LAUGHLIN, M. J. The narcissistic researcher: a personal view, in *The Qualitative Report*. Outubro, 1995, vol. 2, n. 2, Disponível em: <<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-2/laughlin.html>>. Acesso em: 19/05/2006.
- MARICONDI, M. A. (coord.). *Falando de abrigo: cinco anos do Projeto de Convivência*. São Paulo: FEBEM, 1997.
- MARIN, I. S. K. *FEBEM, família e identidade: o lugar do outro*. São Paulo: Escuta, 1999.
- MASSINGA, R. e PECORA, P.J. Providing Better Opportunities for Older Children in the Child Welfare System. *The Future of Children*. Los Altos, 2004, vol. 14, n. 01, p. 150-173.
- MAZORRA, L. e TINOCO, V. *Curso para Educadores Módulo I*, apostila impressa do Curso para Educadores. São Paulo, 2001a.
- MAZORRA, L. e TINOCO, V. *O dia em que o passarinho não cantou*. Campinas: Livro Pleno, 2001b.

- MAZZORRA, L. O luto na infância. *In: MAZZORRA, L. E TINOCO, V. (orgs.) Luto na infância: intervenções psicológicas em diferentes contextos.* Campinas: Livro Pleno, 2005a.
- _____. A fantasia e o processo de luto da criança. *In: MAZZORRA, L. e TINOCO, V. (orgs.). Luto na infância: intervenções psicológicas em diferentes contextos.* Campinas: Livro Pleno, 2005b.
- MARMELSZTEJN, R. e ARANTES, L. *Semeando*, São Paulo, n. 8, fevereiro, 2003.
- MARMELSZTEJN, R. *Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação*, 2006. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia Clínica PUC, São Paulo.
- MARRIS, P. *Loss and change: revised edition*. Londres: Routledge, 1993.
- MELODY, J. *Writing the qualitative dissertation: understanding by doing*, Nova Jersey, L. Erlbaum, Net Library [livro eletrônico], 224 p, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS *Resolução 196/96: Sobre Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*, Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 1996.
- NEIMEYER, R. A. e HOGAN, N. S. Quantitative or qualitative? Measurement issues in the study of grief. *In: STROEBE M. S., et al. Handbook of bereavement research: consequences, coping and care.* Washington: American Psychological Association, 2001, p. 89-118.
- PARKES, C. M. Guidelines for conducting ethical bereavement research. *Death Studies*, 1995, vol.19, p. 171-181.
- _____. *Luto: Estudos sobre o Pesar na Vida Adulta*. São Paulo: Summus, 1998.

- _____. A historical overview of the scientific study of bereavement, in STROEBE M. S., et al. *Handbook of bereavement research: consequences, coping and care*. Washington: American Psychological Association, 2001, p. 25-45.
- _____. *Comunicação pessoal*. São Paulo, 2005.
- REPPOLA, C. T. e HUTZ, C. M. Adoção: fatores de risco e proteção à adaptação psicológica. In: HUTZ, C. M. (org.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.89-130.
- RIZZINI, I. e RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.
- RUTTER, M. Maternal deprivation 1972-1978: new findings, new concepts, new approaches. *Child Development*, 1979, n. 50, p. 283-305.
- _____. Resilience in face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 1985, n.147, p. 598-611.
- _____. Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*. Nova Iorque, 1993, n.14, dez, p. 626-631.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS et al. *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional de defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME *Estatuto da criança e do adolescente – ECA: 13 anos*. São Paulo: SME, 1990/2003.
- SANCHES, R. M. (org.). *Winnicott na clínica e na instituição*. São Paulo: Escuta, 2005.
- SANCHES, R. M. E PELOSO, F. Q. Reconstruindo uma história: o uso da psicanálise num abrigo para crianças em situação de abandono. *In*: SANCHES, R. M. (org.). *Winnicott na clínica e na instituição*. São Paulo: Escuta, 2005.
- SANCHES, R. M., PARENTE, A. M. e MORAES, A. L. G. Psicoterapia analítica de crianças em situação de abandono: uma visão winnicottiana. *In*: SANCHES, R. M. (org.). *Winnicott na clínica e na instituição*. São Paulo: Escuta, 2005.
- SCHNEIDER, K. M. e PHARES, V. Coping with parental loss because termination of parental rights. *Child Welfare*. nov/dez, 2005, vol. 84, n.6, p. 819-842.
- SCHOFIELD, G. e BEEK, M. Providing a secure base: parenting children in long-term foster care. *Attachment and human development*, 2005, março, vol. 7, n.1, p. 3-27.
- SILVA, E. R. A. (coord.) *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2007.
- SPITZ, R. A. *O não e o sim: a gênese da comunicação humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

- STROEBE M. S., et al. Introduction: concepts and issues in contemporary research on bereavement, in STROEBE M. S., et al. *Handbook of bereavement research: consequences, coping and care*. Washington, American Psychological Association, 2001, p. 03-22.
- TEMER, C. T. O atendimento à criança de abrigo: quando é preciso sair do consultório, in SANCHES, R. M. (org.) *Winnicott na clínica e na instituição*, São Paulo, Escuta, 2005, p. 87-108.
- TINOCO, V. O luto de crianças institucionalizadas em casas abrigo. In: MAZZORRA, L. e TINOCO, V. (orgs.) *Luto na infância: intervenções psicológicas em diferentes contextos*. Campinas: Livro Pleno, 2005, p.147-169.
- VALIANT, G. E. Loss as a metaphor for attachment. *American Journal of Psychoanalysis*, 1985, 45 (1), p. 59-67. Citado por James, 1994.
- WALSH, F. *Strengthening family resilience*. New York: Guilford Press, 1998.
- WEBB, N. B. *Helping bereaved children: a handbook for practitioners*. New York: Guilford Press, 1993.
- WEBER, L. N. D. e KOSSOBUDZKI, L. H. M. Abandono e institucionalização de crianças no Paraná. In: FREIRE, F. (org.). *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção II*. Curitiba: Terre des Hommes, 1994.
- WEBER, L. N. D. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. Rio de Janeiro, *Revista Conjuntura Social*, julho 2000, n. 4, p. 30-36. Disponível em: <<http://lidiaw.sites.uol.com.br/filhosdeninguem.htm>>. Acesso em: 18/05/2006.

WILGOCKI, J e WRIGHT, M. K. *Maybe days: a book for children in foster care.*

Washington: Magination Press, 2002.

WORDEN, J. W. *Terapia do Luto: um manual para o profissional de saúde*

mental. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Anexo I

Curso para Educadores

Curso ministrado por Luciana Mazorra e Valéria Tinoco

Aula 1

Apresentação do curso e dos participantes

O que é o Projeto Semear?

O Projeto Semear atua no desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados, através do atendimento psicoterapêutico. A estruturação emocional dessas crianças é condição fundamental para que elas superem o histórico de abandono e violência e consigam inserir-se na sociedade de forma produtiva.

O trabalho psicoterapêutico desenvolvido pelo Semear oferece a estas crianças um novo modelo de relacionamento, construído a partir de um vínculo seguro e estável que as auxilia a lidar com sua história e a construir um projeto de vida.

Parceria entre educadores e psicoterapeutas do projeto semear:

- Educador deve explicar para a criança o que é a psicoterapia e porque ela irá ao psicólogo (importante desmistificar a idéia errônea de que “terapia é coisa de louco”)

⇒ Usualmente a criança sabe que está precisando de ajuda, aceita e compreende o tratamento.

- Processo psicoterápico exige paciência e confiança dos educadores e demais funcionários da instituição ⇒ pode ter altos e baixos e ser prolongado.
- O objetivo do trabalho psicoterápico não é somente o desaparecimento dos sintomas. Isto não significa necessariamente que a criança já está bem e pronta para deixar a psicoterapia.
- Criança se expressa principalmente por meio da linguagem pré-verbal, por meio do jogo e do desenho. Por isto o terapeuta conta com brinquedos para promover a comunicação com a criança e facilitar a expressão de suas fantasias, desejos e angústias.
- A continuidade do trabalho é muito importante. Educador é fundamental para que esta continuidade seja assegurada.
- O mesmo vale para a pontualidade.

Aula 2

Família e vínculo: um histórico sobre família

Concepção de família:

Idade média

- mortalidade infantil – vínculo com a criança menos intenso;
- crianças podiam morar com outras pessoas;

- objetivo do casamento não era o afeto, mas sim a conservação dos bens de suas vidas e da honra.

Século XIX até hoje

- formada pelo casal de pais e seus filhos – família nuclear;
 - contato e convivência com a comunidade diminuíram;
 - educação: responsabilidade dos pais;
 - relação de afeição entre pais e filhos mais intensa.
- Família é uma organização mutável: determinada pelos padrões culturais da sociedade.

Funções da família:

- reprodução;
- cuidado físico;
- cuidado emocional;
- identificação;
- socialização;
- educação;
- sustento.

Transmitidos por uma relação de afeto.

- Família pensada x família vivida.

Instituição e vínculo:

- sociedade valoriza a família como caminho único para o bom desenvolvimento da criança;
 - criança institucionalizada: compreendida como criança carente e abandonada;
 - quando a instituição sente-se carente de recursos para suprir as necessidades afetivas da criança – mantém a criança no abandono.
- Família que entrega a criança: família adoecida.
- Instituição: lugar saudável.

Funções da instituição:

- cuidado físico;
- cuidado emocional;
- identificação;
- socialização;
- educação;
- sustento.

Transmitidos por uma relação de afeto.

Dificuldades da instituição em desempenhar estas funções:

- confusão de papéis: na instituição há figuras que fazem a função de mãe e de pai, mas não são. (acolhimento X amor)
- medo de envolvimento emocional com as crianças.

- identificação com a situação de abandono da criança.
- retorno para uma família: idealizado como única saída.(instituição e sociedade)
- abrigo é definido pelo ECA como lugar de passagem. (pode ser permanente, = criança não ter lugar)
- sentimento de impotência e frustração (sentimento de não suprir as necessidades da criança como imagina que a família faria; situação real da instituição nem sempre é a ideal – frustração)
- carência de recursos humanos e financeiros.

Aula 3

Acordei com frio. Ei, meu pijama está curto, será que eu cresci? Não, este não é o meu pijama! A minha cama ficava encostada na parede, para onde foi a parede? Cadê os meus chinelos? O que estes estranhos estão fazendo no meu quarto? Para onde foram Maria, Ana e Pedro? Será que eles foram sequestrados? Será que eu fui sequestrado? Devo estar tendo um pesadelo. Saí do quarto, fui à cozinha beber água...onde está a cozinha? Foi quando eu ouvi:

- Ei, a cozinha é do outro lado!
- Mas antes ficava aqui.
- É, antes...mas agora esta é a sua casa, esta é sua família, estes são seus pijamas.

Pensando nesta estória, que se assemelha à história de muitas crianças institucionalizadas, podemos nos perguntar: Como fica a história desta criança? Foi interrompida? Está recomeçando? Qual era a história anterior? Qual a história que vem depois?

A criança e sua história

A criança que é institucionalizada vivencia uma quebra em sua história de vida que, inevitavelmente, envolve perdas e sentimento de desamparo. O mundo que ela conhecia não existe mais e a criança tem que passar por um grande desafio: incorporar em sua história um novo mundo, novas referências. O universo que lhe é familiar é substituído pela instituição que a recebe e sua identidade fica ameaçada, pois perde os referenciais que a sustentam (seus pais, comunidade, cultura familiar).

O passado, o presente e o futuro ficam abalados e a criança perde a sensação de segurança do que vai acontecer com ela. Apesar das incertezas, a criança possui uma história que deve ser levada em conta e deve-se tentar dar uma continuidade a ela.

Neste sentido, o profissional que trabalha com a criança, deve contar-lhe sua história, de forma clara e verdadeira, preservando, assim, seus referenciais e permitindo que seja feita uma ligação entre sua história passada, presente e futura. Além disso, quanto mais a criança é inserida nos processos de mudança que ela tem que enfrentar, menos dolorosos serão estes processos.

A instituição fará parte da história presente da criança, fornecendo-lhe novos referenciais (modelos de identificação, socialização, educação), passa a ser seu ambiente familiar. Assim sendo, é importante que a instituição assuma

este papel, não deixando que este período, ainda que possa ser transitório, seja vivido como uma passagem que não deixe marcas ou como uma lacuna. Os momentos passados naquela instituição, as pessoas com quem ela convive, tudo fará parte da sua história.

A criança e a vivência de situações de separação e perda

Este mundo desconhecido e o afastamento do mundo antigo provocam angústias, medos e reações que precisam encontrar um espaço de continência. A criança que vivencia situações de separação e perda necessariamente passa por um processo de luto, que pode ser vivido de diferentes maneiras.

O luto é o processo de elaboração de uma perda, que é caracterizado por fases e sentimentos, muitas vezes difíceis de serem compreendidos.

Entorpecimento:

- Choque, torpor, descrença e negação.
- Duração: de horas até muitos dias.
- Reação de defesa.
- Tentativa de continuar a viver como antes, como se nada tivesse mudado.

Anseio e protesto:

- Tentativa de recuperação da pessoa perdida.
- Movimentação inquieta.
- Raiva e protesto.
- Chamar pela pessoa perdida.
- Sensação de que a pessoa perdida está por perto.

- Sonhos.

Desespero:

- reconhecimento de que a perda é imutável.
- desmotivação pela vida, apatia e depressão.

Recuperação e restituição:

- Depressão se mescla com sentimentos mais positivos.
- Maior tolerância e adaptação às mudanças.
- Possibilidade de investir em novos projetos e pessoas.
- Estabelecimento de nova relação com a pessoa perdida.

O processo de luto é muito importante para a saúde mental e estruturação da personalidade. Ele proporciona:

- reconstrução de recursos;
- adaptação às mudanças;
- confiança de superar demais perdas;
- sentido ao que aconteceu - tentativa de retomar o controle sobre o mundo.

Manifestações de luto normal

Sentimentos:

- Choque
- tristeza
- culpa
- raiva e hostilidade
- solidão

- agitação
- ansiedade
- fadiga
- anseio: desejo de estar com a pessoa falecida;
- desamparo
- alívio

Sensações físicas:

- vazio no estômago
- aperto no peito
- nó na garganta
- hipersensibilidade ao barulho
- sensação de despersonalização: “Eu caminho na rua e nada me parece real, inclusive eu”.
- falta de ar, sentir a respiração curta
- fraqueza muscular
- falta de energia
- boca seca
- queixas somáticas (gripes, alergias, diarreia)
- suscetibilidade a doenças, principalmente as doenças ligadas à baixa imunidade, estresse ou falta de cuidados com a saúde

Cognições:

- descrença
- confusão, déficit de memória e concentração
- pensamentos obsessivos

- sensação da presença da pessoa perdida
- alucinações

Comportamentos:

- distúrbio de sono
- perda/ aumento de apetite
- aumento no consumo de psicotrópicos, álcool e fumo
- comportamento “aéreo”
- isolamento social
- evitar coisas que lembrem a pessoa que faleceu
- hiperatividade e inquietação

Facilitadores do processo de luto da criança:

- fornecimento da informação correta a respeito da história da criança.
- tentar manter os pais da criança como objetos de identificação.
- possibilidade da expressão de sentimentos e de fazer perguntas a respeito do que aconteceu e tê-las respondidas.
- facilitar a expressão de sentimentos em datas festivas (Natal, dia das mães, dia dos pais) e datas relacionadas à perda.
- evitar perdas sucessivas.
- estar em um ambiente seguro e de acolhimento.
- possibilitar que a criança guarde consigo coisas que a liguem a sua história (fotos, objetos).

Aula 4

Cuidando do cuidador

Educadores que trabalham em abrigos:

- Contato constante com a possibilidade e a vivência de separação das crianças - vivência de estresse - luto do profissional – pode assemelhar-se ao luto pela separação de um ente querido.
- Este luto não é reconhecido - dificuldade de encontrar suporte.
- Exposição à imprevisibilidade da vida.

Necessidades do profissional que trabalha em abrigo:

- Preparar-se para esse tipo de atividade do ponto de vista técnico, pessoal e organizacional;
- Desenvolver o auto-conhecimento e conhecimento de suas atitudes e sentimentos.
- Desenvolver expectativas realistas do que pode ser alcançado.
- Realizar um trabalho em equipe e receber apoio dos colegas.
- Discussão em equipe e reuniões técnicas - disponha de tempo regularmente para discutir objetivos e conquistas, tanto quanto as dificuldades e o sofrimento.
- Psicoterapia individual do profissional.
- Supervisão, considerando que quando mantidas com regularidade são fundamentais para ajudar a criar e manter um ambiente de apoio.
- Relacionar-se intensamente e deixar ir...

O que fazer na vida pessoal:

- Fazer exercícios, alimentar-se bem, dormir o suficiente.
- Possibilitar condições de vivências de apego seguro dentro de sua própria família.
- Preservar tempo para si, “recarregando baterias” .
- Desenvolver interesses variados, diferentes da atividade profissional, como hobbies, lazer, diversão, prazer .
- Pedir ajuda se sentir necessidade.
- Respeitar suas próprias necessidades; estabelecer seus limites.

